

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

KATISCILENE BARSANULFA TAVARES DE OLIVEIRA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a
viver e permanecer nas ruas**

**FRANCA
2020**

KATISCILENE BARSANULFA TAVARES DE OLIVEIRA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a
viver e permanecer nas ruas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

FRANCA

2020

Oliveira, Katicilene Barsanulfa Tavares de
O48p PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais
que motivam a viver e permanecer nas ruas / Katicilene Barsanulfa
Tavares de Oliveira. -- Franca, 2020
136p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

1. População em Situação de Rua. 2. Política de Assistência Social.
3. Centro POP. 4. Determinação Social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humana e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

KATISCILENE BARSANULFA TAVARES DE OLIVEIRA

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni (Unesp/Franca)

1º Examinador: _____

Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta (Unesp/Franca)

2º Examinador: _____

Profa. Dra. Regina Célia de Souza Beretta (Unifran/Franca)

Franca, ____ de _____ de 2020.

*Dedico este estudo as **Trabalhadoras e Trabalhadores** dos serviços especializados para a população em situação de rua da cidade de Franca-SP, que lutam incansavelmente pelo respeito, dignidade e direito dessa população.*

AGRADECIMENTOS

O poema de Fernando Pessoa, O Mar Português, em um de seus versos diz: **“Para que fosses nosso, ó mar!, Valeu a pena? Tudo vale a pena, Se a alma não é pequena...”**

Começo meus agradecimentos com a frase deste poema, que representa a trajetória desta conquista tão desafiadora quanto a força do mar. Vencer todos os obstáculos durante a construção deste sonho, **só** foi possível pelo apoio das pessoas que compõem a Rede de Afetos em minha vida.

Como parte deste trabalho ofereço os meus sinceros e afetuosos agradecimentos, àqueles que estiveram comigo de alguma forma, durante os momentos difíceis durante estes dois anos para chegar até a concretização deste sonho.

A Deus pela vida, saúde e proteção e pela oportunidade de construir minha histórica através do amor e da honestidade, gratidão Pai, pelo caminho que trilhaste pra mim.

Aos meus pais Maria José e Osvaldo pelo amor, apoio, incentivo e inspiração e, por me ensinarem as coisas mais importantes da vida.

Ao meu irmão Elicharnes, pelo carinho e amor e por sempre compartilhar as maiores alegrias comigo, a minha amada sobrinha pelo afeto e pelo sorrir dos olhos quando eu chego e a minha cunhada Lívia, obrigada!

A minha vó Lurdes, por acreditar em mim sempre e não se cansar de me incentivar dizendo: “você, minha neta, subirá como um rojão”!

A Alessandra, por estar ao meu lado dividindo os tristes, difíceis e felizes momentos. Obrigada pela cumplicidade, empatia e companhia em minhas aflições e fraquezas, você me inspira ser melhor a cada dia, obrigada por segurar minha mão.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Franca-SP e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pelo espaço de conhecimento e formação.

À minha querida orientadora Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, pela parceria, confiança, ética, paciência, incentivo e contribuição com meu conhecimento e amadurecimento profissional, gratidão.

As queridas Profa. Dra. Regina Célia de Souza Beretta e Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta convidadas, da banca de qualificação e defesa, que

contribuíram com importantes reflexões teóricas que ampliaram meu conhecimento. A propósito Profa. Regina, também vejo sua “alma grandiosa”, muito obrigada.

Aos queridos professores da UNESP – Franca e em especial a querida orientadora de graduação a Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares, a Profa. Dra. Nayara Hakime D. Oliveira e a Profa. Dra. Josiane Julião A. de Oliveira pelo conhecimento compartilhado e contribuição durante as disciplinas do mestrado.

Ao Prof. Dr. Almir Mantovani pela atenção e sabedoria compartilhada, obrigada!

Aos colegas, amigos(as) do mestrado da UNESP-Franca, especialmente a Graziela Reis pela parceria e amizade e, por ter me salvado do sufoco tantas vezes, a Leila e Daiana, pela amizade, companhia e discussões valiosas, obrigada meninas do meu coração.

À minha amiga-irmã Meire, por ter me incentivado a tentar, por acreditar e pelo carinho comigo e com minha família, obrigada Meirinha!

Às minhas amigas Eliane e Sheila por terem acompanhado todo esse percurso, me apoiando, incentivando e torcendo por mim, vocês estão em meu coração.

Às amigas e parceiras de profissão, Elisa e Marina vocês me incentivaram a seguir em frente, e sempre trouxeram o carinho e o afeto aos nossos encontros, um brinde a nossa amizade, obrigada!

À família de amigos Salatine, a Sra. Cida, Sr. Cido, Mauro e Mairon que me apoiaram e torceram por mim desde o início deste trabalho.

À Secretaria de Ação Social (SEDAS), seus servidores, amigos e diretores, pela oportunidade de realizar a pesquisa, especialmente a amiga e diretora de proteção Lisandra Aguiar, pelo apoio e incentivo que muito contribuíram para o término deste trabalho.

À querida amiga Maria Inês, por caminhar ao meu lado, pela amizade e confiança, pelos ensinamentos e pelo seu bom humor que deixa tudo mais fácil. Maria, obrigada por dividir os remos deste pequeno barco comigo, sem você eu não teria conseguido.

A amiga e parceira de luta Simone, pelo incentivo e encorajamento, valeu “Pink”!

Aos amigos da equipe Centro Pop: Zilda, Priscila, Cristina, José Aparecido, José Eufrásio, Doroti, Flávia, Bruno, Talita, Peterson, David, Luciano e Arthur, todos

vocês me mostraram o verdadeiro valor da união e o que uma “Super Equipe” é capaz de realizar, meu muito obrigada!

As estagiárias do Centro Pop: Ana Carolina, Charlene, Aline, Victória, Laiza, Adriana e Mariana meninas, o apoio e auxílio de vocês foram de extrema importância para a concretização desse trabalho. Aline, obrigada pelo apoio, esforço e ajuda incondicional na construção desta pesquisa, suas imagens, figuras e cores deixou tudo mais belo, gratidão.

Aos amigos e profissionais dos serviços Abrigo Provisório, Casa de Passagem e Consultório na Rua, pelo apoio e parceria no desenvolvimento do nosso trabalho de qualidade, especialmente ao amigo Óiter pela torcida e troca de experiências, obrigada!

À população em situação de rua da cidade de Franca, vocês são os motivadores deste trabalho, obrigada pela confiança, especialmente à Nilmar Rita (*in memoriam*), pela confiança, respeito e troca.

Gratidão sempre!

Katiscilene Barsanulfa Tavares de Oliveira.

Susto e indignação – sentimentos que tornaram conta de quem no Brasil e no mundo inteiro soube da morte de moradores de rua, assassinados de forma brutal, no mês de agosto de 2004, na cidade de São Paulo. E mais sofrimento e dor para quem tem, como valor ético, o respeito aos direitos fundamentais à vida.

A reação imediata da sociedade civil ocorreu no próprio dia 22 de agosto: as escadarias da Sé foram tomadas por pessoas em situação de rua em protestos com cartazes, faixas e símbolos contra a brutalidade, além da presença de organizações sociais e religiosas que manifestaram indignação com silêncio, oração e fita de luto na roupa. Sensibilizados com o ocorrido choravam pela chacina brutal.

Logo após o pronunciamento das autoridades, uma caminhada simbólica no centro em alguns lugares onde ocorreram as mortes, exigia apuração dos fatos e punição exemplar dos culpados.

[...] A cada dia aumentava o índice de mortes, assassinatos e furtos. Essa violência, ainda é maior para tantos brasileiros e brasileiras que sobrevivem nas e das ruas, vítimas da concentração de renda, do desemprego, do preconceito e das tímidas iniciativas do poder público que os excluem dos direitos sociais e os deixam sujeitos a todo tipo de infortúnios que a rua oferece. A morte e o espancamento dessas pessoas alertam que a intolerância humana está cada vez mais acentuada, a ponto de tirar vidas humanas.

[...] Após sete meses deste massacre alguns culpados já foram identificados – policiais e seguranças privadas, porém sem provas “contundentes”, por corporativismo ou incompetência da polícia, não foram denunciados por estes crimes.

[...] O final dessa história é igual a tantas outras, a impunidade.

[...] Não podemos aceitar mais que situações como estas continuem impunes. Não se deseja vingança, mas é preciso fazer justiça e respeitar direitos pois quem está nas ruas são pessoas desejosas de cidadania (ROSA, 2005, p. 195-196).

Chacina de Moradores de Rua.

Associação Rede Rua, março de 2005.

Oliveira, Katicsilene Barsanulfa Tavares de. **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2020.

RESUMO

O presente estudo intitulado Pessoas em Situação de Rua: as determinações sociais que as motivam a viver e permanecer nas ruas tem como finalidade compreender e apontar as principais determinações sociais que levaram os indivíduos a irem, viverem e permanecerem nas ruas, tendo como contexto os usuários do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Franca/SP. O interesse em pesquisar o tema surgiu a partir do trabalho profissional realizado no Centro Pop, que provocou a inquietação e o desejo de pesquisar quais as principais determinações levaram às pessoas a situação de rua. Ao mesmo tempo possibilita conhecer o perfil dessa população, suas condições de vida e as atuais dificuldades enfrentadas de forma subjetiva e coletiva. A realidade compreendida é, especificamente, de um grupo de pessoas em situação de rua que são atendidos no Centro Pop do município de Franca/SP, tendo como recorte temporal o ano de 2018. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho discorre sobre o modo de produção capitalista e os rebatimentos da questão social na população em situação de rua, sobre a trajetória histórica da população em situação de rua marcada pela vulnerabilidade social, pela discriminação e pelo preconceito. Esse estudo traz também como é realizado o trabalho junto à população em situação de rua na cidade de Franca, bem como sobre Política de Assistência social e a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Portanto, aponta as relações e conflitos familiares, o consumo de drogas e o desemprego como as principais determinações sociais que motivam as pessoas a viverem nas ruas. E considera a realidade vivenciada por essa população como determinante dos aspectos e problemáticas que influenciaram ou influenciam o indivíduo a viver e permanecer em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Política de Assistência Social. Centro Pop. Determinação Social. Serviço Social.

Oliveira, Katicilene Barsanulfa Tavares de. **PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2020.

ABSTRACT

The present study entitled People in Street Situation: the social determinations that motivate them to live and remain on the streets aims to understand and point out the main social determinations that led individuals to go, live and remain on the streets, having users as context of the Specialized Reference Center for the Homeless Population (Pop Center) in Franca / SP. The interest in researching the theme arose from the professional work carried out at the Pop Center, which caused concern and the desire to research what the main determinations led people to the street situation. At the same time, it makes it possible to know the profile of this population, their living conditions and the current difficulties faced in a subjective and collective way. The reality understood is, specifically, that of a group of homeless people who are served at the Pop Center in the city of Franca/SP, with the year 2018 as the time frame. The methodology used in this study was bibliographic and documentary research. The work discusses the capitalist mode of production and the repercussions of the social issue on the homeless population, on the historical trajectory of the homeless population marked by social vulnerability, discrimination and prejudice. This study also shows how work is done with the homeless population in the city of Franca, as well as on Social Assistance Policy and the National Policy for the Homeless Population. Therefore, it points out family relationships and conflicts, drug use and unemployment as the main social determinants that motivate people to live on the streets. And it considers the reality experienced by this population as a determinant of the aspects and problems that have influenced or influence the individual to live and remain on the streets.

Key words: Homeless Population. Social Assistance Policy. Pop Center. Social Determination. Social Service.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018	83
Gráfico 2 – Cor/Raça autodeclarada pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018	85
Gráfico 3 – Origem das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018	87
Gráfico 4 – O consumo de drogas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018	90
Gráfico 5 – Trabalho das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018	92
Gráfico 6 – Escolaridade das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018	93
Gráfico 7 – As determinações sociais apresentadas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000 a 2015	58
Tabela 2 – Taxa de Crescimento Anual do Total da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo-SP	59
Tabela 3 – Principais motivos das pessoas na cidade de São Paulo viverem nas ruas	59
Tabela 4 – Equipe de Referência para uma capacidade de acompanhamento no Centro Pop a 80 casos (famílias/indivíduos) pela NOB/RH/2006	78
Tabela 5 – Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018	84
Tabela 6 – Tempo em situação de rua das pessoas atendidas no Centro Pop de Franca em 2018	87
Tabela 7 – Principais fatores que levam o indivíduo à situação de rua – pesquisa nacional	100

LISTA DE SIGLAS

Centro POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CEAF	Conselho das Entidades Assistenciais de Franca
CF	Constituição Federal
CIAMP	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONGEMAS	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEPROS	Departamento de Promoção Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PETI	Programa ao de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Acompanhamento
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNPR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSE	Proteção Social Especial
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SEDAS	Secretaria de Ação Social
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social
SEDHAS	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social
SMADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
CAPÍTULO 1 – O CAMINHO METODOLÓGICO E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	20
1.1 O objeto e os objetivos da pesquisa	20
1.2 O universo da pesquisa	22
1.3 O caminho metodológico	26
1.4 A organização dos dados e a análise dos resultados	30
CAPÍTULO 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: pauperismo e modo de produção capitalista	32
2.1 Modo de produção capitalista e questão social	32
2.2 A Política Nacional de Assistência Social e Política Nacional para a População de Rua	38
2.3 Hegemonia neoliberal e os retrocessos nas políticas sociais	45
2.4 População em situação de rua no Brasil.....	51
2.5 A política de assistência social no município de Franca e os serviços para a população em situação de rua	60
CAPÍTULO 3 – A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FRANCA	68
3.1 O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop	68
3.1.1 <i>A Estrutura Organizacional</i>	70
3.1.2 <i>A Equipe de Trabalho</i>	72
3.1.3 <i>O Trabalho Desenvolvido Junto à População em Situação de Rua</i>	79
3.2 O perfil e as condições de vida da população em situação de rua em Franca	82
3.3 As determinações sociais que levaram homens e mulheres a viverem nas ruas	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICES	119
APÊNDICE A – Ofício de autorização de Pesquisa	120
ANEXOS	121
ANEXO 1 – Modelo de fichas de cadastro – Centro Pop	122
ANEXO 2 – Regimento Interno – Centro Pop	124
ANEXO 3 – Reportagens	127
ANEXO 4 – Perfil e as condições de vida das pessoas em situação de rua em Franca - SP	131

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo intitulado Pessoas em Situação de Rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas”, trata sobre o fenômeno população de rua e as principais determinações sociais que as levaram a situação de rua. Essas pessoas, sujeitos dessa pesquisa, são definidos como “[...] a parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades” (PNPR, 2008).

O interesse pelo objeto da pesquisa surgiu a partir de 2013 durante o trabalho profissional da pesquisadora no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) na cidade de Franca/SP, suas inquietações brotaram a partir dos questionamentos dos munícipes, quando a equipe explicava como era realizado o serviço para as pessoas em situação de rua do município. Segundo Prates, Reis e Abreu (2000, p.139): [...] para investigar a realidade de pessoas que se encontram em situação de rua, é necessário antes de mais nada admiti-los como sujeitos que refletem no seu cotidiano a contradição de uma sociedade de classes orientada a partir de um modo de produção que traz, como movimento interno constitutivo, a acumulação de capital com base na exploração [...].

Pesquisar sobre este grupo populacional, motivou a elaboração de elementos para produção acadêmica, além de ensinar refletir sobre a temática e conhecer o modo de vida dessas pessoas, e como enfrentam o preconceito e a discriminação. Ao refletir sobre essa população, percebemos os variados termos e expressões intitulados ao longo do processo histórico, são exemplos dessas expressões: mendigo, sem teto, pedinte, vagabundo, bandido, moradores de rua entre outros. Neste sentido é importante salientar que a expressão utilizada neste estudo é a “População em Situação de Rua”, por possibilitar compreender a complexidade do como é viver na rua. De acordo com Silva (2009, p.29) trata-se da expressão mais apropriada para designar uma situação ou condição social que não depende apenas de aspectos subjetivos, ou seja, não está vinculada a condição humana, ou em sua maioria, ao desejo daqueles que a vivenciam, mas diz respeito a uma situação e condição que resulta do próprio sistema capitalista, fenômeno gerado no processo de acumulação do capital.

Deste modo, a pesquisa se desenvolveu como temática, o processo de saída para as ruas e as determinações que motivaram este. De acordo com Parra Filho e Almeida (1996), o tema é o assunto, ou seja, a questão vital da pesquisa. “Ele pode ser identificado a partir de uma necessidade pessoal ou extremamente, da curiosidade do pesquisador ou do coordenador da pesquisa ou dos desafios da própria teoria ou das propostas de outros trabalhos científicos”(FILHO e ALMEIDA, 1996, p.60).

O desenvolvimento deste estudo junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, aproximou a pesquisadora do objeto. Assim, surgiu a dúvida de qual termo utilizar: determinações sociais? ou determinantes sociais? Com as explicações nas disciplinas cursadas pela pesquisadora no programa de pós-graduação e as discussões durante as orientações, optou-se por utilizar determinações sociais como objeto deste estudo. Para tal, embasou-se na abordagem ontológica tratada por Ivo Tonet, sobre o método científico de Marx, que tem como fundamento o entendimento do real, além disso esse método corroborou com as descobertas desta pesquisa. Nessa ótica, a ontologia é o estudo do ser, isto é, a apreensão das determinações gerais e essenciais daquilo que existe. “A ontologia poder ter um caráter geral, quando se refere a todo e qualquer existente ou um caráter particular, quando diz respeito a uma esfera determinada do ser, como, por exemplo, o ser natural ou o ser social” (TONET, 2016, p.15).

A ontologia marxiana é o ponto de partida para o caminho de busca pelo objeto, deste modo, são as relações sociais no contexto do real, que favorecem a existência das inquietações na busca pelo objeto, de tal modo, que cada resposta que determina o objeto, seja uma determinação social. Como afirma Kosik, “o conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade?” (KOSIK, 1976, p.35 apud 2016, TONET p. 17).

Em relação ao objetivo da pesquisa, Parra Filho e Almeida (1996) afirmam que um objetivo geral tem como finalidade dar uma visão geral do assunto pesquisado, mostrar o significado desse assunto em relação ao conhecimento do conteúdo, e estar relacionado à apresentação do tema. Contudo, este estudo tem como objetivo geral conhecer as principais determinações sociais que levaram os

indivíduos à situação de rua e como estas influenciam sua permanência na rua, tendo como contexto os usuários do Centro Pop de Franca/SP.

No que se refere aos objetivos específicos da pesquisa, de acordo com os autores Amado e Bervian:

A definição de objetivos específicos nos leva um aprofundamento das intenções expressas nos objetivos gerais. O estudante se propõe a mapear, identificar, levantar e diagnosticar o perfil ou historiar determinado assunto específico dentro de um tema com que finalidade? Ele pode com isso querer apontar novas relações para o mesmo problema, identificar novos aspectos, ou utilizar os conhecimentos adquiridos com a pesquisa para instrumentalizar sua prática profissional ou intervir em determinada realidade onde ocorre o problema (AMADO e BERVIAN, 2002, p.83).

Os objetivos específicos desta pesquisa são conhecer o trabalho desenvolvido junto à população em situação de rua no município de Franca/SP e compreender o perfil e as condições de vida dessa população. Para alcance dos objetivos desta pesquisa, além do levantamento bibliográfico foram adotados métodos e critérios apresentados no primeiro capítulo.

A Dissertação em sua estrutura é composta por considerações iniciais e três capítulos, além das considerações finais. Nas considerações iniciais pontuamos e contextualizamos a temática central deste estudo, apresentando os destaques em cada capítulo. O primeiro capítulo: O caminho metodológico e a construção da pesquisa contextualizamos sobre a trajetória metodológica da pesquisa com a apresentação do método materialismo histórico dialético utilizado na construção e análise dos dados coletados, levando em consideração o perfil e informações declaradas pelos sujeitos através dos registros do Centro Pop. Ainda em relação a este primeiro capítulo, apontamos alguns princípios metodológicos que utilizamos neste processo de busca pelo conhecimento, para tanto, a pesquisa é bibliográfica e documental, uma vez que para o alcance dos resultados foram coletados dados do acervo de registro do Centro Pop do ano de 2018, além de legislações e portarias e realizado a análise deste dados na perspectiva do materialismo histórico dialético. Neste primeiro capítulo da pesquisa, também apresentamos a cidade de Franca/SP como seu universo, trazendo dados demográficos, econômicos, culturais e sociais que representam a dinâmica da cidade ao que se refere as pessoas em situação de rua do município. Apresentamos o lócus da pesquisa, o Centro Pop, o qual no decorrer deste estudo abordamos seu processo de implantação e os desafios enfrentados por sua equipe e seus usuários.

No segundo capítulo, População em situação de rua: pauperismo e o modo de produção capitalista, percorremos alguns momentos da história brasileira, abordando neste capítulo o surgimento do fenômeno população em situação de rua e todos os rebatimentos e interfaces da questão social em seu processo de formação. Para elucidar esse momento, discutimos sobre os períodos de transformações no contexto histórico do Brasil, que suscitaram a origem da extrema pobreza e o aumento das desigualdades sociais. Por meio de um retrospecto na história de consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) no Brasil, mostramos no âmbito desta Política e da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR/2009) as principais especificidades e aplicabilidades das proteções sociais nos serviços para este grupo populacional, enfatizando o processo de luta dos movimentos sociais que consagraram a PNPR. Ainda neste capítulo, apresentamos a trajetória da Política de Assistência Social no município de Franca/SP e rede socioassistencial específica para o atendimento da população em situação de rua.

O terceiro e último capítulo desta dissertação intitulado: A população em situação de rua no município de Franca/SP, mostra a realidade das pessoas em situação de rua vivendo no município, levantando o perfil e conhecendo os desafios encontrados no viver e permanecer nas ruas. Além disso, neste capítulo são abordadas as determinações sociais que motivaram a saídas dessas pessoas para as ruas, com o intuito de promover uma melhor compreensão dessa realidade, contextualizamos essa discussão com apresentação de gráficos e tabelas. Também, elucidamos a realidade do Centro Pop e seus desafios frente aos rebatimentos caudados pelo preconceito, pelo sucateamento e desmonte da política pública. Após o terceiro capítulo, encontram-se as considerações finais.

E finalmente, para compor a elucidação o perfil e o modo de vida dos sujeitos sociais desta pesquisa, foram apresentadas algumas imagens, dispostas no anexo deste trabalho, as imagens ilustram a forma de viver, sobreviver e circular dessas pessoas nas ruas da cidade.

CAPÍTULO 1 – O CAMINHO METODOLÓGICO E A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

*Não sou apenas objeto da história
mas seu sujeito igualmente.
No mundo da história, da cultura, da política,
constato não para me adaptar mas para mudar.
Paulo Freire.*

1.1 O objeto e os objetivos da pesquisa

A presente pesquisa tem como objeto as determinações sociais que influenciam a vivência e a permanência das pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro Pop de Franca – SP, cidade do interior paulista com cerca de 347.237 habitantes, que mantém unidade deste equipamento público desde 2013.

Isso implica em compreender de forma mais ampla as condições de vida dessa população e as desigualdades presentes nas relações a partir da descoberta das determinações sociais que motivam homens e mulheres, a viverem nas ruas. Nesse sentido “a pesquisa deve não só compreender as questões estruturais, mas também a perspectiva de totalidade do processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social” (BOURGUIGNON, 2007, p. 51).

Toda pesquisa se torna bem elaborada, quando o(a) pesquisador(a) na busca pelo objeto utiliza vários instrumentos e técnicas, desde análise documental, a observação, o levantamento e a coleta de dados, para que o processo de investigação interprete adequadamente a realidade pesquisada.

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão. (GATTI, 2002, Apud BOURGUIGNON, 2005, p.49-54).

O interesse pelo tema e objeto surgiram das inquietações da pesquisadora em decorrência do trabalho como assistente social no Centro Pop e dos questionamentos da população da cidade de Franca em relação as pessoas em situação de rua. Tais questionamentos eram e são realizados por pessoas da

comunidade, por profissionais da própria rede intersetorial, por funcionários que atuam no Centro Pop e também de outros serviços.

A partir do trabalho realizado nestes anos de manutenção deste equipamento público e da divulgação do trabalho executado pela equipe do Centro Pop, esses questionamentos por parte da comunidade local tornaram-se frequentes e incessantes relacionados aos “motivos” e os “porquês” das pessoas saírem de suas casas para viverem nas ruas e nelas permanecerem.

Estas inquietações motivou esta pesquisa na busca pela aproximação com as determinações que influenciam as pessoas a viverem e permanecerem nas ruas e deste modo, levantar dados sobre estes questionamentos, identificar o perfil e as condições de vida dessa população, a fim de romper com diálogos permeados pela explicação simplista, pela discriminação e o preconceito.

Acreditamos que a prioridade na ciência é descobrir o ‘não-aparente’, ou melhor, nas palavras de Marx: “Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente” (MARX apud LUKÁCS, 1979, p. 26).

[...] pesquisador, que objetiva o rigor teórico exigido pela ciência autêntica, deve perquirir ‘as intrincadas conexões do real’. Investigar e, em consequência, tornar cientificamente aceito o trabalho, no âmbito acadêmico, é o princípio fundamental no caminho da probidade teórica do pesquisador. Ele deve levar consigo, no percurso da pesquisa, as seguintes características: honestidade, paciência, criatividade, criticidade, audácia, humildade, diligência e, principalmente, a ética na pesquisa, para tornar-se um sujeito que indaga sobre o real, tendo por finalidade contribuir à ‘humanidade social’ com suas inquietações e construções teóricas, e não apenas saciar a fome voraz de títulos exigidos pela ‘Universidade Moderna’ (LARA, 2007, p.76).

Quem são as pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro Pop de Franca? Para conhecer o perfil deste grupo populacional desvendamos elementos constitutivos da trajetória de vida dessas pessoas, agregando novos significados para a construção desta pesquisa.

A população de rua no Brasil se apresenta de maneira ampla e complexa, abrangendo diversas formas de exclusão. A diversidade desta população carrega histórias de vidas singulares e específicas, que podem perpassar por problemas referentes à migração, desemprego, baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, incidências e agravamento de problemas de saúde mental, uso abusivo de diversas drogas, ações delituosas, rompimento dos vínculos familiares e afetivos.

São pessoas que além de estar e viver nas ruas, têm que enfrentar o estigma e o preconceito da sociedade que os veem como delinquentes, vagabundos e perigosos.

É fundamental compreender o modo de vida desses sujeitos, tendo em vista o contexto social, histórico, econômico e político, neste sentido “a pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos que são capazes, também, de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia [...]” (BOURGUIGNON 2007, p. 51).

O objetivo geral deste estudo é conhecer as principais determinações sociais que levaram os indivíduos à situação de rua e como estas influenciam sua permanência na rua tendo como contexto os usuários do Centro Pop de Franca/SP. Para nos pautarmos na busca pelo objeto, outros dois objetivos agregam e complementam esta investigação, portanto, objetiva-se também conhecer o perfil e as condições de vida dessa população e o trabalho desenvolvido junto à população em situação de rua no município de Franca.

Na expectativa do alcance destes objetivos propostos, foram realizadas pesquisas documental e revisão bibliográfica durante todo o processo de construção deste estudo, com respaldo no referencial teórico crítico dialético, por meio de autores que contribuem com a discussão sobre questão social, políticas sociais, política de assistência social, população em situação de rua.

1.2 O universo da pesquisa

A pesquisa tem como lócus de investigação a unidade do Centro Pop - espaço de atendimento à população em situação de rua na cidade de Franca. Observamos que o município também conta com dois outros serviços utilizados por esta população sendo o abrigo provisório e a casa de passagem.

A escolha do Centro Pop como lócus da pesquisa se deu em função deste espaço acolher este grupo populacional sem limitação de tempo de atendimento pela equipe técnica do serviço e, por conseguinte, manter um grau de atendimento mais longo.

Considerando as experiências vivenciadas pela pesquisadora durante o trabalho profissional enquanto profissional de Serviço Social é possível refletir as

relações estabelecidas junto as pessoas em situação de rua na cidade de Franca e compreender o que as levaram a ir e viver na rua.

Conforme Bourguignon (2007) “O serviço social como profissão sócio histórica tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento” (BOURGIUGNON, 2007, p.49). Desta forma, ao compreendermos as necessidades deste grupo podemos sugerir estratégias de enfrentamento do preconceito e da exclusão social.

O Decreto 7.053/2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais prevê o atendimento a este grupo populacional e este serviço deve voltar-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua.

Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC) entre 2011 e 2017, o número de Centros Pop mais do que dobrou, passando de 90 para 227 unidades em municípios com mais de 250.000 habitantes em todo no país.

Franca é uma cidade no interior do estado de São Paulo, fundada em 03 de dezembro de 1805 e elevada à condição de sede municipal em 28 de novembro de 1824. Ela é sede administrativa da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Franca que é formada por 23 municípios.

O Município possui densidade demográfica de 526,09 hab./km², e uma área de 605,681 km², sendo esta área dividida entre urbano e rural, onde 84,571 km² correspondem a área urbana. É considerada a 74^a maior cidade brasileira.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) a população francana em 2010, era de 318.640 habitantes com a estimativa de 347.237 habitantes para o ano de 2017. A divisão por gênero correspondia a: 163.176 mil (51,2%) mulheres e 155.464 mil (48,8%) homens da população total de 318.640 mil habitantes. Destes, declararam-se como 47,7% brancos; 43,1% pardos; 7,6% pretos; 1,1% de amarelos e 0,4% indígenas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2018, p.17).

Outro dado importante sobre Franca apresentado pelo Plano Municipal de Assistência Social (2015, p.46) refere-se a População Economicamente Ativa (PEA), a qual pessoas com mais de 18 anos em 2010, representava 56,5% do total de habitantes, somando 179.958 mil pessoas. Deste número, 72,9%, o equivalente a

169.042 mil pessoas, estavam ocupadas, 4,7% que representa 10.916 mil pessoas, desocupadas e 22,4% a população inativa. De acordo com o IBGE (2016), o salário médio mensal da população em 2015 era de 2.2 salários-mínimos, considerando os trabalhadores formais.

Diante disso é possível observar que o censo demográfico do município no ano de 2010 apontou 21.659 famílias com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, considerando este número que o município através das:

Políticas sociais devem ofertar serviços complementares para alcançar, de forma prioritária, todas as demandas trazidas pela população empobrecida, como forma de garantia dos direitos de cidadania. Cabe destacar que as políticas públicas devem buscar a superação do atendimento aos mais pobres, assegurando o direito a todos os cidadãos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p.55).

Os dados publicados em 2018 pelo IBGE e também no G1 notícias mostram que Franca gerou 6.000 mil vagas de emprego no setor calçadista de janeiro a junho de 2017 se colocando em primeiro lugar no ranking de geração de emprego¹. Em 2018 gerou 5.390 vagas de emprego entre janeiro e junho, ficando para trás somente da cidade de São Paulo, sendo que estes dados foram publicados em 2018 pelo jornal on-line G1 notícias na reportagem: “Ribeirão Preto e Franca estão entre as que mais geraram empregos no 1º semestre em SP”. Este cenário foi se modificando a partir da crise do capital vivenciada nos últimos anos (em especial pós 2008) e as decisões governamentais que impactaram ainda mais na população, em especial na população em situação de rua, como as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a aprovação da emenda constitucional 95 de 2016 conhecida como Teto dos Gastos².

Apesar das vagas de emprego apontadas anteriormente, a população de rua não possui oportunidade de acesso ao trabalho do ponto de vista da organização do trabalho na sociedade capitalista e as pressões da oferta de trabalho no mercado continuam a compor cada vez mais o grupo das pessoas em situação de vulnerabilidade.

1 G1 NOTÍCIAS. Ribeirão Preto e Franca estão entre as que mais geraram empregos no 1º semestre em SP, diz Caged, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/ribeirao-preto-e-franca-sao-as-que-mais-geram-empregos-no-interior-de-sp-no-1-bimestre-de-2018-diz-caged.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2020.

2 A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos, a PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos (EL PAÍS 2016).

Ao refletirmos sobre a questão de ofertas de emprego em Franca, observamos um quadro distinto do nacional. Segundo a Agência IBGE Notícias (2018), o desemprego no país está crescendo desde o ano de 2014, período em que se apresentou a maior baixa no índice – 6,8% - desde 2003. Se observamos no último biênio (2017 e 2018), o índice de desemprego vem ultrapassando a taxa de 10%.

Em relação ao desenvolvimento industrial e a economia, a cidade de Franca apresenta grande diversidade nos setores industriais, comerciais e de serviços. Atualmente há predominância do complexo coureiro calçadista, comércio de componentes para calçados com destaque para os curtumes e indústrias de artefatos de borracha. Nos últimos anos as áreas da indústria que mais cresceram foram: metal, mecânicas, alimentícias, elétricas, bebidas, lingerie, máquinas e equipamentos. Dados do PMAS (2018) mostram que no setor agropecuário ocorreu a ascensão na produção do café, leite e do gado para corte.

O Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021), aponta que a crise global dos últimos anos ocasionou o aumento do desemprego e da informalidade e também afetou o município de Franca. Dados do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca registram um número de 1.015 empresas do setor calçadista, com 20.874 mil trabalhadores em 2018, porém com a demissão de 8.000 trabalhadores no ano de 2017, estes tornam-se potenciais usuários da Política de Assistência Social.

Em relação a vulnerabilidade, o PMAS (2014-2017) destaca que no município não há áreas com grande concentração de vulnerabilidades, porém apresenta um índice de 3% de trabalho infantil que precisa ser enfrentado. Outro grupo vulnerável identificado pelo plano são as pessoas idosas (2,30%) com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, juntamente às pessoas com deficiência (2,0%). Outra vulnerabilidade apontada pelo documento, refere-se à população em situação de rua, objeto de interesse desta pesquisa. O documento traz o processo de marginalização e exclusão social vivenciado por essas pessoas, aliado ao conservadorismo e preconceito da sociedade em relação a essa população (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015).

Neste contexto, podemos notar que as expressões da questão social ³ se manifestam de diversas formas, e o seu enfrentamento precisa superar ações

3 Segundo Iamamoto, a questão social é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura” (2005, p. 27 apud SILVA, 2009, p. 26).

fragmentadas e pontuais. Assim, “[...] as políticas sociais devem ofertar serviços complementares para alcançar, de forma prioritária, todas as demandas trazidas pela população empobrecida, como forma de garantia dos direitos de cidadania.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 55).

1.3 O caminho metodológico

A pesquisa está fundamentada nas premissas do materialismo histórico dialético, que contribuiu com o processo metodológico, sobretudo na leitura da realidade e subjetividade das pessoas em situação de rua e suas condições de vida. Essa concepção teórico metodológica norteou também a investigação sobre as determinações sociais que levaram homens e mulheres a viverem nas ruas, pois propõe um posicionamento ético e político com uma análise crítica acerca da realidade com o objeto da pesquisa.

Segundo Lara (2007), o método de Marx emerge da realidade social, e procura investigar a conexão íntima do movimento real, pois, na perspectiva ontológica (marxiana), só é possível apreender o real por meio de construções de categorias, ou seja, de determinadas apropriações do objeto de estudo. Deste modo, optamos por utilizar o materialismo histórico dialético, uma vez que a realidade pesquisada é um cenário permeado pela diversidade e se constrói a partir da dinâmica da história investigada.

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...] (MARX 2002, p. 21, apud LARA, 2007, pg. 79-82).

O caminho metodológico se fez dos seguintes tipos de pesquisas: descritiva, exploratória, bibliográfica e documental. Deste modo, Lakatos e Marconi (2010, p.157), coloca que “técnica de pesquisa é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade de utilizar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

A pesquisa é exploratória, “pois investiga áreas de pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta as

hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2011, p.42).

Na pesquisa bibliográfica utilizamos o estudo sistemático desenvolvido mediante a leitura e a revisão bibliográfica de livros, artigos, monografias, dissertações, teses e outros materiais teóricos produzidos sobre o tema, assim explica Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Quanto a investigação documental, esta é realizada a partir da extração de dados e informações conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, diários, cartas pessoais e outros como exemplificado por Vergara (2011). Todo levantamento sistemático realizado nesta pesquisa documental encontra-se apresentado no próximo subitem.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado a partir de abordagem qualitativa e levantou de forma acessível os aspectos que permeiam o contexto vivido pela população em situação de rua, focou na preservação da riqueza dos dados coletados. Segundo Minayo (2001) a pesquisa qualitativa mesmo sendo criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador, é aplicada, por entender que esta pesquisa busca explicar os porquês através das representações, das crenças, das percepções e das opiniões que os humanos fazem a respeito de como vivem.

Para a construção desta pesquisa documental foram levantados dados do acervo de registros e documentos, bem como as atas do Centro Pop de Franca, devidamente autorizados pela Secretária Municipal de Assistência Social (em anexo). O recorte temporal de análise dos dados foi de janeiro de 2018 a dezembro de 2018. Também foram analisadas legislações da área de assistência social, portarias e regulamentos sobre a temática.

Esta fase da pesquisa implicou no levantamento de dados e informações de fontes fidedignas da unidade com o objetivo de recolher informações prévias sobre o perfil e o modo de viver dos usuários do Centro Pop.

Lakatos e Marconi (2010) explicam que a pesquisa documental é caracterizada pela restrição dos documentos a fonte de coleta de dados, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem, ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Os dados da pesquisa foram extraídos do acervo de registros do Centro Pop, os quais estão contidos em uma ficha de cadastro (anexo) utilizada como instrumental no cadastramento dos usuários no serviço. Ressalta-se que o cadastro e registro de informações das pessoas em situação de rua atendidas na unidade, são realizadas através desta fonte primária de dados e que este documento é de suma importância para a identificação e desenvolvimento do trabalho neste serviço. Além disso, esta ficha cadastral dispõe de dados pessoais dos usuários como: perfil, número dos documentos, ocorrências, contatos de familiares, informações e registros dos atendimentos e acompanhamentos realizados pela equipe técnica.

Esta ficha de cadastro deste equipamento público foi construída em 2013 pela equipe nos primeiros dias de funcionamento da unidade, objetivando conhecer o perfil da população atendida. Para tanto basearam-se ou consultaram os instrumentais utilizados pelo serviço de acolhimento (Abrigo Provisório) na época.

Esta ficha é utilizada pela equipe na realização do cadastro da pessoa em situação de rua que acessaram o serviço, e dispõe dos seguintes dados: nome, data de nascimento, idade, naturalidade, cidade de origem, quanto tempo em Franca, cor, estado civil, possui filhos, documento, escolaridade, filiação, família, endereço e contato familiar, trabalho, profissão, inclusão em programas sociais, tempo de rua, motivo de estar na rua, vício e acesso no serviço de Abrigo Provisório.

Observa-se que as fichas passaram por reformulação e foram alteradas a partir de 2019 com alterações como: o item cor trocou-se por raça/cor, sexo passou a ser colocado como identidade de gênero e orientação sexual; o item vício foi substituído por consumo de drogas, e foram acrescentados o acesso ao serviço de acolhimento Casa de Passagem, se já morou e/ou trabalhou no campo e em relação a saúde se fez ou faz algum tipo de tratamento e se faz uso de medicamento. Estas alterações foram importantes para serem mais fidedignas com o momento histórico que vivenciamos na atualidade.

Assim, a pesquisa documental contou com a ficha “antiga” e realizada a partir da recolha de dados de 749 cadastros do acervo do Centro Pop no ano de 2018. Todos os dados foram organizados e analisados, tendo como método o materialismo histórico dialético, na busca de identificar e compreender quais determinantes sociais motivam o processo de saída para as ruas.

Podemos afirmar que este acervo contribuiu integralmente com a pesquisa na obtenção de dados que alimentaram e subsidiaram a investigação sobre o modo de vida e realidade destes sujeitos, através de dados como: faixa etária, etnia, raça ou cor, naturalidade, grau de escolaridade, família, profissão, tempo em situação de rua e motivos que levaram a situação de rua.

Durante o processo de levantamento de dados para realizar a pesquisa documental, observamos no acervo de registro do Centro Pop, que todos os cadastros realizados desde o início do serviço em 2013, não foram até o momento digitalizados e ou tabulados. Esses documentos que alimentaram a pesquisa documental, encontram-se em formato manual e arquivados em pastas em ordem alfabética nos arquivos da unidade. Deste modo, com a dificuldade e morosidade na coleta destes dados, o recorte temporal foi limitado ao ano de 2018, período que também contemplou o cronograma de atividades e metas para a construção desta pesquisa.

O recorte temporal se deu considerando todo o ano de 2018, opção esta que representa um dos momentos de maior resistência da equipe e usuários do Centro Pop contra o desmonte e o retrocesso na Política de Assistência Social para a população em situação de rua, que atingiram os serviços especializados para este segmento populacional.

Entre fatos e acontecimentos no ano de 2018 podemos destacar: a) a Prefeitura Municipal de Franca (re) publicou uma campanha publicitária “Não dê esmolas: um não que transforma”, a mesma campanha foi lançada em 2011 com o slogan “Franca protege: não dê dinheiro, dê oportunidades”, assunto este, que trataremos com mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação. As duas campanhas de nomes aparentemente iguais, possuíam o mesmo objetivo: desestimular e combater a prática da esmola às pessoas em situação de rua, entretanto é possível perceber a prática higienista e, concomitantemente, o desrespeito a autonomia do sujeito, pois as campanhas não trouxeram a essas pessoas propostas e oportunidades das quais mencionaram. b) Neste mesmo ano ocorreu o corte da

alimentação no Centro Pop, que perdurou por seis meses, ao mesmo tempo, que se combatia a mendicância negava-se o acesso ao direito de segurança alimentar pertencente a este público.

1.4 A organização dos dados e a análise dos resultados

A análise dos dados apreendidos durante a pesquisa de campo deu-se pela própria lógica dialética do método materialista histórico. Assim, apreender-se-ão as categorias empíricas de análise da pesquisa, entendendo que são unidades contraditórias, complementares e dialéticas, relacionando com as questões relativas à conjuntura social, os determinantes sociais, bem como a produção e reprodução das relações sociais na sociabilidade capitalista.

Após concluirmos a coleta dos dados da pesquisa, realizamos a análise interpretativa e a tabulação dos resultados. Para tanto, fez-se necessário uma análise minuciosa dos detalhes dos resultados afim, de obter respostas sobre o objeto da pesquisa.

Para proceder com a análise e interpretação dos dados, classificamos e tabulamos essas informações coletadas para melhor evidenciar os resultados que estão apresentados de acordo com a análise estatística incorporando a transcrição das informações resultantes do processo metodológico em gráficos e tabelas.

Para a organização e sistematização dos dados da pesquisa coletados nas fichas de cadastro ordenamos e separamos as informações, relacionando o perfil dos usuários do Centro Pop e as possíveis determinações que levaram as pessoas a irem para as ruas. Em relação ao perfil, consideramos os tópicos: sexo, faixa etária, cor/raça, escolaridade, cidade de origem, tempo de moradia na cidade, quanto tempo na cidade, trabalho e consumo de drogas. A análise destes tópicos possibilitou conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa, suas trajetórias e condições de vida na rua, além de favorecer a compreensão do trabalho desenvolvido junto à população em situação de rua no município de Franca. As informações referentes a estes dados estão apresentadas através de tabelas e gráficos e analisadas no capítulo III desta dissertação.

Quanto aos dados referentes às determinações sociais que levaram as pessoas a irem, viverem e permanecerem nas ruas, estas foram também

distribuídas em várias possíveis determinações como: consumo de drogas, desemprego, ausência de moradia, família, transtornos mentais e sistema prisional. Estas foram apresentadas e analisadas no item 3.3 que trata sobre as determinações sociais que levaram homens e mulheres a viverem e permanecerem nas ruas do capítulo III desta dissertação. Nesta expectativa de alcance dos resultados através da análise, Bourguignon considera:

O conhecimento, resultado do processo de investigação permanente da realidade, deve ter como referência os seus frutos, materializados na prática social humana e em alterações que geram nas condições de vida dos seres humanos, nos seus comportamentos, nas suas atitudes e relações que estabelecem entre si e com a natureza e nas determinações sociais que impedem processos de rompimento com as condições de subalternidade em que se encontram (BOURGUIGNON, 2007, pg.53).

Deste modo, a partir desse processo metodológico da pesquisa identificamos aspectos e informações que levaram a uma melhor compreensão do objeto desta pesquisa, pois é de maneira mais aprofundada, que podem advir produção e conhecimento.

CAPÍTULO 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: pauperismo e modo de produção capitalista

*A injustiça avança hoje a passo firme;
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são.
Nenhuma voz além da dos que mandam
e em todos os mercados proclama a exploração;
isto é apenas o meu começo.
Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem:
aquilo que nós queremos, nunca mais o alcançaremos.
Elogio da dialética - Bertold Brecht.*

2.1 Modo de produção capitalista e questão social

O surgimento da população em situação de rua está ligado ao processo de acumulação primitiva, em que o aumento das desigualdades e a exploração do trabalho do homem tornaram-se a base deste sistema.

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestes das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. [...], em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e o trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação da dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da sua superpopulação relativa (SILVA, 2009, p. 27).

Neste contexto, torna-se natural as pessoas vivendo nas ruas por não estarem inseridas no mercado de trabalho. Aqui, essa exclusão, não resulta da incapacidade do trabalhador, e sim, um dos frutos do sistema capitalista. O qual se resume na acumulação demasiada de riqueza para alguns e no aumento da miséria para outros. Assim, o modo de produção capitalista espalha a miséria proporcional ao crescimento da riqueza; quanto mais se desenvolve, maior é a produção de riqueza e maior a produção da pobreza. Para Marx (2013), a “acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza

num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (MARX, 2013, p.721).

O modo de produção capitalista surge na Europa Ocidental a partir do século XVI, mas só se consolida no final do século XVIII, quando atinge seu melhor estágio. É neste contexto de profundas transformações econômicas, políticas e sociais, resultante da exploração da força de trabalho e das novas relações sociais de produção, que emergem as novas classes sociais: a classe burguesa (classe dominante), proprietária do capital e dos meios de produção e o proletariado como classe de trabalhadores que, a partir da separação entre os produtores diretos e os meios de produção, vendem sua força de trabalho na condição de assalariamento como única forma de sustento. Como se pôde observar, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1985, p. 105).

Outro aspecto a ser destacado, é que a mais-valia é a diferença “entre o valor produzido pelo operário e o valor de sua própria força de trabalho” (MANDEL, 1978, p. 33), visto tratar-se do valor produzido pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário. Essa relação capital/trabalho, reflete a relação do capitalista com o proletário, em forma de expropriação ou extorsão do excedente, assim o modo de produção capitalista se funda na relação de exploração. Portanto, pode-se dizer que,

[...] o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadorias (M) – máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M') que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D'). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 96).

Para tornar possível a extração da mais-valia o capitalista investe parte de seu dinheiro como capital constante, ou seja, nos meios de produção (instalações, máquinas, matérias-primas, ferramentas, insumos) e outra parte como capital variável (compra/ pagamento da força de trabalho). Para atender as expectativas do capitalista, os meios de produção tornam capital constante, pois no processo de produção os mesmos não criam novos valores, o valor é repassado para as mercadorias. Desta maneira, o dinheiro investido pelo capitalista no valor da força de trabalho constitui capital variável, porque é de sua utilização na produção que se

torna possível à produção de mais valor (da mais-valia), aumentando o valor investido inicialmente.

Para Behring e Boschetti (2007), o exército de reserva, ou seja, a superpopulação representa a expressão mais aguda da “questão social”, pois integra a parte da superpopulação relativa que está em maior grau de degradação das condições de vida, sendo constituído por aqueles que, embora aptos para o trabalho, não são assimilados pelo sistema capitalista.

Sob essa ótica, ocorre a exploração da classe de trabalhadores que possui a força de trabalho como única mercadoria, visto que o número de trabalhadores seja maior do que o número de vagas de trabalho, esse modo de produção carece de um exército de reserva, chamados supérfluos. De acordo com Marx (2013), a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p.706).

O modo de produção capitalista, produtor da sua própria manutenção e do valor do trabalho, gera uma superpopulação relativa levando muitos a viverem as margens das ruas.

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos (MNPR, 2010, p.8).

Deste modo, a população em situação de rua compõe essa superpopulação relativa e Silva (2009) explica que a “reprodução do fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo” (SILVA, 2009, p.97).

A partir do modo de produção capitalista, Marx (2013), divide a superpopulação relativa em três categorias: flutuante, latente e estagnada. Na categoria flutuante, os trabalhadores trabalham por algum tempo, depois deixam de trabalhar e em outro momento voltam a trabalhar. Na categoria latente, estão os trabalhadores migrantes do campo para as cidades, enquanto na terceira categoria estão aquelas pessoas que, apesar de inseridas no exército ativo de trabalhadores, exercem trabalhos irregulares. Entretanto, Marx aponta a existência de mais uma

categoria da superpopulação relativa, que denomina, o lumpemproletariado eminente do pauperismo. Segundo Marx (2013), é o “sedimento mais baixo”, composto por capazes ao trabalho, órfãos e incapacitados para o trabalho, como evidenciamos abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito [...] (MARX, 2013, p.719).

São vários os fatores associados a perda do trabalho, em relação a população em situação de ruas e esses fatores aumentam a medida que se aproximam das multifacetadas expressões da questão social. Deste modo, consideramos inadequado dizer que a população em situação de rua encontra-se somente em uma das formas superpopulação relativa, pois a situação de rua é a síntese de diversas determinações relacionadas a muitos fatores da história de vida dessas pessoas.

De certa forma, podemos dizer que a população em situação de rua está inserida em todas as suas formas de superpopulação relativa (lumpemproletariado, flutuante, latente ou estagnada), tudo depende de qual dos diversos estágios transitórios que passam durante a vida.

Para melhor entender os rebatimentos do modo de produção capitalista no fenômeno da PSR é necessário refletirmos sobre as expressões alarmantes da questão social e as desigualdades sociais gerada no cenário da sociedade capitalista, mais especificamente na apropriação privada dos lucros e condições de trabalho. Na opinião de Tiene, “a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida” (TIENE, 2004, p.19 apud SILVA, 2009, p. 97).

A questão social se forma no século XIX, expressa no fenômeno que ficou conhecido como pauperismo, esse fenômeno surgiu da reação da classe trabalhadora explorada no contexto da produção capitalista. O pauperismo adquire assim conotação política, sendo denominado pelos liberais como “questão social”. Para Netto:

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos.[...] Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas,

da violência à constituição das Trade unions⁴, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma versão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2007, p.154).

O diálogo em torno do violento processo de pauperização se dá a partir da inversão da ordem burguesa, ou seja, momento em que os pauperizados começam a evidenciar suas situações protestando contra elas. Da mesma forma, para Yamamoto (2005) se:

[...] a questão social é a expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas desenvolvidas a partir da relação entre o capital e o trabalho, ela expressa também rebeldia, não sendo um resultado natural da sociedade humana, mas uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. É, pois, inerente ao capitalismo. Este, a cada fase de desenvolvimento, gera expressões da questão social consoantes à conformação assumida. Assim, não existe uma “nova questão social” na atualidade, mas novas expressões da “velha” questão social (YAMAMOTO 2005, p. 27 apud SILVA, 2009, p. 26).

A questão social é vista por Yazbek (2001), como despolitizada, pois observa que o pensamento neoliberal reconhece o dever moral de auxiliar os pobres e “inadaptados” à vida social, não sendo reconhecidos seus direitos sociais, nesse processo de regressão de direitos, surgindo assim o discurso humanitário da filantropia.

Para Netto (2001), a questão social é neutralizada pela ação moralizadora, que a ameniza e classifica-a como um problema moral, além de seu enfrentamento através das políticas sociais corroborar em conservar a propriedade privada dos meios de produção, o governo que ao mesmo tempo investe em programas sociais, injeta também capital em bancos e grandes empresas desse país.

No Brasil e nos países da América Latina, devido a colonização, serviram como mecanismo para acelerar a acumulação primitiva de capital para as metrópoles europeias. Entretanto, a inserção do Brasil na ordem do capital foi marcada por um caráter dependente, devido a colonização o país construiu sua formação social na agro exportação, pautado no latifúndio e na escravidão.

4 As Trade unions foram as primeiras associações e posteriormente sindicatos dos trabalhadores, tinha como objetivo a luta contra a exploração capitalista, exigindo assim melhores salários e condições de trabalho. Seu principal e mais eficiente instrumento de luta era a greve, além de auxiliar financeiramente os operários em greve e ou desempregados, através das Caixas de Resistências (NETTO, 2007, p.154).

A industrialização no Brasil consolida-se tardiamente no século XX, em sua primeira fase, a industrialização, denominada por Santos (2012) de industrialização restringida e é acompanhada por um acelerado processo de industrialização e urbanização, principalmente no período de 1940-1950, concomitante do aumento do êxodo rural para as cidades. Muitas famílias chegam as cidades, e não consegue trabalho devido ao processo de industrialização que necessitava de mão de obra qualificada. De acordo com Silva (2006), essa população vai compor o exército industrial de reserva que passou a alimentar os centros urbanos recém-criados pelo processo de industrialização.

Para Pochmann (2006), três componentes desestruturaram o mercado de trabalho no Brasil, que teve sua pior crise em 2006:

O primeiro está associado à presença, em larga escala, do desemprego em praticamente todos os segmentos sociais. O segundo componente que caracteriza a desestruturação do mercado de trabalho diz respeito à regressão dos postos de trabalho formais, o que contribui para a perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações, também conhecido como desassalariamento. Por fim, o terceiro componente refere-se ao processo de destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados (POCHMANN, 2006, p. 59).

Como podemos perceber, não foi só a industrialização e a tecnologia que reduziram o número de vagas de emprego, mas deixaram suas contribuições as precarizações nas relações de trabalho, como a terceirização e o modelo de produção toyotista.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2008, p. 24).

Assim, a reestruturação produtiva no país intensifica a exploração do trabalho e a redução dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Infelizmente, observamos que a difusão de desemprego, o crescimento do trabalho informal, a subcontratação do trabalho, a diminuição dos salários e o aumento do trabalho em domicílio, acompanham o atual cenário do Brasil desde os anos 1980, fatores que levam a uma sociedade desigual e miserável. A atual realidade brasileira é apresentada por Betto (2019), através de dados nacionais do ano de 2018 segundo

fonte do IBGE. Os números são sobre a fome no país e retratam a desigualdade e a miséria em pleno século XXI: com a crise econômica iniciada em 2014, em 2018 mais de 13 milhões de pessoas não tinham condições de consumir 2.240 calorias mínimas diárias, quer dizer, não ingeriam o mínimo necessário para matar a fome e ter saúde, sendo que os trabalhadores braçais devem ingerir, por dia, 3.500 calorias.

Desta forma, o trabalho como afirmam Behring e Boschetti (2008, p. 50), “fruto de atividade humana, resultante do dispêndio de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana, individual ou social”, ao longo da história perde o seu sentido e transforma as relações entre os homens.

2.2 A Política Nacional de Assistência Social e Política Nacional para a População de Rua

A origem das políticas sociais no país está relacionada ao cenário criado pela questão social e as suas diversas expressões. A expansão da questão social nesse cenário aponta as controversas entre capital e trabalho, a qual não consegue suprir todas as necessidades da população. Desta forma, o Estado passa a intervir diretamente nas relações sociais entre o capital e trabalho, gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento a questão social, através de políticas sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004).

Neste sentido, a população desfavorecida que aumentava a cada dia, era privada do direito à propriedade da terra e do acesso ao trabalho, compondo a dimensão estrutural do capitalismo. Nota-se que, nesse período, a desigualdade e a pobreza estavam bem mais acentuadas, ao mesmo tempo que crescia a produção de riquezas concentrada nas mãos dos capitalistas. Como elucidada Iamamoto:

A evolução da questão social apresenta duas faces indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classes (...); outra expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la, e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiados no e pelo poder do Estado (IAMAMOTTO, 1999, p.79).

As altas taxas de desemprego no país registradas a partir de 1980 ampliam as demandas por acesso à saúde, à educação, à assistência social, trabalho e renda. Com as novas demandas o número de habitantes nas cidades passou a crescer exigindo mais investimento em infraestrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação. É nesse contexto de empobrecimento e desigualdade, resultado da concentração de riqueza, que ocasiona um processo de negação dos direitos sociais conquistados enquanto prosperava a defesa de um “Estado Mínimo”, que as múltiplas expressões da questão social manifestam.

A proteção social no Brasil mantinha um caráter excludente e seletivo, condicionado as situações de trabalho da época. Somente aqueles que possuíam empregos com carteira assinada tinham o direito à proteção social pública, assim sendo o direito passa a ser substituído por ações de favor e caridade.

As políticas sociais que garantem os mínimos sociais foram incorporadas pelo capital como forma de garantir e legitimar a dominação entre a classe trabalhadora e assegurar a manutenção da força de trabalho. Porém elas também são resultantes da luta de classes, ou seja, não se trata apenas de enxergá-las como concessão por parte do Estado, mas também fruto da organização e mobilização do conjunto da classe trabalhadora (BEHRING; BOSCHETTI, 2009 p. 78).

O processo de construção da Assistência Social brasileira enquanto política social iniciou a partir da Constituição Federal de 1988. Assim, a Constituição Federal também conhecida como “Constituição Cidadã”, ao instituir que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, dá um ponta pé inicial na luta pelos direitos sociais, bem como para as políticas sociais que vão se constituindo a partir deste marco histórico. Vale lembrar, que no período que antecedeu a Constituição Federal de 1988 as expressões da questão social eram tratadas no campo do assistencialismo, com medidas centralizadas, fragmentadas e com aspecto de caridade.

A assistência Social foi historicamente marcada pelo assistencialismo desde o seu surgimento, se configurando em ações filantrópicas organizadas pela sociedade civil e posteriormente pelo Estado com a criação da Legião Brasileira de Assistência Social em 1942 e outros organismos governamentais. Evoluiu gradativamente da concessão de ajuda em espécie, para os auxílios econômicos como forma de enfrentamento do pauperismo e programas de atenção a maternidade e infância, programas de atenção aos idosos, deficientes e outros necessitados. O eixo da assistência no primeiro momento se concentra no atendimento do indivíduo necessitado, que deveria ser ajudado e ajustado ao sistema social, visto que como pobre era o responsável pela sua condição de vida (BERETTA; ANDRADE, 2009, p.61).

Para a Assistência Social, a inserção na Seguridade Social tem início a construção de um novo caráter de política de proteção Social articulada a outras políticas do campo. A Assistência Social inicia-se como política social pública, voltada à garantia e universalização dos acessos aos direitos e de responsabilidade estatal, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo, do clientelismo para o campo da política pública. Desta forma, o desenvolvimento de programas e serviços sociais se objetivam a reduzir ou prevenir exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (Sposati,1998), bem como garantir aos seus usuários o acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

Em 1993, a Assistência Social é inserida no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS como política social pública. Segundo Raichelis (1998), os princípios e as diretrizes estabelecidos pela LOAS, demonstravam como desafios para a política de assistência social: estruturar-se como 'política' e consolidar-se como 'pública', pois surgem na contramão da conjuntura dos anos 1990, onde a adoção das medidas neoliberais aplicadas ao Estado reduzem os gastos nas áreas sociais.

Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS e publicada no DOU de 28/10/2004, assim expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003, que se coloca na perspectiva da efetivação das diretrizes da (LOAS) Lei Orgânica da Assistência Social e dos princípios enunciados na Carta Constitucional de 1988, que prevê a Assistência Social como uma política social e de responsabilidade do Estado, inserida no sistema de Proteção Social Brasileiro e no campo da seguridade social.

Como forma de enfrentamento das expressões da questão social a PNAS estabelece a articulação entre as demais políticas a partir do novo modelo de atendimento, o SUAS (aprovado em julho de 2005, pelo CNAS, por intermédio da NOB 130, de 15 de julho de 2005). Neste sentido, o SUAS reafirma os critérios da universalidade em articulação com iniciativas da sociedade civil, prevendo a articulação em todo território nacional do sistema de serviços, benefícios e ações da assistência social.

Como se pôde observar, a partir desse novo modelo a forma de atenção da PNAS, passa a prover serviços, programas e projetos nos dois níveis, baseado na

lógica de proteção social – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) para a família, indivíduos e grupos que dele necessitem; ampliação do acesso a bens e serviços, contribuindo para inclusão e equidade dos usuários da política; centralidade na família, promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários (MDS/PNAS, 2004, p.27).

Portanto, a Política de Assistência Social em seu processo de implantação assumiu um novo patamar, com importantes avanços em sua estrutura teórico-normativa, consolidando um importante movimento de regulamentação da área, com inovações no campo da gestão de uma política social que historicamente padecia de ilegitimidade e desprezível reconhecimento como política pública. Os avanços foram fundamentais, para o processo de expansão desta Política, que carrega várias contradições em detrimento das demais Políticas e de Seguridade Social, pois a proposta de articulação da proteção social tem sido pautada em políticas sociais compensatórias, tão pouco marcadas pela focalização e seletividade.

Um dos desafios da Política de Assistência Social de 2004 é aumentar e consolidar as conquistas na oferta de proteção social e acesso aos direitos para os grupos vulneráveis, neste caso, em especial a população em situação de rua. Para isso a (PNAS), garante a cobertura a população em situação de rua,

Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (PNAS, 2004, p.11).

Anteriormente a Constituição Federal, as ações específicas para esta população eram tidas como políticas de repressão (criminalização da população de rua, a qual era vista como vagabunda, malandra, bandida, etc) e políticas higienistas, muitas vezes violentas, as quais retiravam a pessoa da rua, de forma coercitiva enviava as pessoas para sua cidade de origem ou institucionalizavam em albergues, ou enviavam para vários tipos de serviços como: de saúde, iniciativas de geração de trabalho e renda, entre outros. Alguns destes serviços eram fornecidos pelos poderes públicos, mas a maioria era da iniciativa privada e não governamental. Entretanto, com a (CF) 1988 e a implementação das políticas públicas esse panorama mudou, pois no seu artigo 1º a lei garante a dignidade

humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, além de consagrar os direitos individuais, sociais e político de todo cidadão.

Historicamente, o marco das políticas de atenção a população em situação de rua se dá em 2009 com a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). Os movimentos sociais e da sociedade civil, deixaram um papel importante na implementação dessa política, pois pressionaram o Governo Federal a assumir as propostas formuladas para o atendimento desse segmento populacional. Vale ressaltar que a PNPR foi construída de forma participativa, pois as instituições da sociedade civil de apoio à população em situação de rua direcionaram-se para afirmar o acesso desta população ao direito humano, à vida e à dignidade, buscando, superar o caráter assistencialista e repressor (BRASIL, 2011, p.15).

Em 1993 foi criado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que reunia trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas e militantes. Essa organização participativa da sociedade civil com instituições e movimentos sociais também promoveu a implantação do “Grito dos Excluídos”, que tinha como objetivo dar visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como local de sobrevivência.

A tragédia que marcou a história dessa população ocorreu nos dias 19 e 22 de agosto de 2004, quando brutalmente foram atacadas 15 pessoas na Praça da Sé em São Paulo-SP, deixando 08 pessoas feridas e 07 mortos. Após o ocorrido, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil reivindicaram a participação no controle social da política pública de assistência social e na elaboração de propostas para a política nacional para a população de rua.

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MDS realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no qual foram discutidos, em conjunto com os movimentos sociais representativos dessa população, os desafios, as estratégias e as recomendações para a articulação das políticas públicas nacionais. Assim, o I Encontro Nacional resultou na aprovação da Lei nº 11.258, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para este público.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS e instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, composto pelos seguintes Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Educação, da

Cultura, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Justiça, e, ainda pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União foi criado com a finalidade de elaborar políticas públicas para a inclusão social da população. O GTI também contou com a participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada.

Em meio a este processo histórico e a necessidade de identificar as vulnerabilidades que compõem a realidade desta população e propor ações de enfrentamento da questão social, foi realizada a pesquisa nacional com este segmento populacional. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi realizada no período de agosto de 2007 a março de 2008, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

A Pesquisa Nacional abordou pessoas adultas em situação de rua, em um universo de 71 municípios (48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais) e apontou 31.922 pessoas vivendo nas ruas, essa pesquisa possibilitou reunir informações que permitiram compor o perfil e dinâmica deste fenômeno social, além de garantir os direitos fundamentais do ser humano para a própria subsistência, como: segurança alimentação, moradia saúde, educação e trabalho.

Contudo, a PNPR propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, de assistência social, trabalho e renda, habitação, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar e nutricional e o atendimento integral dessas pessoas. Os princípios e diretrizes dessa política dispõem de garantir acesso às políticas sociais por meio de serviços, benefícios, programas e projetos realizados de forma intersetorial, transversal e interdisciplinar envolvendo as três esferas de governo e que possibilitem um padrão de vida digno e a redução da pobreza e das desigualdades sociais (PNPR, 2009 p. 3).

Deste modo, coube à Política de Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cobrissem ou prevenissem exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendessem às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários,

visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

Neste contexto, criou-se o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua após a criação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, em 2008, através do Decreto nº 7.053/2009 e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constituindo-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal (BRASIL, 2011, p. 16-17).

Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o PAEFI, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social (BRASIL, 2011, p. 7).

Nesse sentido, as políticas públicas destinadas à população em situação de rua estão dispostas no âmbito da Proteção Social Especial (PSE), tanto de Média como de Alta Complexidade, contempladas pela PNAS/2004.

Particularmente em relação às pessoas em situação de rua, a oferta da atenção especializada na PSE tem como objetivo a construção de novos projetos e trajetórias de vida, visando à construção do processo de saída das ruas e o alcance da referência como sujeitos de direitos na sociedade brasileira (BRASIL, 2011, p. 37).

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no ano de 2009, são ofertados para essa população os seguintes serviços: Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Centro POP e Serviço Especializado em Abordagem Social, no âmbito da PSE de Média Complexidade, e Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Casa de Passagem e Serviço de Acolhimento em República para pessoas em processo de saída das ruas, sendo estes três últimos previstos no âmbito da PSE de Alta Complexidade.

O processo de saída da rua é lento e complexo, especialmente para aqueles que estão em situação de rua por mais tempo. Desta forma, para que este processo aconteça é necessário mais do que planejar a mudança de vida, ainda é preciso

muita luta pela afirmação dos direitos dessa população e a construção de práticas de atenção que contemplem a intersetorialidade e a comunicação entre os profissionais que atuam nas políticas sociais.

2.3 Hegemonia neoliberal e os retrocessos nas políticas sociais

Ao longo de sua trajetória político-econômica o Brasil foi demarcado pela exploração e pela desigualdade. Tais marcas, em sua maioria proveniente do Estado, grande mediador da sociedade burguesa que se utiliza das Políticas Sociais para solidificar seus interesses e manter a ordem. Evidentemente, que para manter este cenário atuante o capitalismo reciclou e reforçou as condições de exploração na busca eminente pelo seu objetivo: o lucro. Alguns exemplos desses modelos de governo influenciados pela hegemonia neoliberal no Brasil serão tratados nesse item da dissertação.

O neoliberalismo no Brasil mudou a estrutura das políticas sociais através do esfacelamento dos direitos sociais. Conduzido pelo poder econômico político dos principais países capitalistas, o Brasil abriu seu território para o capital privado internacional. Entretanto, ao oferecer espaço em seu território, o Brasil favorece a insatisfação das camadas dominantes e a consolidação do neoliberalismo começa por meio de discursos que definem o Estado como ineficaz, corruptível, propulsor de crises, dispendioso e traz como resposta um projeto messiânico pautado em reformas a níveis jurídicos, econômicos e sociais, permitindo maior flexibilidade nas relações entre as classes (ABREU, 2017, p.7).

[...] o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas oposicionistas tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente. (HARVEY, 2013, p. 32)

O surgimento do neoliberalismo se deu após a II Guerra mundial, a partir de uma reação ao Estado gerencialista. Com a crise nos anos 1970 ganhou força esta ideologia e nos anos 1980 a ideologia neoliberal triunfou nos países com o capitalismo avançado. Assim, o “neoliberalismo tornou-se uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” (SADER, 2008, p. 39). É curioso notar que o neoliberalismo é uma filosofia

que se apresenta como teoria econômica e se apropria da tese da liberdade, porém essa liberdade não é real principalmente para países subdesenvolvidos como o Brasil pela forma como se inserem na DIT (Divisão Internacional do Trabalho).

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova gestão das Políticas Sociais por intermédio do Estado. Nesta lógica, a Política Social integra um complexo político–institucional, denominado Seguridade Social, que por sua vez, constituiu a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar Social ou do Welfare State, assim refere-se:

àquelas modernas funções do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania [...] a qual foi depois da II Guerra Mundial distanciando-se dos parâmetros do *laissez-faire* e do legado das velhas leis contra a pobreza (PEREIRA, 1998, p. 60).

Como resultado, a partir dos anos 1990, o Brasil sofre a ofensiva Neoliberal que causou um conjunto de medidas que desfavoreceram as Políticas Sociais com a privatização, flexibilização, a parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e um Estado mínimo na área social. Ademais, na década de 1990, fatores de ordem econômica, política e ideológicos estabelecidos pela ofensiva neoliberal, influenciaram as Políticas Sociais e as relações de trabalho. Além disso, as ações neoliberais privilegiam o setor privado e desfavorece as políticas sociais públicas, para isso transfere os recursos destinados à Seguridade Social para o capital, mercantiliza a saúde e a previdência, desresponsabilizando cada vez mais o Estado. Behring e Boschetti (2011, p.147) consideram que os anos 1990 até os dias atuais têm sido de contrarreformas do Estado frente às conquistas constitucionais de 1988.

Nesta perspectiva, percebeu-se na estrutura da sociedade a influência da crise estrutural de 1970 nos países subdesenvolvidos, a partir das seguintes representações, tais como: capitalismo financeiro, regime de acumulação flexível, avanço tecnológico; terceirização dos serviços, altos índices de desempregos (redução de empregos formais e estáveis), presença de trabalhos extremamente qualificado e desqualificado, crescimento do setor de serviços, impactos negativos sobre a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999).

Relacionados a este contexto, outras medidas sustentaram o crescimento do capitalismo flexível no Brasil, no qual “a ‘flexibilização’, ‘desregulamentação’ e ‘privatização’ —, decorre do próprio movimento da ‘globalização’” (NETTO, 2012, p. 422, grifos do autor). Em virtude das manobras neoliberais as pessoas são

estimuladas a se sustentarem através do trabalho, em meio ao desemprego e desigualdade social. Verificamos também, o aumento nos cortes dos programas e benefícios, e a ausência do Estado na provisão dos bens e serviços fortalecendo a relação do público e privado controlado pelo capitalismo.

A utilização extensiva da terceirização/subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho e a um aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho. Em nome da produtividade e da competitividade atribui-se a firmas “terceiras” tarefas anteriormente realizadas pelas empresas principais. No entanto, diante de um mercado de trabalho pouco qualificado e com grande disponibilidade de mão de obra, a economia de custos tem efeitos devastadores sobre a oferta de empregos (RAMALHO, 1997, p.88)

Deste modo, Mota (2009) procurou caracterizar os prejuízos causados nas políticas sociais pela influência neoliberal. Segundo a autora, as Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social formaram um largo e articulado mecanismo de proteção, conforme prevê a Constituição Federal, não obstante nesse contexto formam uma unidade contraditória e desordenada. Um dos agravantes dessa desarticulação, é o processo de mercantilização e privatização das políticas de Saúde e Previdência Social, em contrapartida o desenvolvimento da Política de Assistência Social, de tal modo, que ela se transforma em um novo mediador de enfrentamento à desigualdade social, sendo posta como principal mecanismo de “proteção social” no Brasil e de “combate” à pobreza relativa, tornando-se um mito social. Tais mudanças foram denominadas por Behring e Boschetti (2011, p. 162) de Welfare Pluralism ou Welfare mix em substituição ao Welfare State keynesiano.

Notamos que os resultados dessas reformas abalaram o país no âmbito econômico e social, assim para justificar a erradicação da inflação, gestada nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994/1998 – 1999/2002) a abertura econômica do Brasil ao capital internacional foi avassalada assim como as privatizações e a reforma do Estado. Logo, a política neoliberal nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso não foi a mesma do início dos anos 2000 nos governos Lula e Dilma, pois a crise dos governos neoliberais levaram a alteração do capitalismo flexível a qual foi movida pela política do neodesenvolvimentismo. Para Alves (2014), isso não significa o fim da política neoliberal, mas uma maior centralidade na política do neodesenvolvimentismo como um novo modelo de

desenvolvimento capitalista com foco na distribuição de renda e no aumento do gasto público, isso com incentivos do Estado.

O Governo neodesenvolvimentista de Lula e Dilma Rousseff nos anos 2000 centralizou-se na Política de Assistência Social tendo como principais ações os programas de transferência de renda, apesar do foco e da seletividade, observa-se que a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) que pôde contribuir positivamente na pobreza absoluta, tendo em vista que muitas famílias só dispõem dessa renda para segurança de sobrevivência conforme garantido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). (SILVA, 2006). Em virtude desse discurso, a política neodesenvolvimentista se ampliou no país “positivamente”.

Segundo os dados da Comissão Econômica para a América Latina - Cepal (2011), dos programas brasileiros, o que contempla o maior número de beneficiários em termos absolutos é o “Bolsa Família”, que atinge 52 milhões de pessoas, os demais implementados são: Bolsa Alimentação (2001-2003), o Bolsa Escola (2001-2003), o Bolsa Família (2003-), o Cartão-Alimentação (2003) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (1997-). A situação de pobreza que os brasileiros vivenciam não é recente e a implementação dos programas de transferência de renda dá margem a dúvidas, quanto a sua eficácia e medidas de vigilância moral.

Nessa perspectiva, a própria crise da sociedade baseada no trabalho assalariado vai impactar nos mecanismos públicos de seguridade social. Seja pelas críticas aos modelos universais de direitos e garantias sociais, seja pela crise fiscal do Estado, ou ainda pela ideologia neoliberal que vai indicar o caminho da superação da crise, através da criação de novas características aos programas de proteção social (MOTA, 2001).

Para tanto, o neodesenvolvimentismo surge no Brasil no estágio de enfraquecimento do plano econômico, o qual “revelou-se como parte da dinâmica entre produção e reprodução social do capital” (SITCOVSKY, 2010, p. 237) a partir do formato de proteção social. Neste cenário do neodesenvolvimentismo, adota-se o ideário do: empreendedorismo, auto emprego, auto negócio e a sustentabilidade e a liberdade de escolha individual.

Na mesma ótica, surge o ideário processo de “liberalização” da seguridade social, em que a reconstituição do mercado, a competição e o individualismo aparecem como eixos principais para o desenvolvimento das políticas sociais. Não

obstante, as antigas medidas relacionadas ao Estado de Bem Estar social são deixados de lado, abrindo espaço para estratégias de competição e individualismo.

Contudo, as ações promovidas para o combate à pobreza denotam a ideia de “[...] fortalecimento da capacidade dos pobres para lutarem contra a pobreza como sujeitos desse processo, aposta no crescimento individual e na melhoria das condições de acesso à produção (incentivo a geração de renda), ao microcrédito [...]” (MOTA, 2012, p.187).

Então, “é obvio que estas políticas permitem o aumento do consumo das famílias, porém, são iniciativas que não interferem na origem das desigualdades” (MOTA, 2012, p.168). De fato, existe um falso desenvolvimento social incorporado ao capital facilitando sutilmente o consumo e/ou subconsumo da população em situação de pobreza e/ou extrema pobreza através dos mínimos sociais e trabalhos precarizados.

Há sinais de uma “questão social” fragmentada na perspectiva pós-moderna, que surgem nas questões: política, econômica, ambiental, educacional, da mulher, do índio, do movimento LGBT, dentre outras. Assim, lamamoto (2008) destaca que a “questão social” está para além das expressões de pobreza, na era do capital financeiro, o qual fomenta a banalização da vida social. As novas configurações da “questão social” apontam para um acirramento da alienação do trabalho social e dos sujeitos que o compõe.

O governo de Michel Temer teve início em (2016-2018), após um processo de impeachment contra Dilma Rousseff. O mandato de Temer foi marcado pelo fim dos Ministérios das Mulheres, Igualdade Racial, Cultura e dos Direitos Humanos, a maioria direcionada para perspectiva da inclusão social.

Na contramão, Temer mostrou seu caráter antidemocrático, quando facilitou o Projeto de Emenda Constitucional “PEC 241” que previa o congelamento/corte dos gastos sociais (saúde, educação e assistência social) por 20 anos sem a mínima proposta para os trabalhadores. Mergulhado no neoliberalismo, Temer lança o programa “Ponte para o Futuro”, que previa medidas que alterava as relações de trabalho e restringia as políticas sociais, assim como as contrarreformas trabalhistas e da Emenda Constitucional n°95.

O atual governo de Jair Bolsonaro (iniciado em 2019) impulsiona o fortalecimento de uma versão “agressiva” do neoliberalismo. Bolsonaro, ex-capitão do exército, de extrema-direita, foi eleito com 55,13% da preferência eleitoral, ou

seja, 57,7 milhões de votos, com o mote de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (BETTO, 2020, p. 24). Em 2019, em seu discurso de posse não fez referência aos graves problemas da época que afetavam o país: o desemprego de mais de 12 milhões de brasileiros e o sucateamento do sistema público de saúde. Proferindo um discurso anticomunista de campanha ao prometer “libertar o país do socialismo” (BETTO, 2020, p.28).

Assim como Temer, em pouco tempo, o governo Bolsonaro extingue Conselhos e Ministérios, como por exemplo, dois importantes conselhos ligados à Presidência da República, o de Desenvolvimento Econômico e Social e o de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Outra medida tomada pelo atual governo, foi a transferência das ações de responsabilidade (reforma agrária e a demarcação regularizar de terras indígenas e áreas remanescentes dos quilombos) para o atual Ministério da Agricultura e de Controle Ruralista, medidas que antes eram de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além disso, aprovou e contribuiu com a remoção da estrutura dessa pasta, a sigla LGBTQI+⁵ entre as atribuições do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, causando muita revolta em especial a este grupo de pessoas.

O governo de Bolsonaro continua adiante no fomento das ações neoliberalistas, através de outras medidas sendo uma delas a aprovação da reforma da previdência social publicação da Emenda Constitucional (PEC) nº. 103 de 2019, em 13 de novembro de 2019, que altera dispositivos da Constituição Federal e o sistema de Previdência Social, “disciplinando” regras de transição. Em uma entrevista sobre a economia do governo Bolsonaro concedida ao GGN a economista Paulini (2018), comenta:

[...] Isso leva a um aprofundamento do programa neoliberal que foi abraçado integralmente pelo governo Temer. Na realidade, nos governos anteriores do PT não se abandonou o neoliberalismo. Em muitos momentos, a política econômica foi a do neoliberalismo, mas algumas coisas foram contra. Por exemplo, houve um breque nas privatizações, os próprios programas sociais, pelos impactos que tiveram, acabaram influenciando o fortalecimento do Estado, o que não era bem-visto pelo liberalismo e o neoliberalismo. A política externa foi também o contrário do que se esperava

5 Sigla internacionalmente utilizada para se referir aos cidadãos e cidadãs Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersexuais, Assexuais e Queer. **Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT**, (SÃO PAULO, 2014, p 03). Disponível em: http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em: 16/06/2020.

de um país neoliberal. O governo Temer muda tudo isso e adota a cartilha liberal. O governo Bolsonaro vai aprofundar isso (PAULINI,2018, p2).

Mesmo antes de seu mandato, o Presidente Jair Bolsonaro se envolve em situações polêmicas e conflituosas, ao refletirmos sobre suas medidas e representações em discurso político, evidenciando uma figura presencial com características messiânica, preconceituosa e fascista, além disso, favorável a ditadura militar. Em um de seus pronunciamentos, disse: “é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leve a insegurança a todos os lugares” (O GLOBO, 2019, p.6 apud BETTO, 2020, p.29). Giorgetti afirma, que a discriminação, [...] “não é obrigatoriamente fruto das representações preconceituosas; ela surge também, [...] do desejo de manter o próprio privilégio”. (GIORGETTI, 2012, p.64).

De um modo geral, vivenciamos no governo de Jair Bolsonaro uma constante avalanche na efetivação dos direitos sociais historicamente conquistados. A sociedade brasileira vivencia o desmonte cruel dos projetos, dos serviços públicos e em especial das Políticas Sociais, tendo impacto direto nas famílias e grupos em situação de vulnerabilidade, em especial a população em situação de rua. Enfim, o Brasil não precisa de “reformas”, de reformismos, precisa de uma revolução, pois “a crise confronta a humanidade a uma versão apocalíptica do dilema socialismo ou barbárie, sobrevivência ou aniquilamento coletivo (MANDEL,1982, p. 230).

2.4 População em situação de rua no Brasil

Neste item, contextualizamos sob a perspectiva histórica, o surgimento da população em situação de rua no Brasil e como no processo histórico foi sendo percebida pela sociedade e pelo Estado. Podemos dizer que a população em situação de rua não é só uma realidade contemporânea, mas sim, um fenômeno social que surgiu ao longo dos tempos, de diferentes maneiras, com aceitação ou não pela sociedade.

Trata-se de um fenômeno historicamente antigo, pois na Grécia e no Império Romano já havia pessoas em situação de rua, bem como na Idade Média (COSTA; SILVA, 2009). A população em situação de rua surgiu da formação das sociedades desde a antiguidade, sempre caracterizada pela miséria e pela exclusão:

[...] desde a antiguidade, já eram registrados grupos habitando as ruas e vivendo quase que exclusivamente da mendicância. Apesar de o fenômeno ter várias conotações ao longo da História, morar na rua sempre esteve relacionado ao espaço urbano. A civilização grega e o Império Romano também geravam pessoas vivendo nas ruas; na Idade Média, há notícias, inclusive, de uma certa “profissionalização” da situação de rua. Já, na Era Industrial, sabe-se que teria havido repressão generalizada à difusão de atividades ligadas à vagabundagem e à mendicância (COSTA, 2005, p.5).

Nesta perspectiva, o governo Inglês criou em 1834, a Lei dos Pobres, preocupado com o aumento da população urbana, em consequência ao êxodo do campo para as cidades, a Lei tinha como principal objetivo administrar o auxílio aos pobres e impedir que estes reivindicasse ajuda e ainda previa a submissão ao trabalho forçado na chamada “Casa de Correção” para aqueles que não tivessem condições de trabalhar, por motivo de doença, deficiência física ou por não possuir nenhuma ocupação. Naquela época, a pobreza era atribuída como traço genético, a qual poderia indicar um problema de caráter. Martinelli (2006, p.56) conclui que ser atendido pela Lei dos Pobres implicava em perda da cidadania e, desta forma, os sujeitos atendidos por esta lei perdiam o domínio sobre suas vidas e necessariamente passavam a ser tutelados pelas instituições públicas. Neste período, já percebíamos a dominação da classe detentora de poder e seu apoio às práticas higienistas.

Com a divisão da Europa em grandes áreas de terras, os feudos, cujos donos eram os senhores feudais produziam para sua subsistência e boa parte da produção era para o senhor feudal. Por um tempo, o modo de produção feudal não representava excedentes aos moldes capitalistas, não obstante, com a mudança nas técnicas de produção e com o avanço tecnológico, a produção excedeu e com o crescimento do excedente, as feiras faziam-se necessárias com uma frequência cada vez maior e as cidades, antes esquecidas, voltaram a ter importância (KOSHIBA, 2004).

“A cidade pré-industrial se caracterizava em parte pela onipresença de mendigos” (SNOW; ANDERSON, 1998, p.29). Deste modo, podemos perceber que este “fenômeno população em situação de rua remonta o surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras” (SILVA, 2009, p.25).

Em suma, Marx (1988), explica que as primeiras pessoas a viverem nas ruas, foram os camponeses, expulsos de suas terras após o fim da sociedade feudal que culminou a acumulação primitiva, a qual fez emergir a sociedade capitalista. No processo de acumulação produtiva a família camponesa acostumada a trabalhar e se sustentar através da terra, tornaram-se trabalhadores assalariados, destituídos de suas casas. Com o alto valor dos alimentos e alugueis, ficava cada vez mais difícil o sustento e muitos que enfrentaram a extrema pobreza, foram obrigados a sobreviver nas ruas. Os que foram absorvidos transformaram-se em assalariados sem direitos e os que não o foram transformaram-se em mendigos, vagabundos e ladrões (MARX, 1988b apud SILVA, 2009, p.101).

É, sobretudo, neste contexto que suscitou o fenômeno do pauperismo, latente desde as sociedades pré-industriais da Europa.

[...] pode-se inferir que esse fenômeno, que possui múltiplas determinações imediatas vinculadas à trajetória de vida de cada pessoa atingida por ele, tem origem na base estrutural da sociedade capitalista, no contexto do processo violento e sanguinário de expropriação dos produtores rurais e camponeses que ficaram privados de suas terras e foram compelidos a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho em formação, no início da industrialização europeia, sem que todos tivessem sido absorvidos pela produção capitalista [...] (SILVA, 2009, p.101).

No Brasil, o processo de migração do campo para cidade acontece em 1950, após a chamada industrialização tardia, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. As indústrias estrangeiras nos setores automobilístico, químico, farmacêutico e eletrônico fracassados pela guerra, instalaram suas indústrias no Brasil, contribuindo com o crescimento da populacional nas cidades. Mas nem todos conseguiram trabalho, pois não possuíam a qualificação exigida, assim muitos foram viver nas periferias, em meio à crise no mundo do trabalho. Com o desenvolvimento tecnológico aplicado a produção de bens e produtos, os postos de trabalho reduziram os salários desvalorizaram e o desemprego expandiu. Outros fatores motivaram a precarização nas relações de trabalho, foram a terceirização que subcontratava os trabalhadores e o modelo japonês de produção toyotista.

[...] para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (ANTUNES, 2008, p.34).

Os anos 80 são marcados pela reestruturação produtiva causada pelo capitalismo através da intensificação da exploração do trabalho e, conseqüentemente, da redução dos direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, cresce o abandono dos postos de trabalho, a rotatividade dos trabalhadores se torna mais frequentes, e deste modo, a subcontratação, o aumento do trabalho informal, as formas de trabalho precário e a redução da carga horária prolongam o desemprego e congelam os direitos do trabalhador.

[...] essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial (ANTUNES, 2008, p.49).

Assim, a extrema pobreza agrava o atual cenário e junto a desigualdade social e a exploração do trabalho tornam-se em manifestações da questão social. A discussão sobre a pobreza e a desigualdade social permeiam debates de vários estudiosos do assunto. Deste modo, por se tratar de uma discussão complexa, trataremos para este estudo somente considerações que abordem o histórico da população em situação de rua. Segundo Nascimento (2000) a desigualdade tem como característica a forma de distribuição da riqueza na sociedade, por outro lado a pobreza é a incapacidade de suprir necessidades essenciais. Assim define:

O conceito de desigualdade social refere-se [...] à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não tem as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas (NASCIMENTO, 2000, p.58).

Para Marx (1988, p.71) a desigualdade social e a pobreza são reproduzidas continuamente, isso acontece por que: “o trabalhador sai sempre do processo como ele entrou, fonte pessoal de riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito”. Nessa perspectiva Yamamoto afirma:

A pobreza não é apenas compreendida como resultado da distribuição de renda, mas referida a própria produção. Ou, em outros termos, à distribuição dos meios de produção – e, portanto, às relações entre as classes, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual, intelectual, cultural e moralmente (IAMAMOTO, 2004, p. 16).

Esta análise feita por Iamamoto (2004) pressupõe o fim da desigualdade social e da pobreza após a eliminação do modo de produção capitalista. No entanto, o modo de produção capitalista e as transformações no mundo do trabalho, com a excedente exploração da força de trabalho, reproduz desigualdades sociais e aumenta a extrema pobreza. Dessa forma, Silva explica:

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconstante das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa (SILVA 2009, p. 27).

Notamos que população em situação de rua foi historicamente estigmatizada socialmente, porém alguns destes adjetivos estigmatizantes acompanham até hoje o discurso da discriminação e do preconceito. É exemplo dessas denominações: “[...] mendigo, morador de rua, sofredor de rua, sem-teto, pedinte, indigente, excluído, andarilho, trecheiro, trabalhador sem teto, catador etc.” (JUSTO, 2005, p.59).

No final da década de 1980, com o agravamento da questão social e as altas taxas de desemprego registradas, as demandas por acesso à assistência social, saúde, educação, transporte, saneamento básico e habitação aumentaram, políticas que os movimentos sociais passaram a reivindicar na perspectiva da garantia de acesso aos direitos e erradicação da escassez de recursos.

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vinculasse à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2009, p.95).

A população em situação de rua no Brasil é caracterizada como ampla e complexa, e sofre com as várias formas de exclusão. Além de complexa, essa população também é heterogênea, pois carrega histórias de vida singulares e específicas, mas que podem perpassar por problemas comuns referentes à migração, desemprego, baixa escolaridade, falta de qualificação profissional, incidências e agravamento de problemas de saúde mental, uso abusivo de diversas drogas e rompimento dos vínculos familiares e afetivos.

De acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, essa população é caracterizada como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (BRASIL, 2008b, p.8).

Este conceito apresentado pela Política Nacional para População em Situação de Rua define população de rua como “[...] a parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades (BRASIL, 2008b, p.8)”. A Política refere-se ainda que exista uma formação, denominada “subcultura” o que torna evidente a extensão da desigualdade social no Brasil, a qual está inserida na lógica do sistema capitalista do trabalho assalariado, cuja pobreza extrema é produto de seu estabelecimento, que tem como consequências não só a exclusão social, mas a total expulsão, bem como a privação da participação efetiva no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse caso, o sistema capitalista ora vigente, torna a população em situação de rua banida a de todos os processos sociais, políticos e econômicos.

Por outro lado, vale ressaltar que não existem pesquisas que caracterizem esse público com abrangência nacional, trata-se de uma população sem visibilidade para órgãos oficiais de contagem populacional. De fato, o próprio Censo realizado pelo Instituto Nacional de Geografia Estatística (IBGE) no ano de 2000, não contabilizam essa população em sua amplitude, em função da sua falta de residência ou moradia. Os poucos dados existentes são oriundos de pesquisas realizadas por municípios, ou por universidades, cujos propósitos são analisar um aspecto ou outro, vigentes nas realidades locais.

Para conhecer melhor as características e o perfil dessas pessoas foi realizada a Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua de agosto de 2007 a março de 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em parceria com as Secretarias Nacionais de Assistência Social (SNAS) e a Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Segundo os dados do (MDS). A primeira Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua levantou o perfil da população em 48 municípios com mais de 300.000 habitantes, abrangendo 23 capitais, exceto São Paulo-SP, Belo Horizonte-MG, Porto Alegre-RS e Recife-PE, pois já haviam realizado um levantamento sobre essa população. Entre os municípios participantes estava Franca, que na contagem representou 0,024% da população de rua total, ou seja, 78 pessoas viviam em situação de rua na cidade.

Publicada em 2009, a pesquisa nacional identificou 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua em universo representado por 71 cidades brasileiras, dos quais 8.782 (27,5%) foram abordados em serviços de acolhimento e 23.140 (72,5%) nas ruas, apontando uma média nacional de 0,061% por habitante. Contudo, a somatória da pesquisa nacional com os números das capitais (São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), que já haviam realizado a pesquisa somam 50.000 adultos em situação de rua, este número incentivou o avanço e o redirecionamento da implantação de políticas públicas voltadas para este público.

Com os dados da Pesquisa Nacional (2008) foi possível levantar os seguintes dados: a maioria dessa população é do sexo masculino, representando 82%, predominantemente jovem e economicamente ativa. Dos entrevistados, 29% se declararam brancos, 39% se declararam pardos e 27% se declararam pretos, e se somarmos pardos e pretos temos uma proporção de 67%. Em relação ao trabalho, predominam as atividades informais com um percentual de 52%, estando entre elas: catadores de materiais recicláveis - 27,5% e flanelinhas - 14,1%, em outras atividades como construção civil - 6,3%, limpeza - 4,2%, carregadores/estivadores - 3,1%, a maioria deste grupo - 47,7% nunca tiveram a carteira assinada e um pequeno número de pessoas - 15% usam a mendicância como forma de conseguir dinheiro.

Quanto à escolaridade, a pesquisa nacional trouxe, a que a maioria dessas pessoas ou 63,5% não concluiriam o ensino fundamental, sendo que 17,1% não foram alfabetizados e 8,3% apenas assinam o próprio nome. Ao que se refere aos vínculos familiares, 40% não mantinham qualquer contato com a família e 34,3%

mantinham contato com mais frequência. Destes apenas 10% encontrava-se acompanhada de um familiar na rua. No que diz respeito a alimentação, 80% da população declarou que se alimentam pelo menos uma vez ao dia, sendo que 27,4% pagavam pelo próprio alimento e 19% não conseguia se alimentar todos os dias.

Os dados do I Censo e Pesquisa Nacional permitiram desmistificar algumas percepções sobre as pessoas em situação de rua, trata-se de uma população formada por trabalhadores que ocupa espaço no universo do trabalho informal para garantir a sobrevivência. Além disso, chama atenção uma pequena parcela de pessoas com formação universitária (BRASÍLIA, 2005, p.101).

Mensurar o número de pessoas em situação de rua no país foi sempre um desafio que exige estratégia e planejamento devido as especificidades desse grupo, a mobilidade e a movimentação nos territórios urbanos. Porém o número das pessoas vivendo nas ruas no país tem se tornado cada vez maior e os últimos censos realizados sobre a população em situação de rua foram na cidade de São Paulo no período de 2000 a 2015 e recentemente em 2019. A FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)/Prefeitura de São Paulo-SP foram os responsáveis pela realização e divulgação do censo nos anos de 2000, 2009, 2011 e 2015 na cidade de São Paulo, conforme as tabelas a seguir mostrando o número de pessoas em situação neste período.

Tabela 1 - Número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000 a 2015

Ano	Nº de pessoas
2000	8.706
2009	13.666
2011	14.478
2015	15.905

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

Tabela 2 - Taxa de Crescimento Anual do Total da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo-SP

Período	Taxa de crescimento Anual do total
2000-2009	5,14
2009-2015	2,56

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

Esses dados mostraram que o número de pessoas vivendo nas ruas de São Paulo em 15 anos aumentou aproximadamente 7.199, como o crescimento da taxa anual em 5,14 no período de 2000 a 2009 e 2,56 no período de 2009 a 2015.

Em 2019 foi realizado um novo censo na cidade de São Paulo-SP pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) que contabilizou um aumento de quase 180% no número de pessoas vivendo nas ruas de São Paulo-SP em 19 anos. Segundo o DIEESE, essa recente contagem apontou que no ano de 2015 havia 15.905 pessoas em situação de rua em São Paulo, em 2019 este número saltou para 24.344 pessoas. Outros dados sobre essa população foram pesquisados, como a taxa desemprego que subiu de (12%) em 2015 para (16%) em 2019. A recente pesquisa também apontou os motivos de viverem nas ruas relatados pelos entrevistados, dispostos na tabela 3.

Tabela 3 - Principais motivos das pessoas na cidade de São Paulo viverem nas ruas

Principais motivos	Pessoas (%)
Falta de moradia	13 %
Desemprego	23 %
Dependência química e/ou transtornos mentais	33%
Conflitos familiares	49%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados pesquisados.

Sendo assim, conhecer o perfil desta população que faz das ruas seu espaço de sobrevivência, permite ao profissional que atua diretamente com essa população, um trabalho de desconstrução de ações repressivas e discriminatórias com o objetivo de garantir a essa população o acesso aos direitos e o fortalecimento das ações das políticas públicas no país.

2.5 A política de assistência social no município de Franca e os serviços para a população em situação de rua

O histórico da Política de Assistência Social em Franca data a partir do ano de 1900 com ações desenvolvidas pelas entidades sociais filantrópicas, mas só se efetivou com caráter de política pública a partir de 1940 e após a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, que definiu o tripé da Seguridade Social, integrado pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social. E tornou-se mais expressiva em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como política pública de direito social. É interessante mencionar que as instituições sociais fundadas na época, eram apoiadas por grupos ligados a várias religiões que tinham como propósito, prestar o atendimento a crianças, adolescentes, idosos, famílias e pessoas portadoras de necessidades especiais, com ações que priorizava o auxílio e o cuidado, principalmente aos mais empobrecidos, adoecidos e em situação de abandono. Essas ações reforçaram a ausência do papel do Estado e contribuíram para que a assistência social por muito tempo expressasse características de solidariedade, filantropia e benemerência.

Em 1958, com a aproximação do poder público as temáticas sociais e a descentralização da Comissão Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁶ surge a necessidade de reestruturar a referida comissão, o que originou o Centro Regional de Serviço Social, composto por onze municípios da região e administrado pela assistente social Eponina Orsolini Barbosa, pioneira do serviço social em Franca.

A organização da política de assistência social em Franca é apresentada com excelência por Nalini (2005) em seu estudo, pois segundo ele no ano de 1968,

⁶ Comissão organizada para prestar atendimento às famílias dos expedicionários e pracinhas combatentes da Segunda Guerra Mundial (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p.71).

“[...] o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Promoção Social cria em Franca uma EAS – Equipe de Ação Social, vinculada à Divisão Regional de Ribeirão Preto, composta por quatro assistentes sociais que atendiam onze municípios da região, através de repasse de recursos financeiros para as entidades sociais. Estes profissionais tinham a responsabilidade de acompanhar as atividades realizadas e a aplicação dos recursos. Em 1980, a EAS transformou-se em Divisão Regional de Promoção Social, atual Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), abrangendo, hoje, 23 municípios que integram a região administrativa de Franca (NALINI, 2005, p.28 apud PMAS, 2015, p.71).

De certa forma, a organização da assistência social no município só se consolidou em 1970, com a criação do Conselho das Entidades Assistenciais de Franca (CEAF), que desenvolvia projetos públicos como o Programa Social de Erradicação da Mendicância (Pró-Ser). Segundo o Plano Municipal de Franca (2014-2017), em 1973 através da Lei nº 2.148 criou-se o Departamento de Promoção Social (DEPROS) que executava ações do município atendendo as necessidades básicas da população que em 1990 intitulou-se Secretaria de Promoção Social e marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que atribui à Assistência Social o caráter de política pública, de direito do cidadão e dever do Estado.

Após a aprovação da LOAS (1993), iniciou-se o percurso da implantação da Assistência Social, em Franca, como política pública de direito social. Em 1996, foi criado o CMAS, através da Lei Municipal 4.799 de 09 de dezembro de 1996, mas os conselheiros só foram empossados em 1997. No mesmo ano, a Secretaria de Promoção Social passou a designar-se Secretaria Municipal da Cidadania e Ação Social, e contava com nove Unidades de Serviço Social - UNISER (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p.73).

O primeiro Plano Municipal de Assistência Social de Franca foi elaborado por esta referida secretaria em 1997, e a elaboração do segundo plano para o período de (2002-2005) foi realizada pela mesma secretaria, agora denominada Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES). Em 2005, após segregação de algumas ações da secretaria, esta passa a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Humano e Ação Social (SEDHAS) e a partir de 2009, após várias nomeações passa a ser intitulada Secretaria de Ação Social (SEDAS), este que permanece até os dias atuais.

Assim, as mudanças no âmbito nacional da Política repercutiram e redirecionaram os serviços da Assistência Social em Franca, assim

Com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (MDS, 2009, p. 82), em 2009, que estabeleceu matriz padronizadora para os serviços das proteções sociais básica e especial, a SEDAS procurou reorganizá-los por nível de complexidade e de acordo com as nomenclaturas estabelecidas. Também cuida de orientar a rede socioassistencial quanto às particularidades de cada serviço tipificado, dando enfoque para as adequações do público atendido, para os objetivos, para o ambiente físico, para os recursos necessários, para a essência do trabalho e para as aquisições dos usuários. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p.76).

Quando se reduz o cenário para conhecer a trajetória histórica desta Política, no âmbito regional, observa-se um percurso longo marcado por mudanças, desafios e avanços de uma Política que até hoje se constrói e resiste as dificuldades através dos esforços da população que dela necessita e dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

O planejamento e a criação dos serviços de atenção a população em situação de rua suscitou a partir de um cenário de luta pela conquista e defesa de acesso aos direitos, a partir daí tornou-se possível a efetivação e ampliação de políticas públicas norteadoras dos serviços de atendimento. Mesmo com as significativas conquistas, ainda existem muitas barreiras a serem rompidas na efetivação dessas políticas e no enfrentamento do preconceito.

O decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-RUA) pode ser considerado um avanço na política pública nacional, pois representa um marco legal que assegura os direitos desse público vulnerável e os inclui nas políticas públicas reforçando a importância da garantia do direito. É fundamental que esses Comitês, instituídos localmente, estejam vinculados a um órgão de governo com capacidade técnica e competência política para articular as diversas políticas públicas e garantir que a política local para a população em situação de rua configure-se como uma política de estado intersetorial (BRASIL, 2011, p.20).

O papel dos comitês são de elaborar, acompanhar e monitorar os planos de ações para a população em situação de rua, para isso devem contar com representantes das áreas de políticas públicas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua de fóruns, movimentos e entidades representativas deste público. Cabe mencionar que os serviços para população de rua em Franca, não elegeram seus representantes para estes comitês, o que existe no momento é a formação de um Fórum permanente de população de rua e a mobilização e

fortalecimento de um grupo de representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

A temática da intersetorialidade ocupa lugar central na agenda contemporânea da política social em razão da complexidade que cerca a questão social hoje, traduzida notadamente no agravamento da pobreza e das desigualdades sociais; assim como na conhecida debilidade do nosso sistema de proteção social em responder às demandas por direitos sociais (MONNERAT; SOUZA, 2014, p.41).

Atualmente a rede de serviços especializados para o atendimento das pessoas em situação de rua em Franca, compõe-se pela rede socioassistencial do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Família em Situação de Rua (Abrigo Provisório “São Giuseppe Moscati”), o Centro de Referência Especializado Para População de Rua (Centro Pop), Serviço de Acolhimento Casa de Passagem e pela rede pública de saúde o serviço de Consultório na Rua.

Cabe destacar a relação intrínseca entre os serviços apontados acima para o desenvolvimento do trabalho social com pessoas em situação de rua no SUAS. Considerando que a construção de novas trajetórias de vida e da saída da situação de rua constitui um processo, cada um desses serviços possui um papel importante na construção deste percurso. Em razão disso, podem partilhar de planejamentos e metas comuns e discutir conjuntamente metodologias mais adequadas a serem adotadas no atendimento, de modo a assegurar a convergência de concepções que embasem o trabalho social, a complementariedade e a sinergia nas ações desenvolvidas (BRASIL, 2011, p.94).

Entre os serviços socioassistenciais o Abrigo Provisório “São Giuseppe Moscati” administrado pela Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca desde 2018 é o mais antigo, completando neste ano 43 anos de funcionamento. Pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais este serviço faz parte da rede de Proteção Especial de Alta Complexidade e oferta no momento 48 vagas de acolhimento com permanência provisório, além do pernoite ha a oferta de quatro refeições, kit higiene, banheiro para higiene pessoal, doação de roupas e calçados, e espaço para higienização de roupas e pertences e bagageiro para guardar objetos pessoais. O imóvel onde encontra-se as instalações físicas do Abrigo é da Prefeitura Municipal, com infraestrutura adaptada ao longo dos anos para responder as demandas do serviço. O Serviço possui recepção, salas para atendimentos psicossocial, sala administrativa, sala de reuniões, auditório, refeitório, cozinha e quartos para a pernoite divididos em alas masculinas e femininas. Seu funcionamento é de 24 horas diariamente, inclusive em finais de semana e feriados.

O prazo de permanência no serviço varia de quinze dias a seis meses, podendo variar de acordo com as situações apresentadas pelos usuários e a partir de avaliação da equipe técnica.

A oferta do número de vagas sofreu uma diminuição significativa no ano de 2018, após algumas alterações no planejamento da administração pública e a partir da implantação do Serviço de Acolhimento Casa de Passagem, antes disso, o serviço contava com 80 vagas e realizava também o acolhimento para migrantes e itinerantes, atualmente possui 48 vagas e realiza o acolhimento somente de pessoas munícipes de Franca. Este corte no número de vagas representa um retrocesso para os serviços de atendimento especializados para esta população na cidade, fato que podemos observar pela longa lista de espera para vaga, em média de 20 a 30 pessoas diariamente. No entanto, esta média é uma pequena parte do real número da demanda reprimida, pois a maioria das pessoas que necessitam do acolhimento, relatam não procurarem o acesso a vaga por não terem chance alguma de conseguir, devido à insuficiência de vagas. Nos últimos anos o que também sofreu redução foi a equipe técnica do abrigo, hoje composta por: uma assistente social, um psicólogo, uma terapeuta ocupacional, um auxiliar administrativo e uma coordenadora. Esta equipe com o apoio dos demais funcionários realizam atendimentos individuais e em grupo, oficinas atividades lúdicas e dinâmicas.

O Serviço de Acolhimento Casa de Passagem “Geralda Cândida Ferreira” inaugurado em novembro de 2018, também faz parte da rede de Proteção Especial de Alta Complexidade e oferta 40 vagas de acolhimento, com funcionamento de 24 horas diariamente. A instituição encontra-se localizada próxima ao Abrigo Provisório, também realiza o serviço de pernoite, alimentação, espaço para guarda e higienização de pertences e banheiros para higienização pessoal, além de realizar a concessão de passagens intermunicipais e interestaduais. A equipe técnica é composta por uma assistente social, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, uma coordenadora e um técnico em contabilidade, além de cuidadores, recepcionista e ajudante gerais. O serviço acolhe migrantes, itinerantes e pessoas em situação de rua e desabrigo ou em trânsito, normalmente com prazo de permanência de no máximo três meses, sendo este período discutido e avaliado pela equipe técnica.

A articulação entre estes serviços representa importante elemento para o fortalecimento do fluxo intersetorial. Estes serviços possuem competências

complementares, sendo que a articulação e alinhamento de suas ações podem possibilitar a inserção dessas pessoas nas demais políticas públicas. No município o reordenamento dos serviços de acolhimento acontece sistematicamente por intermédio do técnico de referência do Centro Pop, com ações articuladas, planejamento, discussões de casos e reuniões entre as equipes dos serviços.

O reordenamento deve ser concebido como um processo gradativo de adequação da rede de serviços de acolhimento locais aos parâmetros contidos nas normativas vigentes. O reordenamento dos serviços de acolhimento constitui um processo que, além de envolver a rede de serviços de acolhimento como um todo, deve ser acompanhado de iniciativas para o fortalecimento de acesso da população em situação de rua a políticas sociais básicas. Por esse motivo, o processo de reordenamento deve ser acompanhado, obrigatoriamente, do desenvolvimento de ações planejadas para garantir o acesso das pessoas em situação de rua a tais políticas (BRASIL, 2012, p.10).

A ausência do Serviço Especializado de Abordagem Social no município de Franca, provoca uma lacuna na rede intersetorial que engloba os serviços para população de rua, de modo a influenciar na dinâmica de articulação e no fluxo entre os serviços. A cidade possui uma necessidade gritante deste serviço e grande demanda, porém com a falta de esforços pela administração pública, há seis anos não tenta-se a contratação de uma equipe sem sucesso, o que acontece até hoje são abordagens esporádicas e pontuais realizadas pela equipe do Centro Pop, sendo que este trabalho deveria ser diário e contínuo.

A Abordagem Social é referenciada pelas unidades de serviços CREAS e Centro POP, trata-se de um serviço volante que objetiva a aproximação gradativa à população em situação de rua para construir uma relação de confiança com os usuários, assim como realizar os encaminhamentos para que esse público tenha acesso aos seus direitos por meio da rede de proteção social, além de mapear e identificar nos diversos territórios, as situações de vulnerabilidade envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos em situação de rua.

A partir dessas ações é possível a coleta de informações que possibilitem a análise sobre o real alcance das políticas públicas destinadas para essa parte da sociedade. Por isso, considera-se a Abordagem Social um dos instrumentos operacionais extremamente importante para nortear os profissionais quanto ao enfrentamento da realidade de quem está em situação de rua e vulnerabilidade social. Dada a intencionalidade da política da assistência social e os resultados almejados no trabalho social com pessoas em situação de rua é fundamental:

“compor quadros técnicos qualificados; superar o desenvolvimento de ações isoladas; aprimorar a gestão e qualificar a oferta dos serviços; e fortalecer estratégias e ações intersetoriais para efetivar a atenção integral” (BRASIL, 2011, p. 40).

Outra unidade em funcionamento no município é o do Consultório na Rua (CnaR), implantado em 2014 é um serviço de saúde que integra a Rede de Atenção Básica e desenvolve ações de atenção psicossocial, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica. O trabalho é em parceria com os demais serviços da rede para a população em situação de rua e também com as Unidades Básicas de Saúde e com os Centros de Atenção Psicossocial, priorizando que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território de rua.

A equipe do Consultório na Rua desenvolve um trabalho de sistematização, análise e conhecimento territorial, através da abordagem nas ruas. O atendimento segue as seguintes etapas, mapeamento dos territórios, o acolhimento e levantamento de demandas que são realizados pelos auxiliares de saúde da equipe, atendimento médico e de enfermagem e atendimento com a assistente social, quando necessário é realizado encaminhamento para os demais serviços da rede pública de saúde. A política nacional para a população em situação de rua cita como um de seus objetivos no que prevê a proteção social: “criar meios de articulação entre o sistema único de assistência social e o sistema único de saúde para qualificar a oferta de serviços” (PLANALTO, 2009).

Partimos do sentido de que esta temática advém de um cenário institucional setorizado, no qual são implementadas e formuladas ações de interlocução entre as políticas sociais, que possam repercutir nas demandas sociais. Por outro lado, ao ser, a intersetorialidade, considerada um rompimento da tradição fragmentada da política social, que a divide em “setores”, admite-se que ela propicie mudanças de fundo; isto é, mudanças nos conceitos, valores, culturas, institucionalidades, ações e formas de prestação de serviços, além de inaugurar um novo tipo de relação entre Estado e cidadão (PEREIRA, 2014, p.26).

Refletir esta realidade e estabelecer a responsabilidade para diferentes áreas das políticas públicas não destituiu o preconceito, a estigmatização e o desrespeito para com essa população, que são alvo de atitudes de total indiferença e insensibilidade por parte da sociedade, especialmente quando tentam acessar

algumas políticas públicas setoriais mas constrói medidas necessárias que combatem a discriminação reconhecendo o significado da história de lutas para a garantia dos direitos dessas pessoas que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência.

Para tanto, é fundamental que os serviços para a população de rua oportunizem espaços de discussão sobre o impacto que as representações sociais negativas provocam nas identidades pessoais das pessoas em situação de rua, nas dificuldades encontradas para acessar direitos, na violência simbólica a qual são submetidas e na interiorização de imagens e esquemas estigmatizantes, que acarretam sentimentos de humilhação, segregação e rebaixamento da autoestima (BRASIL, 2011, p.30).

Portanto, pode-se dizer que a intersectorialidade é considerada como um pilar estruturante da integralidade no atendimento as pessoas em situação de rua, impondo desafios aos gestores e técnicos, para gerir ações de forma coletivas, para aglutinar aspirações, valores e estratégias, enfatizando as diferenças, relações e potencialidades dos sujeitos, dando-lhe visibilidades na invisibilidade da rua.

CAPÍTULO 3 - A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FRANCA

*Quem se defende porque lhe tiram o ar
Ao lhe apertar a garganta,
para este há um parágrafo que diz:
Ele agiu em legítima defesa.
Mas o mesmo parágrafo silencia
Quando vocês se defendem
porque lhes tiram o pão.
E no entanto, morre quem não come,
e quem não come o suficiente morre lentamente.
Durante os anos todos em que morre
Não lhe é permitido se defender.
"Quem se defende" - Bertold Brecht.*

3.1 O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop

O Centro Pop do município de Franca, lócus desta investigação, foi inaugurado em 11 de setembro de 2013, localizado em uma região central da cidade atende aproximadamente 300 pessoas por mês. Este serviço volta-se, para o atendimento especializado à população em situação de rua, tem como objetivo a viabilização do acesso à rede socioassistencial e outras políticas, a contribuição para a construção e/ou reorganização de projetos de vida, apoio para a integridade e autonomia e oferta de novos repertórios de convivência que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários. Vale ressaltar que esta viabilização é uma tarefa difícil, dado os reflexos das graves vulnerabilidades/riscos a que esta população está exposta diariamente.

O serviço garante um espaço para vivências que busquem o alcance da autonomia, trazendo estímulos para que haja uma mobilização por parte dos usuários de forma assegurar sua participação social. Para tanto, “o Centro POP deve assegurar o convívio grupal, social, com fins de desenvolver as relações de respeito, solidariedade e afetividade” (BRASIL, 2011).

Desde o início de suas atividades, o Centro Pop foi alvo de inúmeras críticas, preconceito e discriminação, por parte da sociedade e da mídia local. Há uma luta cotidiana do órgão gestor em manter o funcionamento desta unidade, por outro lado, uma resistência da ala conservadora da sociedade, que não reconhece a relevância social do trabalho. Esta questão, aliada às características do público-alvo, traz a responsabilidade de romper com a invisibilidade desta população (PREFEITURA DE FRANCA, 2018, p. 55).

Poucos sabiam ou conheciam de fato como era o trabalho executado no Centro Pop, ou seja, a população da cidade não tinha a informação que este equipamento trata-se de uma unidade Estatal, que desenvolve um serviço público necessário para o atendimento à população em situação de rua no município.

Durante o processo de inauguração deste serviço, funcionários da equipe, afim de informar sobre o trabalho desenvolvido e tentar uma aproximação com os vizinhos, se mobilizaram para orientar a vizinhança sobre o objetivo e necessidade de existir o Centro Pop, porém a notícia não foi vista com bons olhos e não demorou muito para que a vizinhança se organizasse e criasse um abaixo-assinado de repúdio contra a implementação do serviço no território.

Sobre essa resistência da vizinhança foi publicado uma reportagem com o título: “Vizinhos fazem abaixo-assinado contra o Centro Pop na avenida Hélio Palermo” escrito por Thamara Pimenta em 22/01/2014 pelo jornal local Comércio da Franca. O trecho a seguir, extraído da reportagem mostra a insatisfação e intolerância da população vizinha em tão pouco tempo de funcionamento da unidade.

O Centro Pop (Centro Especializado para População em Situação de Rua) continua sendo motivo de preocupações para as pessoas que moram ou possuem estabelecimentos comerciais próximos ao local, localizado na avenida Hélio Palermo. Diversas reclamações já foram registradas, mas até o momento o poder público municipal não tomou, segundos moradores, as providências para solucionar o problema. Diante da difícil situação, os vizinhos resolveram formalizar o pedido de transferência do Centro Pop através de um abaixo-assinado que circula desde o dia 18 de dezembro. (JORNAL ON-LINE GCN, 2014).

A demanda atendida no Centro Pop é em sua maioria de forma espontânea, alguns são encaminhados de outros serviços e de diversos locais da cidade, sendo serviços de saúde, terminal rodoviário, Câmara Municipal, segurança pública e guarda municipal, serviços da rede socioassistencial, Sistema de Garantia de Direitos e sistema prisional e outros. Em poucos dias de funcionamento do Centro Pop, 13 usuários já haviam acessado o serviço e em duas semanas esse número

aumentou para 150 pessoas. Os cadastrados são realizados manualmente com o preenchimento de uma ficha criada pela equipe e o registro de frequência dos usuários são realizados por meio de uma lista de presença na recepção da unidade. De acordo com o acervo de registros do Centro Pop, desde o ano de sua inauguração 2013 a 2019, foram realizados 2.642 fichas de cadastro.

As principais atividades desenvolvidas pela equipe para população que acessa o serviço são: atendimentos psicossociais individuais e em grupo com foco na garantia de acesso aos direitos, oficinas de artesanato, música, expressão corporal e esportes, grupos reflexivos que abordam vários temas, grupo de mulheres e o grupo MNPR (Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Além disso, inclui-se para essa população diariamente um espaço para a realização da higiene pessoal, lavagem de roupas, doação de roupas limpas, fornecimento de kit de higiene pessoal e alimentação, como café da manhã e almoço. Ações estas que favorecem a organização individual e coletiva dos atendidos no sentido da superação das condições precárias em que se apresentam.

3.1.1 A Estrutura Organizacional

A implantação da unidade contou com o planejamento e administração da Secretaria de Ação Social que foram os responsáveis por encontrar o local onde seria executado o serviço. Apesar de encontrados outros locais para as instalações deste serviço, quando mencionado que seria para o atendimento da população sem situação de rua os proprietários se recusavam locar o imóvel.

Cabe ao órgão gestor local o planejamento e a implantação do Centro Pop, tanto no que se refere à definição de sua localização, espaço físico e recursos humano, quanto ao quantitativo de unidades a serem implantadas na localidade. Para tanto, deve considerar o reconhecimento do território, com suas especificidades e características de ocupação. Nesse sentido, a implantação da Unidade deve ser precedida da elaboração de um diagnóstico socioterritorial que identifique as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, com como sua dinâmica e movimentação (BRASIL, 2011, p.42)

Antes mesmo de mencionar sobre as principais exigências quanto ao espaço físico do Centro Pop é importante mencionar que a infraestrutura física da Unidade deve assegurar condições de acessibilidade, considerando qualquer tipo de dificuldade e ou deficiência (locomoção, visual e auditiva), pensando uma estrutura adaptada ao atendimento dessas demandas. O Centro Pop deve dispor de recepção

para acolhida inicial, sala de atividades administrativas e ou reuniões e de coordenação, salas de atendimento individual e em grupo, espaços para socialização e atividades coletivas, banheiros individuais com chuveiros para higiene pessoal, banheiros, inclusive com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, lavanderia, local para guarda de pertences e ou armários, refeitório, copa e cozinha. A unidade deverá dispor, caso necessário de espaços com adequadas instalações para a permanência de animais de estimação.

O imóvel onde funciona as instalações da unidade é locado e tem seu contrato renovado anualmente. Possui uma área de 600 m² construída, a sacada ocupa boa parte da lateral da casa, possui uma piscina desativada para o uso, piso térreo e sobrado. Apesar da maioria dos espaços do imóvel terem sido adaptados para oferecer espaço físico adequado para a execução das atividades, atualmente a infraestrutura encontra-se com necessidade de melhorias em função do desgaste do imóvel apresentando alguns cômodos podendo ser considerados insalubres e sem acessibilidade.

A casa foi adaptada para ofertar o que propõe o serviço: banheiros para a realização da higiene pessoal, lavanderia para higienização de roupas, roupeiros, e espaço para atendimentos individuais e realização de oficinas e grupos. No início todos os atendimentos e demais atividades aconteciam no espaço térreo da casa, porém com o tempo, a equipe percebeu a necessidade de modificar esta estrutura, devido ao fluxo de pessoas e principalmente a falta de privacidade e individualidade em alguns atendimentos, contrapondo a ética e o sigilo profissional.

Na parte superior da casa foram adaptadas três salas para atendimento, nas quais são guardados materiais utilizados pela equipe, como instrumentos musicais e materiais usados nas oficinas. Somente duas destas salas são adequadas para atendimento e conseqüentemente assegurar o sigilo do acolhimento e a escuta qualificada pelos técnicos deste equipamento público.

Também há na área superior uma sala para coordenação, uma cozinha, duas salas para realização de oficinas, grupos e reuniões e 04 sanitários sendo um deles desativado. Na parte térrea, encontra-se a recepção, duas salas para atividades coletivas e oficinas, uma área coberta utilizada para recreação e convivência, lavanderia, um banheiro feminino e dois banheiros masculinos, uma área adaptada para exibição de filmes e documentários (Cine POP), espaço adaptado como

refeitório, espaço para guardar pertences como roupas e outros objetos com maior volume e espaço para guardar documentos pessoais e correspondência.

A fim de inibir comentários indesejáveis da vizinhança, preservar a privacidade dos usuários durante as atividades e bloquear o contato e ou a troca de objetos entre os usuários através do portão, foram adaptadas placas de metal nos portões de grade das dependências do Centro Pop.

Outra exigência em âmbito nacional, prevista nas orientações do BRASIL (2011) é a identificação da unidade, independente de seu financiamento. No local deve haver a afixação da placa de identificação com o nome por extenso do Centro Pop, tendo com o intuito desta placa a visibilidade, de modo a garantir seu fácil reconhecimento e identificação pelos usuários. Em relação ao período de funcionamento da unidade, deverá estar aberto para atendimento ao público, no mínimo 05 (cinco) dias por semana, durante 08 (oito) horas diárias. Inicialmente a proposta de horário de funcionamento do Centro Pop de Franca, era das 7h00 às 18h00, com revezamento entre membros da equipe e atualmente seu horário de funcionamento é das 7h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira.

3.1.2 A Equipe de Trabalho

Para a composição da equipe foram convocados em 2013, quatro profissionais do concurso público da prefeitura municipal de Franca, sendo 02 assistentes sociais e 02 psicólogos, os demais profissionais já faziam parte do quadro de servidores públicos da prefeitura, com isso no segundo semestre de 2013 a equipe estava composta por 04 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 01 coordenador, 03 estagiários administrativos, 04 ajudantes gerais e 01 motorista, ou seja, de acordo com composição da equipe de referência do Centro Pop prescrita na NOB/RH/2006, e na Resolução nº 17/2011.

A capacidade de acompanhamento mensal pela equipe é de 80 (oitenta) casos (indivíduos/famílias) conforme previsto pelo guia de orientações técnicas BRASIL (2011), vale ressaltar que a capacidade de atendimento no Centro de Pop de Franca ultrapassa esta meta cofinanciada durante o mês.

Cabe destacar que o fato da Unidade estar aberta ao funcionamento durante 8 (oito) horas diárias não significa que cada usuário estará necessariamente em atendimento durante todo este período. A participação de cada usuário nas atividades e nos atendimentos no Centro Pop se dará

conforme planejamento realizado em conjunto, envolvendo a equipe e o próprio usuário, a partir do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar que deve considerar as demandas e necessidades, resguardando, inclusive, a sua participação em outros espaços da rede para além do Centro POP (BRASIL, 2011, p.52).

O papel da equipe de referência é essencial para a execução do plano de trabalho, e também para atendimento, aproximação e construção de vínculos com essa população. As ações desenvolvidas, em especial no que diz respeito a atuação profissional com o público atendido, devem se basear em postura ética, de respeito à dignidade e diversidade, sem discriminação.

Cabe ressaltar que as situações vivenciadas pelas pessoas atendidas no Serviço podem incidir de maneira diferenciada, com repercussões que podem ser agravadas ou não, por exemplo, em função do ciclo de vida, gênero, orientação sexual, deficiência, alcoolismo e/ou uso de drogas, condições materiais, contexto cultural, dentre outras. Isso implica reconhecer que, diante das situações e dos riscos e/ou violações de direitos vivenciadas, cada usuário necessita de um conjunto de atenções específicas e personalizadas que favoreçam a construção/reconstrução de novos projetos de vida. Cabe, portanto à equipe considerar e reconhecer essas singularidades na definição e organização da(s) metodologia(s) e na construção participativa do Plano de Acompanhamento de cada usuário (BRASIL, 2011, p. 69).

Para tanto, a aproximação e vínculo com essa população só acontece, se houver um olhar de interação, livre de preconceito e julgamentos, assim será possível a construção de respostas as necessidades deste público, e o alcance da integralidade nos atendimentos e a oferta do acesso aos direitos e as demais políticas públicas.

No início do serviço do Centro Pop tudo era novo para a equipe, que planejou e organizou a acolhida e o atendimento das pessoas em situação de rua, em um local sem acessibilidade e de difícil adequações, porém o desafio maior era encontrar estratégias de enfrentamento para as falsas calúnias e críticas que não cessaram mesmo antes da inauguração. Os meios de comunicação como rádio, televisão e principalmente o jornal, publicavam reportagens preconceituosas e ofensivas sobre o serviço, como anuncia esta reportagem de 12/09/2013: *“Mendigos têm casa de R\$ 31mil mensais; conheça o Centro Pop”* (JORNAL ON-LINE GCN, 2013).

A polêmica de transferir o Centro Pop e até mesmo impulsionar o seu fechamento, fazia parte da programação dos meios de comunicação frequentemente. Pessoas da comunidade eram entrevistadas ao vivo pelos canais de comunicação, deixando opiniões e comentários sobre a permanência do serviço

naquele local e também sobre o seu funcionamento, sem ao menos conhecer o trabalho desenvolvido na unidade, ou seja, a maioria das declarações eram de repúdio e preconceito contra a população em situação de rua.

Esta situação é permanente e mesmo depois de anos da implantação do serviço, a população comenta ou questiona sobre a transferência do Centro Pop para outro local e sobre o seu fechamento, inclusive sendo questionamentos dos candidatos a vereadores e ou prefeito da cidade. Destaca-se sobre essa situação duas reportagens publicadas em 2016 e 2017 anunciados pelo jornal G.C.N, sendo na data de 02/9/2016: *“Maioria dos candidatos pede mudança ou fim do Centro Pop”* (JORNAL ON-LINE GCN, 2016) e em 10/01/2017 *“Secretário de Ação Social estuda fim do Centro Pop* (JORNAL ON-LINE GCN, 2017).

Como o fluxo diário de pessoas no serviço é grande, chegando até 90 pessoas, torna-se inadequado o atendimento dessa demanda e conseqüentemente o trabalho torna-se mais árduo e cansativo. A ocorrência de discussões e conflitos entre os usuários, tornam-se dificuldades a serem enfrentadas diariamente. A equipe do Centro Pop lidava com problemas, conforme relato nas atas e registros analisados, em relação a segurança dos funcionários, relacionado ao controle das situações ou mediações de conflitos, discussões e brigas entre os usuários, mesmo com o risco desses funcionários se machucarem.

Desprovidos de segurança e proteção, os funcionários acionavam a guarda municipal nos momentos de maior risco, mas há relatos que quando a guarda chegava ao Centro Pop os conflitos já haviam sido amenizados ou controlados pela equipe.

Alguns usuários atendidos no Centro Pop, quando repreendidos pela equipe por infringirem regras e normas construídas coletivamente e destacadas no Regimento Interno, eram suspensos temporariamente. E essas situações se tornavam motivo de ameaças, ofensas à equipe, danos aos carros dos funcionários que estavam estacionados próximo ao equipamento, até mesmo o local era alvo de apedrejamento e destruição.

Pensando em melhorar o convívio grupal e a integração, foram criadas algumas normas e regras coletivamente e construído o regimento interno (anexo), com a participação dos usuários atendidos e da equipe. Segundo Pereira (2011) é através da interação com outras pessoas que o indivíduo aprende a viver em sociedade, a obedecer a regras como expressões da vontade coletiva e a manter e

reforçar objetivos e crenças. Tais regras constituem o parâmetro tanto de seu senso de pertencimento, como pessoa e como cidadão, como do reconhecimento, de sua parte, dos direitos e deveres dos outros.

Segundo este documento (regimento interno), do acervo do Centro Pop, em casos de suspensão do atendimento ao usuário a equipe discute o caso e propõe algumas alterações e prazos necessários a cada situação. Geralmente esta situação acontece quando o usuário durante sua permanência na casa e ou no atendimento viola e descumpre alguma regra, como por exemplo, comportamento agressivo e violento com o outro, ameaças, depredação do patrimônio público, desrespeito com a equipe e com os demais, furto, entre outros. Nestes casos a equipe reavalia e discute o ocorrido, concedendo ao usuário momento de participação na discussão, através do diálogo ético e pedagógico, preservando o convívio grupal e o vínculo com o usuário.

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode se reduzir a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2011, p.109).

Os desafios enfrentados pelos trabalhadores do Centro Pop são inúmeros, o aprimoramento do atendimento a esta população, a necessidade de recomposição, capacitação e fortalecimento da equipe, bem como a resistência e o conservadorismo local. Relacionados a estes desafios está o enfrentamento a discriminação e o preconceito com a população em situação de rua como mencionados, estes não são os únicos problemas enfrentados pela equipe do Centro Pop, mas certamente são os mais difíceis de enfrentar. Como afirma Heller (2000),

A dinâmica da vida cotidiana favorece a reprodução do senso comum, com suas analogias e estereótipos, dando lugar aos preconceitos. Mas, embora o hábito e a repetição, a unidade entre o pensamento e a ação alimentem a reprodução do senso comum e dos preconceitos, sua origem é social. Os indivíduos vinculam-se aos preconceitos na vida cotidiana pelo fato de “na própria sociedade predominarem – embora em outro plano e com variações – sistemas de preconceitos estereotipados e estereótipos de comportamento carregados de preconceitos” (HELLER, 2000, p.50).

Estas questões levaram alguns dos funcionários a solicitar transferência para outros equipamentos ou serviços, assim em pouco tempo a equipe se desfez e o número de profissionais tornou-se insuficiente. A saída dos profissionais motivou a

Secretária de Ação Social e a Diretoria da Proteção Social Especial se uniram ao restante da equipe do Centro Pop para encontrarem possíveis ações que amenizassem as dificuldades enfrentadas. A partir desta reestruturação no funcionamento da unidade, seguiu as seguintes modificações: a) o horário de permanência dos usuários foi alterado, sendo das 7h00 ao 12h00, após este horário seriam realizados atendimentos pontuais com os usuários e ou suas famílias, reuniões, visitas, planejamentos, relatórios e a realização do plano individual de acompanhamento (PIA); b) foram contratados dois seguranças e instalada cerca elétrica e câmeras de segurança em vários pontos da sede, resguardando tanto a estrutural local quanto os funcionários, este formato de trabalho o caminhar da equipe.

No ano de 2016 com as campanhas eleitorais no município, o Centro Pop volta a ser alvo de discussões e a proposta do fim do trabalho, torna-se campanha eleitoral de alguns candidatos. Mesmo após o término das eleições e com nova administração municipal, as retaliações e os questionamentos sobre o atendimento oferecido no serviço ficam em evidência, questionados pela população, por alguns vereadores e principalmente pela mídia.

Mediante a pressão e na tentativa de diminuir o preconceito e a discriminação, funcionários do Centro Pop e a administração da Secretaria de Ação Social realizaram algumas ações: convidaram representantes eleitos da Câmara de Vereadores, representantes do Ministério Público, Promotoria, Defensoria Pública e outros representantes de órgãos públicos e da comunidade francana para uma reunião integrada na unidade tendo como objetivo apresentar o trabalho realizado pelo Centro Pop bem como sua importância, a realidade da população atendida e romper com a discriminação, preconceito e a perseguição. Este momento, possibilitou a todos presentes conhecer o trabalho desenvolvido no Centro Pop e a sua importância na vida dos seus atendidos bem como orientar a todos sobre o trabalho pautado na Política Nacional de Assistência Social. No mesmo ano, houve a mudança do Secretário da Secretaria de Ação Social e conseqüentemente da equipe que o assessorava bem como os cargos da equipe técnica de coordenação/direção das equipes. Isso afetou também os serviços voltados para o atendimento à população em situação de rua, visto que entre a saída em 2018 até o primeiro semestre de 2019 a Secretaria de Ação Social ficou sem a nomeação dos Diretores

das Proteções Sociais Básica e Especial, e mais uma vez os serviços da assistência sofreram um retrocesso no seu processo de reordenamento.

No ano de 2018 o almoço ofertado para os usuários do Centro Pop foi suspenso. Para o corte da alimentação a justificativa dada pelo Secretário de Ação Social da época, foi a escassez de recursos para continuar com o fornecimento das refeições, o qual é realizado através de licitação. Até então, o número de refeições servidas diariamente variavam de 80 a 90 marmitas, de acordo com o fluxo de pessoas diariamente. Sem a oferta da alimentação no Centro Pop, um dos poucos locais de referência, e sem acesso a outros espaços como o restaurante popular, o fluxo do Centro Pop diminuiu e o número de pessoas com fome pedindo comida nas ruas aumentaram. Mas mesmo assim, os frequentadores do Centro Pop não se deram por vencidos e lutaram contra o “corte”, uniram-se aos universitários da UNESP, e organizaram uma mobilização para reivindicar o retorno do fornecimento da alimentação. Durante semanas, representantes da população de rua e estudantes continuaram manifestando, foram para frente da sede Secretaria de Ação Social e lá cozinham e comeram, manifesto que chamaram de “panelaço”. Para fortalecer a manifestação, solicitaram reunião com o Secretário da Ação Social e levaram o fato ao conhecimento do Conselho Municipal de Assistência.

Mesmo com todas as formas de manifesto, o Centro Pop ficou sem ofertar alimentação por seis meses. O fornecimento da marmita retornou, porém em menor quantidade, com apenas 40 unidades, subindo depois para 60 por dia, com o número reduzido foi necessário adaptar a distribuição de senhas, com tudo muitos ficavam sem alimentação, pois a quantidade era insuficiente para todos. Nos dias atuais, a quantidade diária de refeições está mais próxima à demanda, portanto são ofertadas atualmente até 90 marmitas. Nesse cenário, observamos a lógica do neoliberalismo, onde a perspectiva universal é prejudicada, especialmente quando as políticas sociais são destinadas ao público prioritário, ou seja, à população empobrecida. Assim, a desresponsabilização governamental se manifesta de forma contundente, pois a seletividade da população reforça ações fragmentadas e pontuais, em detrimento do direito social.

No ano de 2019, o Secretário de Ação Social renunciou ao cargo e quem passou a assumir a secretaria foi uma assistente social e servidora da rede socioassistencial no município, outras duas assistentes sociais assumiram o cargo das Proteções Especiais Básica e Especial. A partir dessa nova administração

conquistas foram alcançadas com o direcionamento das ações e reordenamento dos serviços. Em março de 2019, três novas profissionais chegaram para compor a equipe, porém uma delas já não faz parte do quadro de funcionários lotados no Centro Pop.

Atualmente a equipe da unidade é composta por 01 coordenadora, 02 assistentes sociais, 02 psicólogas, 01 escriturária, 03 estagiários administrativos estudantes de serviço social, 03 ajudantes gerais um deles readaptado, 01 motorista, 03 prestadores de serviço para oficinas socioeducativas e 02 seguranças terceirizados. Disposto na tabela a seguir, podemos melhor evidenciar a capacidade de acompanhamento no Centro Pop de Franca, relacionando ao número de componentes da equipe com o número considerado adequado pela (NOB-RH/SUAS)⁷ 2006 e na Resolução CNAS nº 17/2011.

Tabela 4 - Equipe de Referência para uma capacidade de acompanhamento no Centro Pop a 80 casos (famílias/indivíduos) pela NOB/RH/2006

Equipe de Referência pela NOB- RH/2006	(Nº) Equipe de Referência para o Atendimento de 80 Famílias/Indivíduos	(Nº) Atendimento de Referência do Centro Pop para atendimento de 80 Famílias
Coordenador (a)	1	1
Assistentes Sociais	2	2
Psicólogos (as)	2	2
Técnico de Nível Superior (Advogado, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional)	1	0
Técnico de Nível Superior ou Médio (oficinas socioeducativas)	4	3
Auxiliares Administrativos	2	3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

Partindo do número de componentes da equipe na tabela acima, podemos observar que este não se distancia muito da composição da equipe mínima recomendada pela NOB/RH, porém se analisarmos a realidade do Centro Pop que

⁷ A norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) é o marco político e institucional na gestão do trabalho. Ela estabelece regras que qualificam e profissionalizam os serviços, programas projetos e benefícios que compõem a produção social alicerçada na Assistência Social, na perspectiva de consolidar direitos socioassistenciais dos usuários (BRASIL 2004, p.61).

possui uma capacidade de acompanhamento aumentada, percebemos que a equipe de referência atual ainda é insuficiente e necessita ser triplicada. As normas e orientações técnicas apenas estabelecem regras, que qualificam e profissionalizam os serviços sem ao menos tratar sobre a saúde dos profissionais. Deste modo, se compararmos a equipe de referencia do Centro Pop a sua capacidade de acompanhamento mensal que chega a 300 casos, podemos identificar nesses trabalhadores, exaustão, desmotivação, e até o adoecimento físico e mental.

O fluxo de pessoas frequentando o Centro Pop, ainda é intenso, os desafios e as interfaces do preconceito ainda estão presentes em todos os dias de trabalho. Contudo, a *Equipe Centro Pop de Franca* deixa claro, que o compromisso com a realidade e necessidade da população atendida e a confiança na submersão das dificuldades e dos desafios são as melhores conquistas de uma história de luta e resistência contra o preconceito.

3.1.3 O Trabalho Desenvolvido Junto à População em Situação de Rua

Pressupõe-se que o trabalho profissional com a população em situação de rua não seja uma proposta de interesse para muitos profissionais de diferentes áreas, nem tão pouco um trabalho fácil de ser realizado. Colocar essa reflexão em curso, pode gerar várias indagações, porém não a trazer para o discurso pode neutralizar e ocultar a complexidade deste trabalho social. Nesses anos de trabalho com esta população, a pesquisadora atestou as expressões de fragilidade e as manifestações de insegurança de alguns profissionais da rede socioassistencial e também nas demais políticas públicas. Tal comportamento explica a ausência de capacitação, dimensão investigativa e estímulo aos trabalhadores e trabalhadoras na execução de estratégias para o trabalho com as pessoas em situação de rua.

O assistente social lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da sua intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder a esta realidade. Mas é possível também conhecer através das experiências indiretas, através do que já foi produzido por outras pesquisas e/ou teoricamente. Também aqui, para o assistente social, se exige um investimento na investigação, posto que, ao testar o conhecimento derivado indiretamente, tem-se como resultado uma avaliação sobre o mesmo (GUERRA, 2009, p.14).

Observamos a partir do trabalho desenvolvido com essa população no Centro Pop, a necessidade de refletir sobre as condições de vida, trajetória e histórias marcadas por uma realidade muitas vezes desigual e violenta. Trabalhar com homens, mulheres e famílias em situação de rua depende fundamentalmente de considerarmos o modo de relação estabelecido por este grupo e respeitar e ouvir toda forma de viver e sobreviver declarado por eles. É a partir do interesse do profissional pela história, pela compreensão dos fatos, pela busca dos motivos nas narrativas e não pelas justificativas, que acontece a aproximação e se faz o vínculo.

Para abordar sobre o trabalho do assistente social com a população em situação de rua faz-se necessário analisarmos a concepção de reprodução social e a complexa realidade em que essa população se encontra inserida, tampouco implica considerarmos que:

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente elaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YAZBEK, 2009, p.127).

Lidar com a realidade dessas pessoas, exige que os profissionais busquem incessantemente a amplitude do olhar técnico na releitura e compreensão das condições de vida desse público ignorado e excluído. É necessário atentar para as diversas e diferentes relações de vínculos afetivos, para as estratégias de sobrevivência, respeitando suas potencialidades e limitações.

Para que essa aproximação aconteça, os profissionais precisam estabelecer o contato por meio da escuta profissional, utilizando-a como ferramenta para ampliar o conhecimento sobre os usuários e possibilitar conhecer a interpretação do sujeito sobre sua própria vida. A definição sobre esse modo de escutar é perfeitamente configurada por Paulo Freire (2000), para ele:

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isso não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. (FREIRE, 2000, p. 135).

No trabalho profissional é indispensável, portanto, ter clareza na escuta e identificar a legitimidade na narrativa, pois não é possível que o usuário faça interpretação dos fatos sozinho e tampouco é possível a construção de soluções sem a leitura das situações narradas. Esse diálogo define os rumos da intervenção profissional, construindo soluções e oferecendo atendimento qualificado, no qual inclua a participação, a autonomia e o protagonismo de cada atendido.

Segundo Guerra (2011) para que haja a materialização do pensamento, ou seja, a práxis é necessário que as vivências trazidas pelos usuários, sejam compreendidas a partir do movimento dialético da realidade e pela essência dos fenômenos e, deste modo atender às necessidades dos sujeitos, mesmo com todos os limites da ação profissional. Por isso é primordial que além do processo de conhecimento exista o estabelecimento de finalidades.

Um dos trabalhadores da equipe é o assistente social e seu trabalho deve ser pautado no Projeto Ético-político e no Código de Ética e sua intervenção é de grande relevância no acompanhamento das pessoas em situação de rua. É neste contexto que o(a) assistente social trabalha na perspectiva da efetivação dos direitos sociais, através de ações comprometidas com a cidadania e com a democracia, rompendo com a situação de exclusão, restabelecendo o indivíduo na vida social, inserindo-o a serviços e programas, lado a lado com as políticas públicas, para fazer a construção de novos projetos de vida com dignidade e como cidadão de direitos, transformando-os protagonistas de sua própria história.

Nessa perspectiva é fundamental avançar no conhecimento da população a quem se dirigem os serviços profissionais: o estudo das classes sociais no Brasil e, em especial, das classes subalternas, em suas condições materiais e subjetivas, considerando as diferenças internas e aquelas decorrentes de relações estabelecidas com os distintos segmentos do capital e com os proprietários fundiários (IAMAMOTO,1999,p.101).

Aproximar e criar vínculos com as pessoas em situação e rua é sempre um grande desafio, que é superado se o(a) assistente social romper com algumas barreiras e limitações marcadas pela discriminação, pelo julgamento e pela desigualdade. Para tal busca-se conhecer as particularidades do território que essa população transita, se existem práticas repressivas e excludentes e propor ações voltadas à desconstrução dessas práticas, a fim de garantir os direitos dessa população a todo e qualquer espaço público. Silva (2006), porém, caracteriza a

construção de novos vínculos como não menos expressivos do que os rompidos ou enfraquecidos pela situação de rua, explicando que:

A carência material não compreende ausência de vínculos, mas reporta para a invenção de novas conexões de interação no meio público; e para a construção de sistemas de significados que definem papéis, vinculam e constituem agenciamentos coletivos que exploram a rua como um espaço social possível (SILVA, 2006, p. 146).

Conclui-se que o papel do assistente social realizado junto às pessoas em situação de rua resume-se em dispor de um caráter investigativo e transformador, que formule estratégias para o acesso a políticas e programas sociais, e lute junto a população pela garantia e acesso a seus direitos, enfrentando a discriminação e o preconceito.

3.2 O perfil e as condições de vida da população em situação de rua em Franca

Neste subitem apresentaremos o perfil e as trajetórias de vida das pessoas em situação de rua na cidade Franca-SP, a partir deste estudo com dados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre suas vidas tecidas de experiências de rompimentos e perdas, mas também, de luta e resistência.

As características presentes na vida cotidiana desses sujeitos sociais são apresentadas por Wanderley (2005), de mendigo a excluído social, de marginal a trabalhador precário, é diversificado e eivado de significados o elenco de denominações utilizadas para designar as pessoas que vivem nas ruas, habitando espaços públicos, produzindo e reproduzindo suas vidas. Essas denominações são construídas historicamente e refletem a conjuntura em que são produzidas. Plenas de significado, ora revelam preconceitos vigentes na sociedade, ora a tentativa de construção de conceitos pelas ciências humanas que buscam compreender o modo de vida singular dos que usam a rua para morar e sobreviver (WANDERLEY 2005, apud ROSA, 2005, p.11).

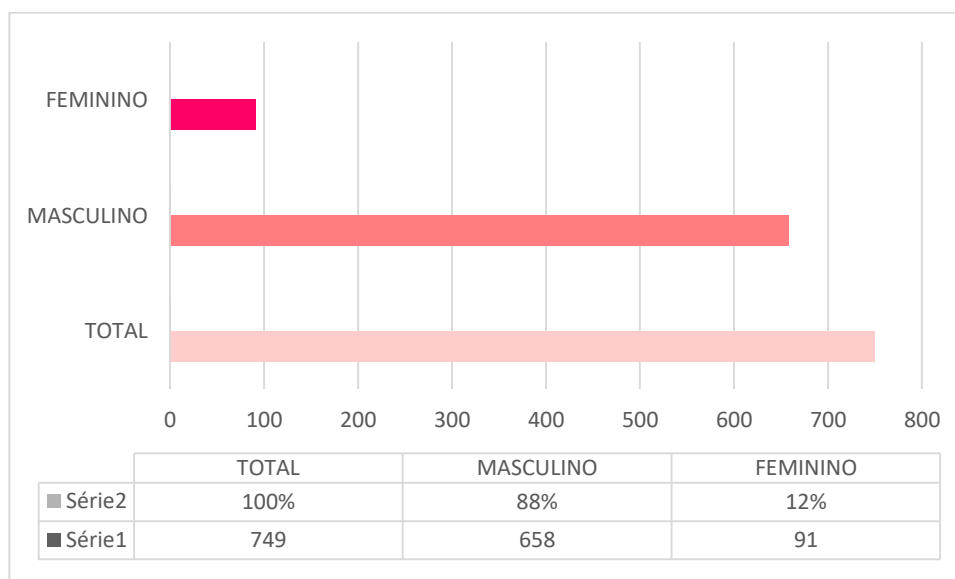
Como vivem os (as) sujeitos(as) na cidade de Franca e de que forma eles sobrevivem nas ruas? Compreender como homens e mulheres se organizam para sobreviverem nas ruas nos faz reconhecer o potencial humano da população em situação de rua, olhar para todas as dimensões de vidas humanas e desconstruir julgamentos pré-estabelecidos e compreender como são as vivências, através da leitura do mundo da rua, observada e contada pelos seus protagonistas.

Todas os dias, antes das 07h00 da manhã, em frente ao Centro Pop, na região central da cidade de Franca, faz-se uma fila de um grupo de pessoas em situação de rua. Como destacado anteriormente, este equipamento público tem abertura às 7h00 horas e algumas pessoas aguardam com cobertores sobre as costas, outros com mochilas onde guardam alguns objetos pessoais e outros descansam sentados no chão junto aos animais de estimação e aproveitam para se aquecerem ao sol até que possam adentrar no serviço. Quem são as pessoas que procuram o Centro Pop?

São os sujeitos de experiência e histórias desta pesquisa, que nos motivam a desvendar o modo de viver como com tantas diversidades desiguais. Podemos entender melhor o perfil destes sujeitos através da pesquisa documental realizada no Centro Pop, a qual analisou-se 749 fichas de cadastros das pessoas em situação de rua atendidas na unidade no ano de 2018, nela foi possível descobrir que os homens representam a maioria desta população na cidade.

De acordo com o Gráfico 1 a seguir, 658 pessoas ou 88% dos usuários do Centro Pop são do sexo masculino e 91 pessoas ou 12% são do sexo feminino. Estas pessoas mantêm a virilidade do gênero como fonte de força, aliança e às vezes violência, porém quando ameaçados brutalmente lançam mão dessa personalidade varonil para sobreviverem sem correr risco de perder a vida.

Gráfico 1 - Sexo das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

As mulheres, vivendo nas ruas, apresentam-se mais vulneráveis e estão expostas a todo tipo de violência. Estar na rua emite a sensação de maior liberdade, porém demanda a essas mulheres desenvolver estratégias de defesa para se protegerem da exploração do corpo, do abandono e outras violações atreladas à questão de gênero. Essas estratégias, na maioria das vezes, são violentas e punitivas ao corpo feminino visto que elas utilizam da falta de higiene pessoal do período menstrual e até de vestes bem maiores do que o usado habitualmente para se protegerem da violência nas ruas. As relações afetivas e a frequente troca de parceiro, também são relatadas como formas de proteção e subsistência, uma vez que, geralmente, o parceiro é visto por elas como “protetor”, mas que muitas vezes também agressor. Assim, a maioria das relações dessas mulheres com seus parceiros são constituídas de agressões, desigualdade e exploração, destituídas de qualquer tipo de afeto.

A população de rua deste município são homens e mulheres ainda jovens, e alguns notoriamente carregam nas expressões do rosto e do corpo as marcas da vida na rua. Os dados da tabela 5 intitulado Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018 e o gráfico 2 Cor/Raça autodeclarada pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018, da pesquisa apresentados a seguir, traduzem as informações que definem as especificidades acerca do perfil dessas pessoas.

A tabela 5, referente a faixa etária, aponta que do total de 749 pessoas, 25 pessoas (3%) são os mais jovens, possuem entre 17 e 21 anos, por outro lado os mais velhos representam 4 pessoas (1%) que têm 62 anos ou mais. Percebe-se que a faixa etária predominante está entre os 27 e 46 anos totalizando 542 pessoas ou 72,3%, ou seja, em idade reprodutiva e laboral.

Tabela 5 - Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018

Faixa etária	Total	%
17 a 21	25	3%
22 a 26	54	7%
27 a 31	134	18%
32 a 36	163	22%
37 a 41	145	19%
42 a 46	100	13%
47 a 51	64	9%
52 a 56	34	5%

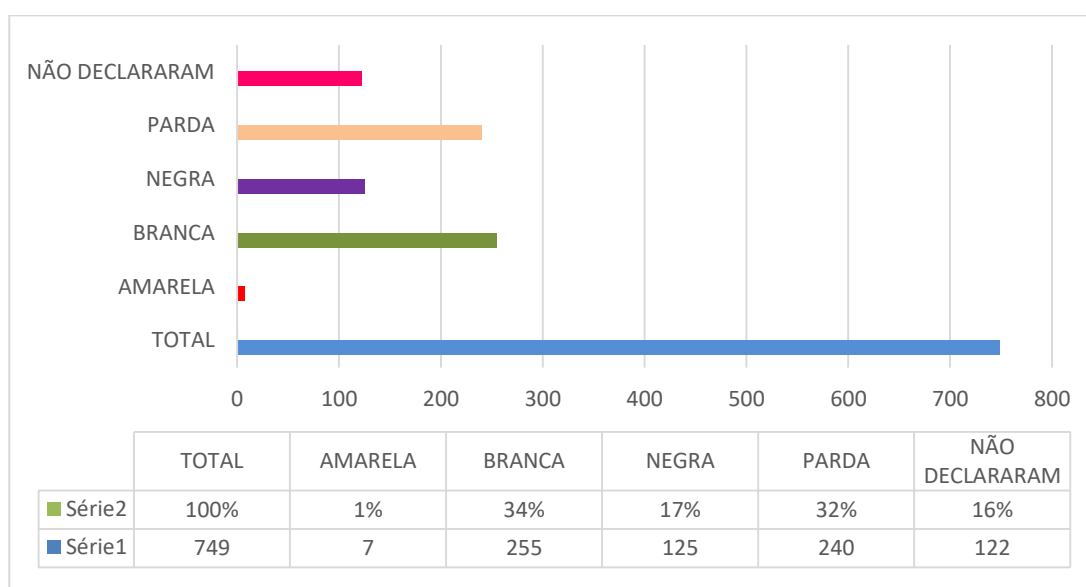
57 a 61	23	3%
62 anos ou mais	4	1%
Não informado	3	0%
Total	749	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

Em relação a cor/raças dispostas a seguir no gráfico 2, observamos que das 749 pessoas cadastradas, 07 se declararam como amarelas (1%), 255 se declararam como brancas (34%), 125 como negras (17%), 240 como pardas (32%) e 122 (16%) não declararam. Assim, considerando o somatório de negros e pardos alcance-se a maioria, em um total de 49%.

Um aspecto importante a ser destacado é que os dados coletados por esta pesquisa que mostram a autodeclaração da cor/raça, pautados no perfil da população de rua em Franca, se distancia da pesquisa nacional publicada em 2009. Na pesquisa nacional, o grupo (considerando o somatório de pardos e pretos) corresponde a 67% de negros, ou seja, mais da metade e em Franca este grupo corresponde a 49%, ou seja, menos da metade.

Gráfico 2 - Cor/Raça autodeclarada pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

Na rua, as relações ora se estreitam ora se fortalecem, por isso é comum observarmos entre eles a cumplicidade, a partilha e a solidariedade, mesmo com

eventuais situações de violência e competitividade que interferem e fragilizam os vínculos de proteção coletiva. Essas características são apresentadas nas atitudes mais simples do dia a dia e no modo como se organizam. Caso a comida não seja suficiente para todos é dividida e compartilhada com todos, roupas e sapatos são doados entre si e para aqueles que mais precisam, o ato de doar mesmo tendo pouco ou quase nada é valorizado e praticado na dinâmica da vida dessas pessoas.

É possível compreender melhor o valor desses laços e relações que surgem através da vida nas ruas, pela reflexão feita por Axel Honneth⁸ (2003), ao afirmar que essa valorização se expressa na estima social, que é construída nas relações sociais quando uma pessoa se sente valorizada pelos outros por sua forma de viver, por suas capacidades, por suas particularidades, realizações e possibilidades de contribuir para construção de novos modos de relações sociais. Expressa a necessidade das pessoas de serem consideradas em sua subjetividade, sabendo-se únicas e sendo respeitadas por isso. E também terem suas histórias coletivas respeitadas, sendo defensoras de relações que reparem injustiças sociais historicamente vividas.

É possível dizer que há nos territórios a interação do meio físico (humano) e o ambiente, onde a trama das relações cotidianas, o modo de vida, as condições de moradia, a urbanização e infraestrutura desigual da cidade compõem o cenário e a história de injustiças e resistências. Muitas vezes a disponibilidade de diversos recursos e a desigualdade são características marcantes dos territórios, que leva a concentração de alguns em certos pontos da cidade e restringe o acesso de outros a determinados territórios.

O movimento desses sujeitos sociais descreve a rua como um espaço de múltiplas experiências, de liberdade e relações para a sobrevivência, entretanto o consumo de drogas é um dos maiores desafios vividos no cenário das ruas e na simbologia das relações estabelecidas. Esta dinâmica configura a origem, os modos e os costumes dessas pessoas nas ruas de várias cidades, na maioria das vezes essas experiências adquiridas facilidade de adaptar-se caracteriza um perfil mutável as situações impostas pela vida na rua.

8 O filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth é considerado o principal representante contemporâneo da tradição da teoria crítica da “Escola de Frankfurt”, cuja tradição em síntese vincula-se ao desafio de assumir a tarefa de mais do que descrever a realidade, compreender o seu funcionamento à luz de uma nova perspectiva de emancipação apostando que essa emancipação é possível embora bloqueada pela própria organização social vigente. É na atualidade reconhecido como o maior representante da terceira geração de Frankfurt (NOBRE, 2013, p. 10).

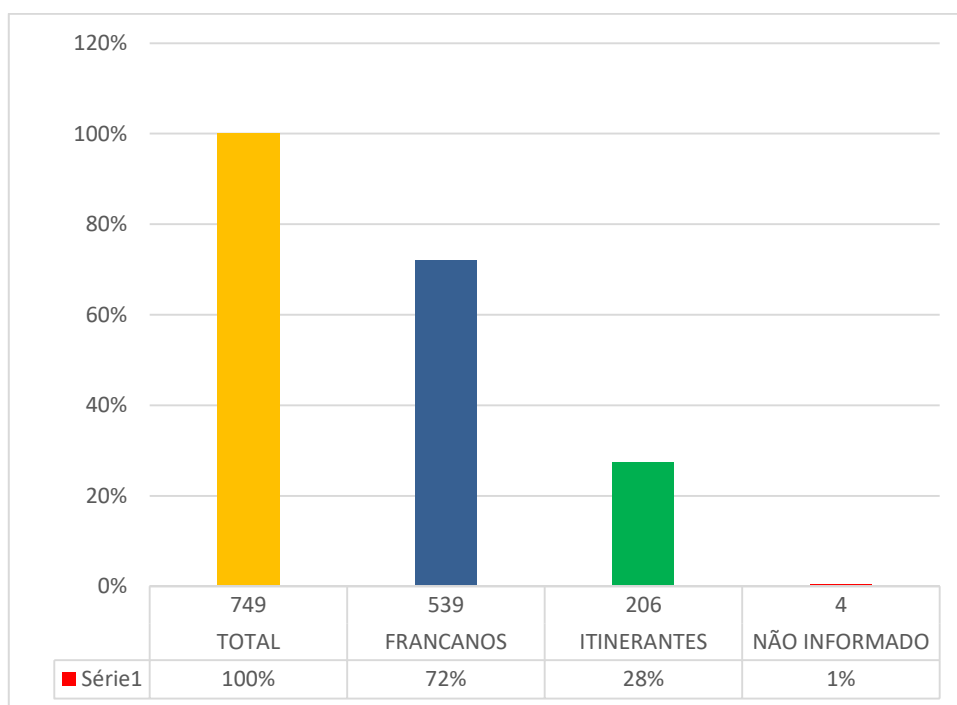
Na formação do perfil destas pessoas vivendo nas ruas, também é relevante conhecermos o tempo de permanência delas nas ruas, embora não seja um dado fácil de ser mensurado e pela dificuldade de precisar o tempo de permanência na rua, que em sua maioria é relativo a vários determinantes.

A partir dos dados coletados foi possível conhecer esta variável através dos dados referentes ao tempo de situação de rua e a origem dessas 749 pessoas que representam o município de Franca.

O gráfico 3 intitulado Origem das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018 e a tabela 4 Tempo em situação de rua das pessoas atendidas no Centro Pop de Franca em 2018 mostram a realidade da cidade de Franca.

No que se refere à origem, o gráfico 3 mostra que 539 pessoas (72%) vivem em Franca-SP, 206 pessoas (27%) são de outros municípios e são considerados migrantes e ou itinerantes e 4 pessoas (0,93%) não informaram a origem. Os dados que tivemos acesso para este item sobre a origem, também apontaram que a maior incidência de origem das pessoas, são de cidades nos Estados de São Paulo-SP (66%), Minas Gerais-MG (16%) e (3%) representando o Paraná-PR.

Gráfico 3 - Origem das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

Se observarmos a tabela 6 referente ao tempo na rua, visualizamos que 139 pessoas (19%) estavam na rua a menos de 01 mês, 272 pessoas (36%) estavam na rua a menos de 01 ano, 174 pessoas (23%) estavam na rua entre 01 e 05 anos, 48 pessoas (6%) estavam na rua entre 06 a 10 anos, 16 pessoas (2%) estavam na rua entre 11 e 15 anos, 19 pessoas (3%) estavam na rua acima de 16 anos e 81 pessoas (11%) não souberam informar. Nota-se que a maioria dessas pessoas, ou seja, 36% estão em situação de rua há pouco tempo, menos de 01 ano.

Para Vieira (1997), o tempo de rua é uma categoria chave para entender a questão, uma vez que os recém-chegados, por se identificarem como trabalhadores desempregados, por um tempo, evitam participar dos denominados “grupo de rua”.

Tabela 6 - Tempo em situação de rua das pessoas atendidas no Centro Pop de Franca em 2018

Período (mês/ano)	nº. de pessoas	%
Menos de 01 mês	139	19%
Menos de 01 ano	272	36%
01 a 05 anos	174	23%
06 a 10 anos	48	6%
11 a 15 anos	16	2%
Acima de 16 anos	19	3%
Não informado	81	11%
Total	749	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados

Quem em pouco tempo transita pelas ruas da cidade, principalmente em regiões centrais observa pessoas com situações de adaptação e sobrevivência, as quais essa população no espaço público organiza sua rotina para obter o seu sustento. Ocupam pequenos espaços da cidade, sendo que a maioria fica nas calçadas, nas escadas, na porta dos estabelecimentos, nas faixas de pedestres fazendo movimentos malabarísticos, ficam aqui ou acolá e a ninguém importunam, exceto para pedir dinheiro, alegando estar famintos ou com outras necessidades. A

prática rotineira de pedir dinheiro nas ruas é apresentada por essa população como “mangueio⁹”, o ato de “manguear”

[...] no sentido aqui empregado, é um termo que sintetiza uma diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos. Na maioria dos casos, aparece como sintetizador de experiências de sobrevivência na rua, no entanto, como pretendo demonstrar, o mangueio é um complexo processo de relação proposto pelas pessoas nesta situação (MELO, 2011, p. 61).

Também, configura-se como ações estratégicas para a sobrevivência o termo “fazer um corre” de sentido similar a “se virar” - palavras utilizadas entre essas pessoas que fazem parte do vocabulário utilizado nas ruas.

Outras atividades utilizadas para a sobrevivência na rua é a subtração de bens e utensílios através de pequenos furtos e a prostituição. São formas para garantir o consumo diário de drogas como o álcool, o cigarro e o crack consumidos por essa população.

O uso de drogas, como grave problema de saúde pública traz outras implicações no convívio na rua. Quando embriagados ou drogados, a doença causa alteração de humor, a fala fica alta, há possibilidades de brigas e discussões entre si e que pode levar a situações de violência, estresse, choro, raiva, pensamentos de morte e o agravamento do sofrimento mental.

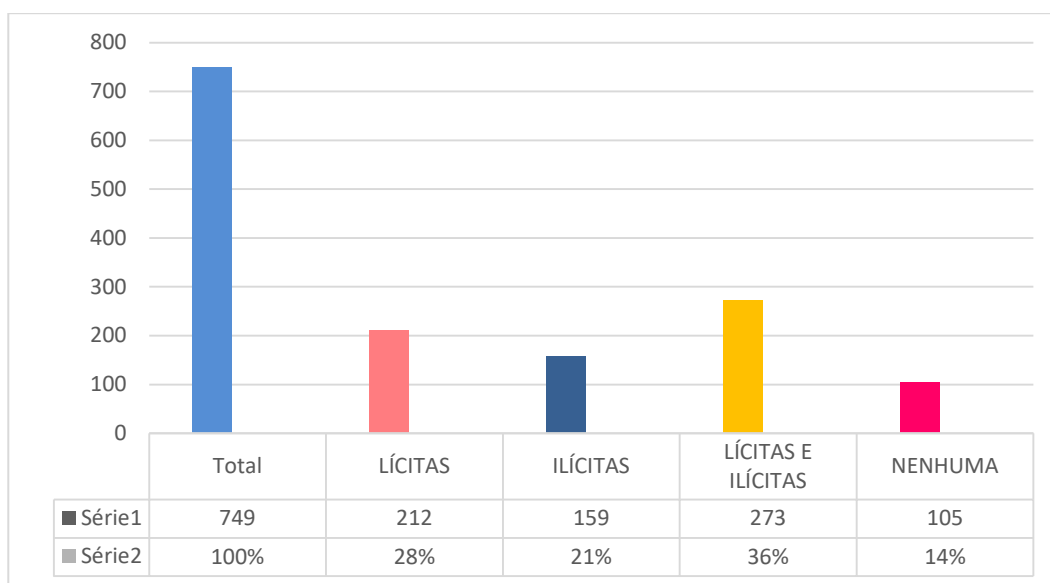
O consumo frequente de álcool e outras drogas é um dos aspectos determinantes presentes na condição de saúde física e mental dessa população. Em relação ao consumo de drogas expressos no gráfico 4 intitulado O consumo de drogas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018, os dados analisados trazem que: 212 pessoas (28%) relataram consumir drogas lícitas, 159 pessoas (21%) relataram consumir drogas ilícitas, 273 pessoas (36%) relataram consumir tanto drogas lícitas quanto ilícitas e 105 (14%) referiram não consumir nenhum tipo de droga. Nota-se que a maior porcentagem (36%) é referente ao consumo de drogas lícitas e ilícitas.

A análise da pesquisa sobre o consumo de drogas, indicou que os tipos de drogas que se destacaram no consumo por essas pessoas são separadamente (única droga consumida) o álcool representando (44%), o crack (24%), o tabaco

9 Esta prática e modo de estabelecer relações compõe uma complexa lógica diretamente ligada às formas de dar soluções temporárias ao aspecto econômico da vida na rua (MELO, 2011, p.60).

(11%) e a maconha (13%). Porém nas declarações de consumo de mais de uma droga ou várias, se destacaram álcool e maconha (17%), álcool e crack (6%) e crack e maconha (4%).

Gráfico 4 – O consumo de drogas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

Grande parte das pessoas que vivem nas ruas são nômades, e mesmo sem destino certo para circular perpassam por vários espaços e locais da cidade. Esta circulação contribui para a perda de objetos e documentos pessoais e dificulta a localização dessas pessoas nas regiões da cidade, por outro lado amplia o reconhecimento de novos territórios e torna possível a leitura do mundo da rua.

Os lugares onde dormem são os mais diversos, como: casas abandonadas ou demolidas, vestiários, estabelecimentos e construções interditados judicialmente, embaixo de árvores, viadutos, marquises e até mesmo em carros velhos descartados para o desmanche. A procura por um lugar para dormir, vai além das necessidades fisiológicas do corpo e da fixação no território, pois existe a preocupação em estar seguro e protegido de acontecimentos inesperados e indesejáveis, tais como furtos, abusos e agressões. Devido aos riscos sofridos por essas pessoas na rua, nem sempre é oportuno dormir no mesmo lugar que permaneceram durante o dia.

“Morar” em casas de plástico, papelão e pedaços de madeiras construídas a partir do lixo (descarte urbano) é enfrentar a realidade de sustentar a própria vida. A partir da experiência profissional e análise desta pesquisadora, surgiram as seguintes indagações: É possível que essas pessoas escolham viver e permanecer nas ruas, apesar de todas as dificuldades e desafios enfrentados? E por quanto tempo essas pessoas sobrevivem resistindo?

As perspectivas de Snow e Anderson (1998) esclarecem esse tipo de indagação:

Nossas observações indicam que o mundo social dos moradores de rua [...] É um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria dos moradores de rua, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além de seu controle. É, contudo, um mundo social no qual os habitantes partilham um destino singular: o de ter de sobreviver nas ruas e becos das cidades [...] (SNOW e ANDERSON, 1998, p.77).

Em função da dificuldade em estar nas ruas, os cuidados com o corpo e a higiene tornam-se extremamente precários e exigem que sejam encontradas estratégias para suprir essas necessidades. Sem o acesso na rede de serviços especializados as condições de saúde correlacionadas a higiene se agravam cada vez mais e a única alternativa é usar as torneiras, as fontes nas praças da cidade, riachos e minas d'água nas matas mais próximos.

Se perguntarmos a uma pessoa em situação de rua que tipo de trabalho já executou, em quais condições e quando foi a última vez, alguns responderão que recentemente não estiveram empregados e não usufruíram de condições dignas para o trabalho e muitos responderão que perderam o trabalho ou não possuem condições de saúde para retornar a qualquer atividade devido a problemas relacionados ao consumo de álcool e outras drogas.

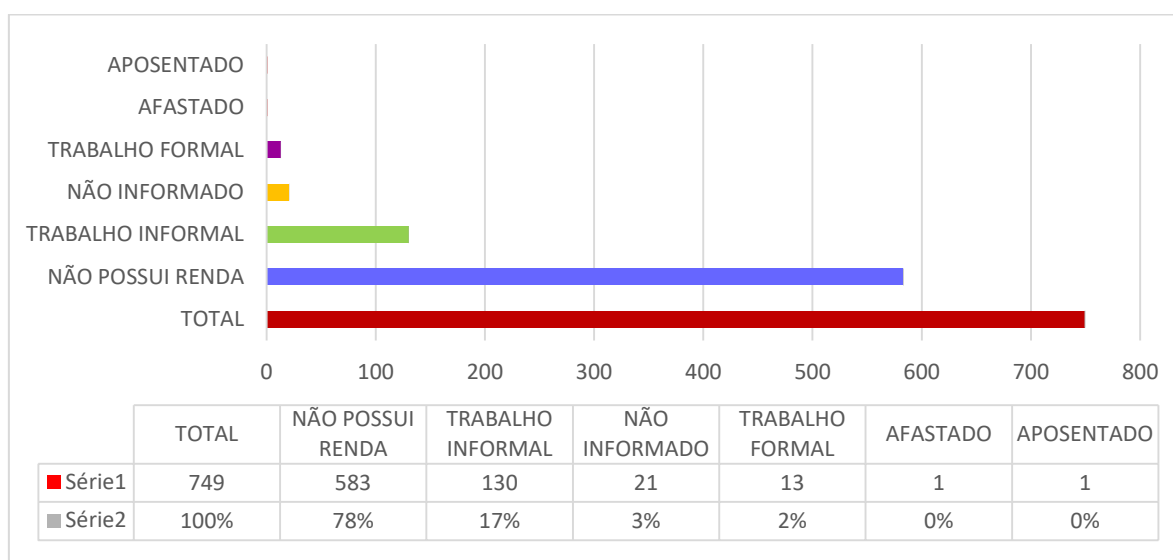
As atividades não remuneradas e os trabalhos informais assumem o papel de subsistência destas pessoas na maioria das cidades. Em Franca, este cenário não é diferente, dentre as atividades mais comuns encontramos: catadores de materiais recicláveis, chapa, flanelinha, vendedor ambulante, ajudante de pedreiro e serviços gerais. O caráter de inabilitação para o trabalho que são estigmatizados por não corresponderem a normas e em alguns casos por apresentarem antecedentes criminais reproduzem a identidade do morador de rua e fecha todas portas.

Em relação ao trabalho, partir dos dados coletados na pesquisa, podemos observar no Gráfico 5 intitulado Trabalho que: 583 pessoas (78%) relataram que não

possuíam renda, 130 pessoas (17%) trabalhavam informalmente, 21 pessoas (3%) não informaram, 13 pessoas (2%) possuíam trabalho formal, 01 pessoa (0%) estava afastada e 01 pessoa (0%) estava aposentada.

Considerando este resultado, o qual 78% das pessoas em situação de rua na cidade de Franca-SP não possui renda, reforça que as relações com o trabalho estão marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado ou emprego precário. Dentre os dados coletados, destacam-se que as pessoas em situação de rua tiveram atividades ligadas aos seguintes setores: calçadista, construção civil, alimentício, vendas e maquinários.

Gráfico 5 – Trabalho das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018

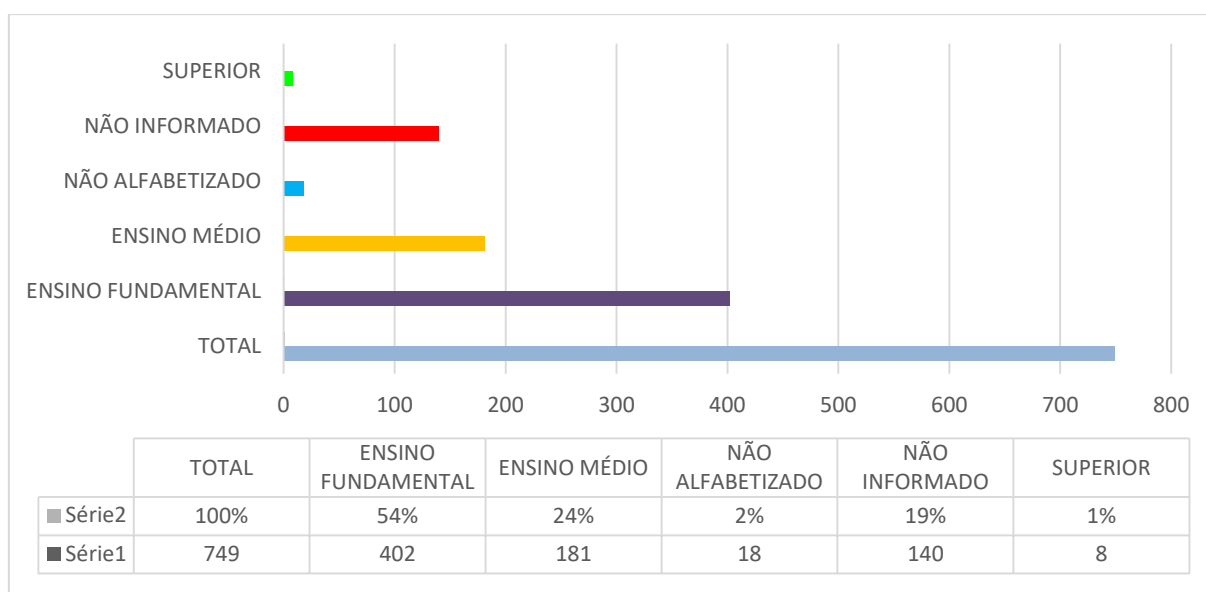


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

As histórias destas pessoas são interrompidas com frequência, em várias fases da vida com recomeços e tropeços que muitas coisas ou atividades não têm um início, continuidade ou fim. Observa-se que, estas questões podem influenciar o aprendizado e a formação educacional.

Desta forma, a escolaridade também faz parte do estudo sobre o perfil destas pessoas. O gráfico 6 intitulado Escolaridade traz que das 749 pessoas cadastradas, 402 (54%) possuem o ensino fundamental, 181 (24%) o ensino médio, 18 (2%) não são alfabetizadas, 140 (19%) não informaram sobre sua escolaridade e 8 (1%) têm ensino superior.

Gráfico 6 – Escolaridade das pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

A defasagem escolar predomina neste grupo mais vulnerável e impedem o acesso a cursos, capacitações, especializações e principalmente o acesso ao trabalho. Observamos o afastamento dessas pessoas das instituições de ensino e ao mesmo a não oferta de serviços nessa área a este segmento populacional, o que exigiria a ação integrada entre as políticas públicas da assistência social e da educação.

Nas atas das reuniões da equipe do Centro Pop observa-se que as discussões que envolvem os contatos diários das pessoas da comunidade, de várias regiões da cidade que entram em contato com o Centro Pop para se queixarem e insistem que providências sejam tomadas para a “retirada” das pessoas em situação de rua daqueles locais. Avisam que vão reclamar no programa de rádio e na TV ou chamar a polícia.

É possível questionar diante destas questões: Por que retirar? Levar para onde? A rua não é espaço público? Por que chamar a polícia? Roubaram, ameaçaram ou agrediram alguém para isso?

As situações apresentadas mostram a prática da estigmatização contra a população de rua, do preconceito. Lois Takahashi (1998) conceitua isso como a síndrome de NIMBY (Not In My Back Yard, cuja tradução é “Não No Meu Quintal”) e

é uma forma de discriminação contra o corpo, a aparência física, vestes e o comportamento das pessoas em situação de rua.

As práticas de exclusão das pessoas em situação de rua acontecem em todos os espaços urbanos e em diferentes situações. A percepção desta prática de exclusão e indiferença, foram relatadas por aqueles que delas sofreram, durante o processo de construção da leitura do mundo da rua, realizado em 2017 pelos seus protagonistas das ruas e a equipe do Centro Pop desta cidade. Na leitura dos territórios, os protagonistas foram apontando em quais os espaços públicos como comércio, restaurantes, shopping, transporte coletivo, serviços de saúde e outros foram impedidos de acessar. Neste sentido, as origens da cidade punitiva estão diretamente ligadas às práticas neoliberais que impuseram as regras do capital e a lógica de mercado como solução para os problemas urbanos, frequentemente acompanhada de transformações urbanas que não levam em conta os direitos humanos das populações em situação de rua (BRASÍLIA, 2009, p.145).

É assustador o número de 13 milhões de brasileiros desempregados no ano de 2019, esses dados são um dos determinantes no agravamento das desigualdades sociais e que lamentavelmente aumenta a cada dia o número de pessoas em situação de rua. Portanto, a interpretação através do censo comum, de que estar na rua é uma “escolha errada” avessa à vontade dos sujeitos, é desconstruída quando visualizamos e refletimos sobre o enfrentamento inevitavelmente das adversidades, punições e repressões por essa população, assim talvez, possamos compreender o que Frei Betto (2020) diz: “morador de rua não é caso de polícia, é caso de política”.

3.3 As determinações sociais que levaram homens e mulheres a viverem nas ruas

A situação de rua traz características marcantes a vida dos sujeitos, marcadas pela ausência da moradia, pelo desemprego, pelo perfil, pelos rompimentos e distanciamento das relações familiares e todas estas questões levam a situações de discriminação e a exclusão social.

Esta população adquiriu ao longo do tempo a diversidade de perfis e desvelou a visibilidade pelas variadas trajetórias de vidas, muitas singulares e outras com detalhes comuns entre si. Expostas a situações de violações durante a trajetória de

vida, estas pessoas, tem as relações afetivas rompidas e destruídas, sendo esse, em algumas histórias o estímulo ao afastamento do convívio familiar e a ida para as ruas. É neste contexto, que esta população heterogênea é descrita por Camila Giorgetti:

Moradores de rua não brotam do chão como árvores em um parque ou plantas em um jardim. Por trás de cada um deles, em que pesem as mais complexas situações de vulnerabilidade, há, invariável e incondicionalmente, uma história. Aquele homem ou aquela mulher, sujos, maltrapilhos, mal-cheirosos, alcoolizados, que o senhor ou a senhora observam estirados nos canteiros das grandes avenidas ou nos bancos das praças, tiveram, algum dia, trabalho, família, projetos de vida [...] (GIORGETTI, 2006, p.5).

Um aspecto importante a ser destacado sobre a população de rua é levantado por Cleisa Rosa (2005) em seu livro *Vidas de Rua* onde a autora identifica situações diferentes de permanência na rua. Em sua pesquisa, Rosa define “ficar na rua” como situação circunstancial, “estar na rua” como situação recente e “ser da rua” como situação permanente. Assim, explica: “[...] Essas situações podem ser dispostas num *continuum*, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p. 93-94 *apud* ROSA, 2005, p. 42).

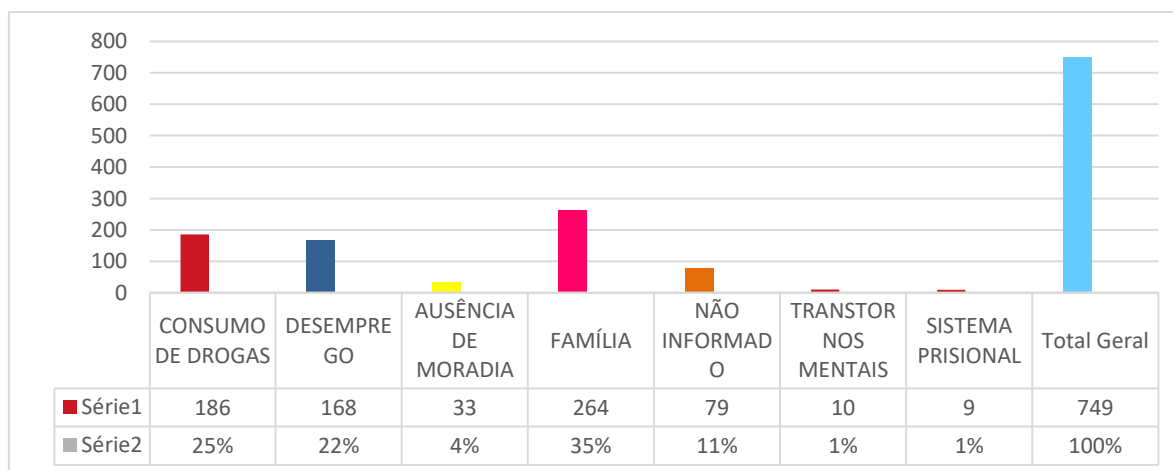
Inicialmente, para discutirmos o trajeto vivenciado por estes sujeitos que culminaram o processo de ida para a rua, foram analisados e sistematizados os dados coletados nas fichas de cadastros do acervo do Centro Pop de Franca do ano de 2018. Devido as variadas informações contidas nas fichas estas foram separadas em categorias. Observamos que foram encontradas algumas dificuldades no decorrer do levantamento destes dados, tais como: a diversidade de informações, as formas que se encontravam dispostos os dados nas fichas, a superficialidade das respostas em algumas delas. Foram adotadas algumas medidas para a realização desta pesquisa, assim como sugere Martinelli (1999), o reconhecimento da singularidade do sujeito, o reconhecimento da importância de se apreender a experiência social do sujeito enquanto conhecimento de seus modos de vida, ou seja, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas e por fim, notarmos que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

De acordo com Silva (2009) podemos considerar as determinações como um dos aspectos característicos do fenômeno população em situação de rua, para isso a autora classifica seis aspectos, porém, para este estudo, mencionaremos somente um dos aspectos, os das múltiplas determinações. Silva (2009) define três fatores: 1) fatores estruturais: correlacionados a ausência de moradia, desemprego e outros; 2) fatores biográficos: relacionados a história de vida dos indivíduos, tais como rompimentos, perdas familiares, consumo de drogas, roubos, transtornos mentais e outros, 3) fatores da natureza ou desastres de massas, como terremotos e inundações, que causam o desabrigamento das famílias e conseqüentemente a situação de rua. A autora menciona estes aspectos como os mais comuns, porém não descarta a existência de muitos outros, e reforça que todos estão diretamente ligados a forma de estruturação da sociedade capitalista.

Assim, as determinações coletadas para esta pesquisa foram separadas nas seguintes categorias: consumo de drogas, desemprego, ausência de moradia, famílias, transtornos mentais e sistema prisional, todas com características sociais, econômicas e políticas. Pela riqueza de informações que sugerem essas determinações, foram apresentadas e interpretadas utilizando gráfico.

Com o objetivo de desvelar quais as determinações sociais que motivaram a ida das pessoas atendidas pelo Centro Pop de Franca para a rua e conhecer sobre a origem, condições de trabalho e vida nas ruas, apresentaremos a partir do gráfico a seguir a análise do resultado deste estudo.

Gráfico 7 - As determinações sociais apresentadas pelas pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop no ano de 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

De acordo com os dados coletados no Gráfico 7, referente às determinações sociais, 186 pessoas (25%) relataram ser o consumo de drogas, 168 pessoas (22%) citaram o desemprego, 33 pessoas (4%) referiram ausência de moradia, 264 pessoas (35%) afirmaram serem problemas no âmbito familiar, 79 pessoas (11%) não informaram o motivo, 10 pessoas (1%) associaram a transtornos mentais e 9 pessoas (1%) alegaram que o motivo é já terem vivido dentro do sistema prisional. Nota-se através dos dados levantados que o motivo determinante das pessoas (35%) irem viver nas ruas são os problemas no âmbito familiar, seguido pelo consumo de drogas (25%) e o desemprego (22%).

Para realização deste levantamento, levamos em consideração as declarações dos sujeitos sociais atendidos no Centro Pop anotadas durante o preenchimento da ficha cadastro, no que se refere ao “motivo de estar na rua”. Ao se referirem a esses motivos concretos, a maioria das pessoas declararam ser o desemprego, a ausência de moradia, uso de drogas, possuírem transtornos mentais, problemas judiciais e problemas de âmbito familiar. De fato, ao analisarmos os dados deste estudo (no gráfico 7), percebemos que todos os motivos que aqui nomeamos determinações sociais, são concretos e os prevalentes, como citado anteriormente, foram o desemprego (22%), consumo de drogas (25%) e problemas no âmbito familiar correspondendo a (35%).

A determinação desemprego, foi a terceira (22%) mais declarada pelas pessoas em situação de rua de Franca como sendo o motivo de viverem nas ruas. Esta determinação estrutural relaciona-se intrinsecamente com as relações de trabalho, exploração, desqualificação e a baixa remuneração. Também está relacionado a baixa escolaridade e a exclusão social que isso implica, conforme destacamos no perfil da população atendida pelo Centro Pop, apresentado anteriormente.

O impacto que a falta de trabalho provoca na vida das pessoas apontam uma das principais determinações que as levam a situação de rua e afetam as dimensões da condição humana que leva ao processo de exclusão social e isolamento. Neste aspecto, Silva (2009) afirma:

[...] pode-se dizer que grande parte da população em situação de rua perdeu o emprego ou deixou a ocupação que antes exercia e com isso sofreu um aviltamento de suas condições de trabalho e de vida. E, mesmo nessa condição, o trabalho possui relevância em seu imaginário, estando associado à ideia de desenvolvimento, sucesso, acesso, poder,

possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência [...] (SILVA, 2009, p.169).

O estudo mostrou que a população atendida no Centro Pop de Franca, em sua maioria ou 78% não possuíam renda, 17% trabalhavam informalmente e apenas 2% possuíam trabalho formal. Estes dados se relacionam no que tange as atividades informais com os dados da Pesquisa Nacional sobre a População de Rua publicada em 2009, realizada em 71 cidades sob a coordenação do MDS, que apontou um perfil de 52,6% de trabalhadores exercendo atividades informais. Chamamos a atenção para estes dados, por mostrarem a realidade acerca do trabalho como forma de sobrevivência, desmistificando a ideia de que população em situação de rua é sinônimo de “desocupados e mendicantes”.

Silva (2009), desta que [...] o trabalho é uma marca distinta do ser humano e uma atividade central em sua vida e na história da humanidade, em qualquer forma social; é também determinante na estruturação das relações sociais” (SILVA, 2009, p. 43-44).

A segunda determinação que mais apareceu nos dados coletados desta pesquisa foi sobre o consumo de drogas. Giorgetti (2006) analisa o uso de álcool e outras drogas como características predominantes na população em situação de rua que podem ser causa ou consequência da ruptura de vínculos familiares.

De acordo com o gráfico 7, 25% das pessoas relataram ser o consumo de drogas o que as motivaram a viverem nas ruas. As consequências do consumo excessivo de drogas, o comprometimento da saúde física e mental em curto prazo dos indivíduos em situação de rua é observado por Rosa (2005):

As pessoas nas ruas estão à mercê da rede do tráfico, podendo tornar-se usuárias ou traficantes. A dependência do crack se verifica num tempo muito mais curto que a do álcool. Portanto, a associação rua/drogas/criminalidade tem alto poder desagregador e reforça a imagem social que relaciona automaticamente pobreza e marginalidade. (ROSA, 2005, p. 192).

Os dados da pesquisa no que se refere à família são os mais expressivos e apontaram as condições de vínculos familiares interrompidos e relações conflitantes como sendo os maiores motivos para as pessoas passarem a viver nas ruas, ou seja, 35% dos usuários atendidos pelo Centro Pop alegam que foram os problemas no âmbito familiar que os levaram a decisão de viverem nas ruas.

Embora esta não seja a visão que predomina na maioria da sociedade, a pesquisa possibilitou mensurar os reais motivos da saída das pessoas para a rua e

mostrou que o motivo predominante das pessoas em situação de rua deste município estarem em situação de rua são os de ordem familiar.

Um ponto a ser observado sobre o fator família, é que este engloba um amplo cenário, no qual estão interligados as trajetórias de vida dos indivíduos, fazem parte deste contexto os conflitos familiares, o abandono, o falecimento dos pais, filhos, irmãos e avós, as separações conjugais, a saída de casa em busca de emprego, a intolerância as situações abusivas de álcool e outras drogas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, o abuso e a violência doméstica.

Nesta reflexão, Gomes (2003) diz que quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades. A realidade das famílias não oferece alternativas suportar os conflitos e alcançar o desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

À medida que o indivíduo estabiliza-se nas ruas e passa a construir hábitos e costumes e experiências, a maioria com o desejo de restabelecer seus vínculos familiares, não procuram a família e se distanciam cada vez mais. Este distanciamento é decorrente de sentimentos às vezes de vergonha, fracasso e humilhação que os impedem de voltar a se aproximarem de familiares e pessoas tidas como referência. Para Gomes e Pereira:

O estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família, como grupo primário, é o *lócus* para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre os outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos (GOMES; PEREIRA, 2005, p.359).

Podemos perceber que estas determinações podem estar correlacionadas entre si, de certo modo, uma pode ser causa ou consequência da outra. Para exemplificar, podemos dizer que, em alguns casos, o rompimento ou fragilização dos vínculos familiares podem estar vinculados ao desemprego e/ou ao alcoolismo e ao uso de drogas, ou vice e versa. Vale lembrar, que estes fatores para alguns indivíduos podem acontecer de forma isolada ou inter-relacionados conduzindo o indivíduo à situação de rua.

Os determinantes que caracterizam a família como principal motivo da saída para as ruas, são discutidos por vários outros autores como Varanda e Adorno (2004) que apontam o rompimento dos vínculos familiares como uma das características motivadoras da ida para as ruas, e consideram o papel da família brasileira como rede de proteção social, assim quando ocorre a desvinculação sociofamiliar, a situação de rua se mostra como opção (por vezes a única) ao indivíduo desprotegido.

Os dados levantados pelo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2009) demonstraram, que os fatores de ordens estruturais e biográficos como consumo de drogas, desemprego e conflitos familiares são os principais desencadeadores da ida do indivíduo à situação de rua. Como se pode observar na tabela 7: Principais fatores que levam o indivíduo à situação de rua a seguir.

Tabela 7 - Principais fatores que levam o indivíduo à situação de rua – pesquisa nacional

Principais Fatores	Números (%)
Alcoolismo e /ou Drogas	35,5 %
Desemprego	29,8%
Conflitos familiares	29,1%
Outros	5,6%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados pesquisados.

A tabela 7 com os dados da pesquisa nacional apontou como principais motivos pelos quais os entrevistados passaram a viver nas ruas o alcoolismo e/ou uso de drogas (35%), desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%). Chama a atenção o fato da pesquisa nacional ter os resultados aproximados aos desta pesquisa, sendo apontado os mesmos motivos no presente estudo no município de Franca.

Portanto, através do processo de construção e análise da pesquisa sobre as determinações sociais que influenciaram homens e mulheres da cidade de Franca a situação de rua, podemos verificar que o trabalho e a família ocupam lugar central na vida dos sujeitos.

Do ponto de vista do desemprego, os dados expressam que a maioria dessas pessoas não possuem renda e poucos exercem algum tipo de trabalho informal e

irregular. Isso significa que esta população luta pela sobrevivência e tenta a autossustentação com expectativas frustradas e sem oportunidades, ficam a mercê de atividades intermitentes e de exploração. Em relação ao consumo de álcool e outras drogas, os dados também mostram que apesar de ser considerado um fator de alto poder destrutivo e associado a estereótipos com a marginalidade e a criminalidade, este não foi o motivo determinante que levaram essas pessoas para rua.

Por fim, os dados indicaram que o contexto que envolve a família são os motivos determinantes para o processo de saída para as ruas, sendo estes relacionados a perda, abandono ou rompimentos por conflitos. Deste modo, ao analisarmos a realidade dessas pessoas através das determinações sociais, mesmo que por meio dos dados cadastrais, concluímos que elas sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos e para sobreviverem as desigualdades sociais utilizam diferentes estratégias. Não obstante, foi afirmado por Silva (2009), o fenômeno população em situação de rua pode ser considerado uma expressão radical da questão social na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que motivou este estudo constitui na relevância de conhecer quais determinações sociais motivaram as pessoas a irem e viverem na rua, deste modo, objetivou conhecer o perfil e as condições de vida dessa população bem como quais as determinações sociais que levaram homens e mulheres a viverem e permanecerem nas ruas. Para tanto, buscou-se através dos referenciais teóricos questões pertinentes à discussão da conjuntura macrossocial que determinam e condicionam essas determinações.

Constatamos cotidianamente pessoas vivendo nas ruas, essa é uma realidade mundial, especialmente nas grandes cidades. “Tal fenômeno tem questionado [...] as políticas públicas, pois escancaram a crueldade da precarização das condições de vida, em graus de destituição alarmantes de parcelas cada vez maiores da população” (WANDERLEY p.11, apud ROSA, 2005, p.11).

Este estudo também possibilitou aproximar da realidade das pessoas em situação de rua na cidade de Franca/SP, conhecer o perfil e as principais características do modo de vida. Assim, notamos que,

[...] a rua tem mudado bastante nos últimos anos. A população que hoje ocupa logradouros públicos, ruas, praças, terrenos e imóveis abandonados não corresponde mais à figura do andarilho ou do mendigo tradicional, que pede esmolas, e também não é um fenômeno exclusivo da cidade de São Paulo (BEZERRA, ROSA, VIEIRA, 2004, p. 11).

O estudo revelou que o perfil da população em situação de rua da cidade de Franca é predominantemente formado pelo sexo masculino e a maioria declaram ser negros. Também foram apontados os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, sendo as mulheres são mais expostas na rua, às situações de violência e agressão. Com relação à faixa etária, o estudo apontou que a faixa etária predominante está entre os 27 e 46 anos, ou seja, uma população jovem em idade produtiva e laboral. Para Rosa (2005), a predominância da idade produtiva atribui-se às mudanças recentes no mundo do trabalho relacionadas ao agravamento do desemprego e precarização das condições de trabalho.

No que se refere à origem dessa população, a pesquisa identificou que a maioria das pessoas é natural da cidade de Franca/SP e apenas uma pequena parcela dessa população são de outros municípios, sendo a procura de trabalho o principal motivo da migração entre uma cidade e outra. Assim, o fato de deixar a

casa e a família para trás, afastando-se da cidade de origem, está diretamente ligado à expectativa de uma vida melhor, com melhores oportunidades de trabalho (ROSA, 2005, p.119).

Outro dado levantado, que caracteriza o perfil desses sujeitos sociais é o tempo de permanência ou vivência nas ruas e a pesquisa revelou que a maioria dessas pessoas está em situação de rua há pouco tempo, ou seja, menos de um ano. Em relação a este resultado podemos dizer que “[...] o tempo de rua se torna uma variável central, uma vez que quanto maior a inserção nas redes sociais constituídas na rua, o horizonte de saída dela fica mais difícil e, portanto mais distante” (BORIN, 2003, p. 50). De fato, se considerarmos a definição de Borin, conclui-se que quanto mais tempo vivendo nas ruas, mais as memórias do passado vão desaparecendo e são substituídas por novas experiências, diferentes das anteriores.

Em relação ao consumo de drogas por essa população, a pesquisa mostrou que a maioria consome drogas lícitas ou ilícitas e uma insignificante parcela dessa população não consome nenhum tipo de droga. Portanto, o consumo de drogas é tanto de lícitas quanto ilícitas, sendo as de maior predominância o álcool e o crack.

A pesquisa também abordou sobre o nível de escolaridade, e revelou que a maior parte da população em situação de rua no município, cursou o ensino fundamental. Mas para muitos a escolaridade não acompanha as exigências do mundo do trabalho e às vezes pode estar associado a conseguir um trabalho e ascender socialmente. “Estudar, portanto, depende de orientação, motivação e, mais exatamente, de condições objetivas básicas de sobrevivência que, diante dos impasses, vão se distanciando como possibilidades reais de realização”(ROSA, 2005, p.117). Também foi possível perceber, que alguns possuem o hábito da leitura estimulado diariamente através das notícias nos jornais e pela internet.

Em relação ao trabalho, o estudo mostrou que a maioria das pessoas não possui renda, e trabalha informalmente, este resultado reforça que as relações com o trabalho estão marcadas pelo emprego precário, pelo desemprego prolongado ou pela exploração.

Durante este estudo abordamos sobre a complexidade do mundo da rua e as múltiplas dimensões e fatores que constituem este espaço de sobrevivência. Nessa trajetória foi possível conhecer o perfil dessa população e o seu modo de utilizar os espaços da rua como sobrevivência, e deste modo, conhecer quais as principais

determinações sociais que motivam as pessoas a irem, viverem e permanecerem nas ruas. A trajetória de vida que os levou às ruas percorre uma sequência de fracassos pessoais e desamparo institucional. Sem moradia, reinventam dia a dia as soluções para sua subsistência: comida, abrigo, dinheiro, transporte, tratamento e segurança.

Portanto, foi possível entender o quão complexo e doloroso se faz o processo de saída para as ruas. Através dos dados da pesquisa foram identificadas algumas determinações sociais como principais motivos para essas pessoas acabarem em situação de rua. As determinações predominantes foram: o desemprego, a ausência de moradia, uso de drogas, transtornos mentais, problemas judiciais e problemas de âmbito familiar. Nessa relação de múltiplas determinações sociais, levantadas através da pesquisa, foi possível constatar que os principais motivos das pessoas irem para as ruas, são os problemas relacionados à família, seguido pelo consumo de drogas e o desemprego. Como afirma Sposati (1999), a pessoa em situação de rua acaba na situação de exclusão por uma série de perdas: o emprego, autoestima e o rompimento ou a fragilidade das relações familiares. E certamente, o julgamento preconceituoso os rotulam como marginais e bandidos, sem levar em conta as histórias de vida.

Ao considerarmos o desemprego como determinação social da saída para as ruas, verificamos elementos do processo de precarização do trabalho, ligados aos aspectos econômicos e sociais, em que os trabalhadores iam se tornando “descartáveis” no processo produtivo. Deste modo, concluímos com a pesquisa, que a maioria dessa população em algum período da vida trabalhou de forma irregular e ou informal e hoje lutam pela sobrevivência na expectativa de um trabalho sem exploração e sem a influência dos preconceitos e estigmas que reforçam uma identidade negativa.

O corpo vivo é mais do que a capacidade de se manter em pé e em movimento, é o corpo/mente com potência de ação para perseverar na autonomia e lutar contra tudo que nega a liberdade e felicidade de cada um e do coletivo. Negar as necessidades básicas do ser humano – potência de liberdade e felicidade, que podem ser traduzidas por reconhecimento, carinho, (com)paixão, ter em quem confiar -, é negar sua humanidade e gerar um profundo sofrimento que pode ser qualificado de ético-político. (SAWAIA, 2003, p.56).

Podemos dizer, que o processo de saída para as ruas, representa na vida dessas pessoas consecutivas rupturas e perdas, que transformam as relações

sociais e as condições de vida desses sujeitos, no entanto percebemos que o consumo de drogas e os conflitos familiares, uma vez considerados como principais determinações sociais, podem ou não, estarem relacionados como fatores motivacionais para a saída para as ruas.

Entretanto, podemos dizer que um conjunto de fatores e aspectos comuns, permeou a saída dessas pessoas para as ruas, porém não consecutivamente, a família, o uso de drogas, e o desemprego ocupam lugar central na vida desses sujeitos sociais. Assim, podemos afirmar que a reprodução deste fenômeno como parte da classe trabalhadora que compõe o pauperismo sobrevive até hoje do trabalho precarizado, e certamente motivaram situações de conflito, rompimento e perdas nas relações familiares. Ao mesmo tempo, a pobreza e o desemprego proporcionaram situações de extrema violência, que nos leva a concluir que todos os fatores destacados como determinações sociais motivam a situação de rua, e estão relacionadas a várias violações sofridas.

Conhecer a realidade e o modo de vida dessa população nos permitiu ressignificar a invisibilidade, pois “os invisíveis” participam ativamente da sociedade e exercem o compromisso com a cidadania, exigem seus direitos, participam de protestos e atos de repúdio e questionam a qualidade do serviço, são protagonistas da própria história. Portanto, se refletirmos sobre essa realidade provavelmente, questionaremos: As pessoas que fazem da rua seu local de sobrevivência estão invisíveis, aos olhos das políticas públicas? O preconceito e a discriminação para com essa população têm sido enfrentados pelos profissionais, através das políticas sociais? Diante de tanta invisibilidade e distanciamento, conhecemos a real necessidade destas pessoas? São seres sociais invisíveis ou ignorados?

Por fim, que este estudo possa contribuir com propostas de valorização da população em situação de rua e oferecer elementos para a ampliação e alcance da integralidade da proteção social das políticas públicas, em especial na cidade de Franca/SP. Esperamos que este estudo intensifique a importância da articulação e integração intersetorial dos serviços, priorizando o trabalho no território, o fortalecimento da família e o acesso da população em situação de rua nos benefícios e nos projetos das políticas de habitação, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional e política de trabalho e renda, enfim o desafio está em assegurar que as ações articuladas se ampliem e garantam o acesso aos direitos.

Para tanto, a presente pesquisa poderá constituir-se como artigos científicos divulgando relatos sobre a rede de atenção à população em situação de rua e as especificidades e complexidade que o tema retrata. Ademais a pesquisa bem como a discussão sobre a pesquisa poderá ser objeto de atenção da Secretaria de Ação Social da cidade lócus desta pesquisa com o objetivo de conhecer da sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: Informação e documentação**. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABREU, Thinally Ribeiro. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO NEOLIBERALISMO: expressões da luta de classes. **VIII Jornada Internacional das Políticas Públicas**. 22 a 25 agosto de 2017. São Luiz do Maranhão-MA, 2017.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Desemprego recua em dezembro, mas taxa média do ano é a maior desde 2012**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19759-desemprego-recua-em-dezembro-mas-taxamedia-do-ano-e-a-maior-desde-2012>. Acesso em: 04 jan. 2020.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru: Canal 6, 2014.

ANDRADE, Maria Ângela R. Alves de; BERETTA, Regina Célia de Souza. Em Busca de uma Nova Lógica para a Assistência Social: da singularidade à totalidade. **Serviço Social & Realidade**. Franca-SP, v. 18, nº 1, p.60-68, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, Edson. **Juiz cobra ação mais firme da polícia contra desocupados**. Jornal Comércio da Franca, GCN, Franca, ano 97, nº 21397, p. A-4, 1º/ 2 abr. 2012. Disponível em: <https://gcn.net.br/.../JUIZ-COBRA-ACA0-DA-POLICIA-PARA-TIRAR-PEDINTES-DAS-RUAS-166139>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**. São Paulo, 05/09/2011, p.439. Disponível em: http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analis_e_dados_pesquisa_qualitativa.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.

BEHRING, E. R., & BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez. 2007.

_____. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política social: fundamentos e história.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Política social: fundamentos e história.** 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BETTO, Frei. **O Diabo Na Corte: leitura crítica do Brasil atual.** São Paulo: Editora Cortez, 2020.

_____. **O marxismo ainda é útil?.** São Paulo: Cortez. 2019.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole moradores de rua em São Paulo.** 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica e São Paulo. São Paulo, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete S. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo.** 2ª edição. Brasília: GESST/UnB, 2003.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BOURGUIGNON, J. A. Particularidades histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 46-54, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2008 a. 464 p.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011.** Altera o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7637.htm. Acesso em: 13 dez. 2019.

_____. **Diretrizes do Programa Nacional Crack, é possível vencer (2012-2014).** 2012. Governo Federal – Plano Brasil Sem Miséria. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/crack-e-possivel-vencer-1>. Acesso em: 13 dez. 2019.

_____. **Histórico da política de assistência social.** Disponível em: http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/11_2094171243852009_1_1_historico_politico_assistencia_social.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

_____. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica de Assistência Social. 2ª edição. Brasília - DF, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/blackup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf. Acesso em 11 out. 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Norma Operacional Básica – NOB-SUAS.** 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-politica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-dos-uas-nob-rh-suas.pdf/view>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Texto de Orientação para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias em Situação de Rua.** Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/fcd74bd2-b062-4b8b-b8bf-12caf78d9003.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília: MDS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** Volume II – Resultados. Brasília: MDS/META, mar. 2008^b

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social.** Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, DF, nov. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>. Acesso em: 11 out. 2017.

BRASÍLIA. Ministério de Cidadania. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam?** Monitoramento SAGI: série relatos de caso. Brasília-DF, 2019.

BRASÍLIA. **Rua aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília-DF, 2009.

COSTA, Alderón. **Compositor mineiro quer gravar CD**. Jornal O Trecheiro Notícias do povo da rua. São Paulo, p.2, maio, 2004.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual textos & Contextos**. nº 4, dez, 2005.

COSTA, Ana Paula Motta; SILVA, Marta Borba. **População em Situação de Rua: desafio às políticas públicas brasileiras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

DIÁRIO DA FRANCA. **Encontro garante a manutenção do Centro Pop**. Diário da Franca online, [Franca]. Disponível em: <http://www.diariodafranca.com.br/2017/02/encontro-garante-manutencao-do-centro-pop/>. Acesso em 13 dez. 2019

DIÁRIO DA FRANCA. **Prefeito lança programa de amparo a moradores de rua**. Diário da Franca online, [Franca], 2 maio 2013. Disponível em: <http://www.diariodafranca.com.br/conteudo/noticia.php?noticia=45363&categoria=7>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos. **Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo-SP 2019**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 08 fev. 2020.

EL PAÍS. **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida diz**. Gil Alessi. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053. Acesso em: 02 abr. 2020.

ESTADÃO. **Moradores de rua são detidos por “vadiagem”, no interior de SP**. 2012. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geralmoradores-de-rua-sao-detidos-por-vadiagem-no-interior-de-sp>. Acesso em: 21 jan. 2020.

EXAME. **As 50 cidades que mais criaram empregos no 1º semestre, 2017**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-50-cidades-que-mais-criaram-empregos-no-1o-semester/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS. **Relatório 2003**. São Paulo, 2003.

FOLHA UOL. **Defensoria quer soltar moradores de rua presos por vadiagem**. Reportagem de 29 de maio de 2012. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1097316-defensoria-quer-soltar-moradores-de-rua-presos-por-vadiagem-em-sp.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. Ceará, 2002.

FRANCA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Ação Social. Notícias. **Prefeitura entrega o Centro Pop para moradores de rua.** Franca, 2013. Disponível em: <http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/acao-social/prefeitura-entrega-o-centro-pop-paramoradores-de-rua.html>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. (2000). **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª edição, rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

GCN. **Majoria dos candidatos pede mudança ou fim do Centro Pop.** Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/331673/eleicoes-2016/2016/09/majoria-dos-candidatos-defende-mudanca-ou-fim-do-centro-pop>. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. **Mendigos “tem” casa de R\$ 31 mil mensais; conheça o Centro Pop.** Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/223875/Franca/2013/09/mensigos-tem-casa-de-r-31-mil-mensais-conheca-o-centro-pop>. Acesso em 13 dez. 2019.

_____. **Vereadores pedem a extinção do Centro Pop.** Disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/342576/franca/2017/01/vereadores-pedem-a-extincao-do-centro-pop>. Acesso em: 11 dez. 2019.

GGN, Jornal de todos os Brasis. **A política econômica de Bolsonaro: entre o nacionalismo de fachada e o neoliberalismo.** Publicada em 17/12/2018. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/analise/a-politica-economica-de-bolsonaro-entre-o-nacionalismo-de-fachada-e-o-neoliberalismo/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

_____. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Editora Educ, 2012.

GOMES, Mônica Araújo. **Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua.** 2003. 124 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2003.

GOMES, Mônica Araújo. PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em Situação de Vulnerabilidade Social: uma questão de políticas públicas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva.** Artigo, p.357-363, 2005.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em 14 de mar. 2020.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses. PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf . Acesso em: 26 mar. 2020.

G1 NOTÍCIAS. **Ribeirão Preto e Franca estão entre as que mais geraram empregos no 1º semestre em SP**. Caged, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto/franca/noticia/2018/07/22/ribeirao-preto-e-franca-estao-entre-as-que-mais-geraram-empregos-no-1o-semester-em-sp-diz-caged.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2020.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Sociologia de la vida cotidiana**. 5ª edição. Barcelona: Ediciones Península (História, ciência, sociedade, n. 144), 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 17ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. n. 3, (jan/jul), 2001. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. A Questão Social no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2, n.3, p. 09-32, 2004. Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: Características da população e dos domicílios, resultados do universo.**

Brasília: IBGE, 2000. Disponível em:

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em:

http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php. Acesso em: 11 out. 2017.

JORNAL DA USP. Universidade de São Paulo. **Solução para vulnerabilidade social depende de políticas públicas.** São Paulo. 2020. Publicado em 05/02/2020.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/solucao-para-vulnerabilidade-social-depender-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **“Excluídos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST.** 2005.248f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise M.F. **História geral e Brasil: trabalho, cultura, poder.** São Paulo: Atual, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia Científica.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2009. 249 p.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katál.** Florianópolis. v. 10, n. especial, p. 73-82, 2007.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista – sobre a particularidade como categoria da estética.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural. Os economistas, 1982.

_____. **Iniciação à teoria econômica marxista.** Lisboa: Antídoto, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. **O capital.** Tradução: Reginaldo Sant'anna. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b. (Livro 1, v. 2)

_____. **O capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, sociabilidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. 2011. 194 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O trabalho e a nova ordem das políticas sociais: Um estudo sobre os programas sociais na Região Metropolitana do Recife. In: **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2001, Juiz de Fora. Anais eletrônico, Juiz de Fora: ABEPSS, 2002.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – MNPR. **Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua, 2010**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

NALINI, Marcio Henrique Silva. **A contribuição do serviço social na construção da política pública: o papel da prática profissional**. 2005. 110 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2005.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Juventude: Novo alvo da exclusão social**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2000. p.121-138.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Crise do capital e consequências societárias. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. nº.111, São Paulo, jul./set., 2012.

NEVES, LAÍS Caroline. **Estudo Acerca das Políticas de Atenção à População em Situação de Rua no Município de Franca-SP**. 2018. 132 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais”. Franca, 2018.

NOBRE, Marcos. **Apresentação: luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica.** In: HONNETH, A. Luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. **Reconstrução em dois níveis: Um aspecto do modelo crítico de Axel Honneth.** In: MELO, Rúrio (coord.). A teoria crítica de Axel Honneth: Reconhecimento, liberdade e justiça. São Paulo: Saraiva, 2013.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB-SUAS -2004. PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época, v. 109)

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de Oliveira. (2012). **CIRCULAÇÃO E FIXAÇÃO: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população.** 2012. 148 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. São Carlos, 2012.

PEREIRA, Potyara A.P. **A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética.** In: MONNERAT, Giselle L.; ALMEIDA, Ney L. T. de; SOUZA, Rosimary G. de; RIBEIRO, Vanda M. C. (Orgs.). A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Campinas: Papel Social, 2014.

_____. **Especificações de necessidades humanas básicas a partir de teorias recentes.** 3ª edição, p. 66 a 75, 2006.

_____. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Tendências e perspectivas do Sistema de Proteção Social Contemporâneo. In: **Seminário de Políticas Sociais: Desafios Contemporâneos.** Campina Grande - PB, maio, 1998.

PINHEIRO, Zuleika de Andrade Câmara. **Vidas Infames: uma etnografia das masculinidades, identidades de gênero e sobrevivências de homens que moram nas ruas.** 2018. 250 fls. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Filosofia e Ciências- Campus/Marília. Marília, 2018.

POCHAMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil.** In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica. NOB/SUAS.** Brasília, novembro de 2004.

PRATES, Jane Cruz; REIS, Carlos Nelson; ABREU, Paulo Belmonte de. Metodologia de Pesquisa para População de Rua: alternativas de enfrentamento do Poder Local. **Revista Serviço Social & Sociedade.** n. 64, ano XXI, nov. 2000, p. 135-164.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria de Ação Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca: 2010-2013**. Franca, nov. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria de Ação Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca: 2014-2017**. Franca, jul. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria de Ação Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca: 2018-2021**. Franca, out. 2019.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

RAMALHO, J. R. **"Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil"**. In: R. Antunes (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

REDE BRASIL ATUAL. **Desembargador concede liminar que proíbe detenção de moradores de rua por vadiagem no interior paulista**. 2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/06/desembargador-concede-liminar-que-proibe-detencao-de-moradores-de-rua-por-vadiagem-no-interior-paulista/>. Acesso em 14 fev. 2020.

_____. **Raquel Rolnik alerta: se nada mudar, São Paulo pode ter 50 mil moradores de rua em breve**. São Paulo. Publicado em: 08/02/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/02/raquel-rolnik-50-mil-moradores-de-rua/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

REIS, Graziela Donizetti; OLIVEIRA, Katicilene B. Tavares de. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE FRANCA-SP: as consequências e os desafios causados pela exclusão. XVI ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadora/res em Serviço Social**. 02 a 07 de dez. 2018, Vitória-ES, 2018.

RODRIGUES, Lídia Valesca Bonfim Pimentel. **Vidas nas Ruas, Corpos em Percursos no Cotidiano da Cidade**. 2005. 187 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Org). **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005. (Associação Rede Rua)

SADER, E. et All. **As políticas sociais e o Estado democrático**. Pós Neoliberalismo. 8ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Túlio B. F. Dos. **Redução de Danos e População em Situação de Rua em Franca: uma experiência com pesquisa-ação**, 2019. 100 fls. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais”. Franca, 2019.

SANTOS, Vaneide A.; SANTOS, Ana C. de L.; SILVA, Roberta T. F.; CONSERVA, Marinalva de S.; BEZERRA, Kassandra Queiroga. **POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: Do Neoliberalismo ao governo Temer. VIII Jornada Internacional das Políticas Públicas.** 22 a 25 agosto de 2017, São Luiz do Maranhão-MA, 2017.

SÃO PAULO, Governo do Estado de São Paulo. **Cartilha Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT.** Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. São Paulo: SJDC/SP, 2014. Disponível em: http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em: 16 de Jun. 2020.

SAWAIA, Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* São Paulo: Vozes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23ª edição, rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno População em Situação de Rua no Brasil – 1995 – 2005.** 2006. 220 fls. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

_____. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação.** Pensar BH/Política Social. abr./jun., 2006. Disponível em: [http://www.Users/J%C3%BAnior/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20\(1\).pdf](http://www.Users/J%C3%BAnior/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20(1).pdf). Acesso em: 21 mar. 2020.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** Brasília: CEAD, 1999. p.61-76.

_____. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

TIENGO, Verônica Martins. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal.** 2016. 152 fls. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, 2016.

TOZATTO, Fernanda, Dalavale. **A Práxis Profissional do Serviço Social Frente a População em Situação de Rua: um olhar para o Centro Pop de Franca-SP.**

2014. 83 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais”. Franca, 2014.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**. v.13, n.1, jan.-abr. 2004. p. 56-69. Disponível em: [http:// www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/07.pdf). Acesso em: 21 mar. 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: Cotidiano, Formação, e Alternativas na Área da Saúde**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13ª edição. São Paulo: Editora Atlas 2011.

VIEIRA, Maria Antonieta C.; ROSA, Cleisa M.M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1997.


_____. **População de rua: quem é como vive e como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.


YAZBEK, M. C. **O significado socio-histórico da profissão**. In: CFESS; ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

_____. “Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil”. In: **Temporais 3**. Brasília, ABEPSS, Jan/jul, p.33-40, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

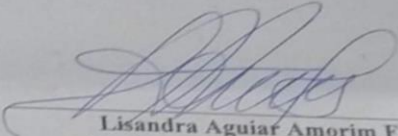
 **PREFEITURA DE FRANCA**
Secretaria de Ação Social
Centro de Referência Especializado para
População em Situação de Rua

 **FRANCA**
GOVERNO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora Katiscilene Barsanulfa Tavares de Oliveira, portadora do RG Nº 32.854.402-4, está autorizada a realizar pesquisa nesta Instituição Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), localizado na Av. Dr. Hélio Palermo, nº 3344 – Vila Monteiro – Franca/SP – CNPJ: 47.970.769/0001-04 – I.E: Isento.

Franca, 02 de dezembro de 2019.



Lisandra Aguiar Amorim Ferreira
Administração da Proteção Social Especial
SEDAS – Secretaria de Ação Social
Lisandra Aguiar A. Ferreira
Administração da Proteção Social Especial

Av. Dr. Helio Palermo, 3344 – Centro CEP: 14.405-130
Fone: (16) 3 702 9289 – E-mail: centropop@franca.sp.gov.br

ANEXOS

ANEXO 1 – MODELO DE FICHAS DE CADASTRO - CENTRO POP



PREFEITURA DE FRANCA
 Secretaria de Ação Social
 Centro de Referência Especializado para
 Pessoas em Situação de Rua



FICHA DE CADASTRO – 1

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Idade: _____ Naturalidade: _____

Cidade de Origem: _____ Quanto tempo em Franca: _____

Cor: () Branca () Negra () Parda () Amarela

Estado Civil: Solteiro () Casado () Amasiado () Viúvo () Separado () Divorciado ()

Possui Filhos: () Não () Sim Quantos?: _____

Documento: () Possui () Não Possui () Possui Alguns _____

Escolaridade: () Não Alfabetizado () Fundamental _____ () Ensino Médio _____ () Superior

Filiação: _____

Família: () Possui () Não Possui () Tem contato () Não tem contato

Endereço Fam.: _____

Telefone para contato: () _____.

Trabalho: () Possui _____ () Não Possui () Faz bico _____

Profissão: _____

Programa Social: () Não () Sim Qual?: _____

() Benefício/BPC () Aposentadoria () Auxílio Doença () Nenhum

() MR () Não MR () Vivência de Rua

Tempo de Rua: _____

Motivo de estar na rua: _____

Vício: () Álcool () Droga _____ () Tabagismo () Outros _____

Já passou pelo Abrigo Provisório: () Sim () Não

Observações:



PREFEITURA DE FRANCA
Secretaria de Ação Social
Centro de Referência Especializado para
População em Situação de Rua



FICHA DE CADASTRO - 2

DATA: __/__/____

ITINERANTE: ()

Nome: _____

Identidade de Gênero: Cisgênero () Transgênero()

Orientação Sexual: Heterossexual() Homossexual() Bissexual () Panssexual()

Data de Nascimento: __/__/____ Idade: _____

Naturalidade: _____ Cidade de Origem: _____

Quanto tempo em Franca: _____

Cor/Raça: () Branca () Negra () Preta () Parda () Amarela ()

outra _____

Estado Civil: Solteiro() Casado() Amasiado() Viúvo() Separado() Divorciado()

Possui Filhos: () Não () Sim Quantos?: _____ CARTÃO

SUS: _____ Documento: () Possui () Não

Possui :Rg: _____ CPF: _____ C.TRAB.: _____

Escolaridade: () Não Alfabetizado () Fundamental _____ () Ensino Médio _____ () Superior

Filiação: _____

Família: () Possui () Não Possui () Tem contato () Não tem contato

Endereço Fam.: _____

Telefone para contato: () _____.

Trabalho: () Possui () Não Possui / Profissão _____ () Faz bico _____

Programa Social: () Não () Sim Qual?: _____

() Mora na Rua () Não Mora () Vivência de Rua Tempo: _____

Motivo de estar na rua: _____

Consumo de drogas: Não () Sim(), qual? () Álcool () Tabagismo () Outras _____

Já passou pelo Abrigo Provisório: () Sim () Não

Já passou pela Casa de Passagem: () Sim () Não

Faz algum tratamento de saúde: () Sim () Não Qual: _____

Faz uso de medicamento controlado: () Sim () Não Qual: _____

Já morou no Campo: () Sim () Não Trabalhou no Campo: () Sim () Não Tempo: _____

ANEXO 2 – REGIMENTO INTERNO CENTRO POP



PREFEITURA DE FRANCA
Secretaria de Ação Social
Centro de Referência Especializado para
Pessoas em Situação de Rua



REGIMENTO INTERNO

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

Capítulo I – DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - O presente regimento interno, aprovado em Assembleia geral do dia 22.10.2013, dispõe as normas deste local elaboradas para manter a organização, respeito, tranquilidade e conservação do Centro POP.

Art. 2º - O CENTRO POP é uma unidade pública, que se constitui em espaço para convívio grupal, social e desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade, respeito e cidadania da pessoa em situação de rua.

Art. 3º - O objetivo desta unidade é proporcionar vivências para alcance da autonomia, organização, mobilização e participação social. Parágrafo único – Todos os frequentadores do Centro POP são orientados sobre as disposições do Decreto Lei nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 e deste regimento interno, caso descumprido, sofrerá as penas previstas no mesmo.

Capítulo II – DOS DEVERES

São deveres dos frequentadores do Centro POP:

Art.4º - Sempre que adentrar ao serviço identificar-se na recepção da unidade.

Art. 5º- Cuidar e fazer cuidar da casa, móveis materiais de oficina, chuveiro e qualquer objeto dentro da casa.

Art.6º- Reparar por iniciativa própria e as suas custas, os danos causados por si, podendo ser feito através de pagamento, trabalho ou suspensão.

Art.7º- Limpar todos os dias os banheiros masculinos e femininos, o refeitório e salas. Para tanto, será realizado um sorteio entre os frequentadores da casa de forma rotativa entre todos. Caso o sorteado se recuse a limpar naquele dia sem justificativa coerente, será suspenso do serviço por sete dias, porém se apresentar a justificativa, poderá reagendar para o outro dia.

Art.8º-Não deixar objetivos (roupas, sapatos, toalhas) espalhados pela casa. As roupas que não estiverem sendo cuidadas serão recolhidas e entregues para doação.

Art.9º- Tratar a todos os funcionários com respeito, honestidade e igualdade. Caso ocorra desacato e desrespeito (xingamento, falta de educação, ameaça, agressão física e verbal, assédio) com os funcionários, o usuário será suspenso (15 dias no caso de agressões verbais e 30 dias no caso de agressões físicas) podendo prorrogar de acordo com a gravidade e frequência do ocorrido com possibilidade de suspensão prolongada.

Art.10º- Respeitar os horários estipulados para banho, alimentação, entregas de roupas e oficinas.

Banho: das 8h00 às 11h00

Alimentação: café da manhã: das 8h30 às 9h00/ Almoço: das 11h00 as 12h00.

Distribuição de roupas: manhã: 8h30 às 10h00 (entrega).

Art. 11º- Lavar as roupas e pertences pessoais frequentemente de acordo com as regras construídas na casa.

Art.12º- Não é permitido comer nos demais espaços da casa, exceto no refeitório.

Capítulo III – Dos Deveres

São deveres dos funcionários do Centro POP.

Art.13º- Os funcionários deverão respeitar e tratar a todos os frequentadores com igualdade, sem discriminar etnia/raça, cor, gênero, orientação sexual, idade, bem como contribuir para o bom funcionamento da casa.

Art.14º- Os funcionários deverão contribuir para o bem estar dos frequentadores e garantia de direitos dos mesmos no serviço.

Capítulo IV- Das Proibições

Art. 15º - É proibido:

- a) Usar qualquer tipo de drogas lícitas ou ilícitas dentro do Centro POP, caso seja pego usando deverá ser suspenso do serviço por 07 dias multiplicados pelas vezes da incidência.
- b) Tratar os usuários com desrespeito, desonestidade e desigualdade. Caso ocorra (xingamento, falta de educação, ameaça, agressão física e verbal, assédio) entre os usuários, esses serão suspensos (15 dias no caso de agressões verbais e 30 dias no caso de agressões físicas) podendo prorrogar de acordo com a gravidade e frequência do ocorrido com possibilidade de suspensão prolongada.
- c) Furtar objetos da casa ou de outras pessoas e/ou causar danos ao patrimônio público, se comprovado será aplicado suspensão de um mês, podendo ser prorrogada de acordo com a gravidade do caso.
- d) Portar objetos cortantes, armas que possam machucar ou colocar em risco a vida de outras pessoas.
- e) O usuário terá acesso na parte superior da casa, mediante autorização da equipe e/ou para atendimentos agendados.
- f) É proibido permanecer na sala dos técnicos (assistentes sociais e psicólogos) caso não esteja em atendimento.
- g) Ficará suspenso da casa por três meses o usuário que requerer passagem para outro município, visto que a doação desta é autorizada somente para o retorno a cidade de origem.

Equipe Centro POP

Usuários da Unidade

ANEXO 3 – REPORTAGENS

Comerciantes fazem abaixo-assinado para retirada de abrigo em Franca, SP.

Justificativa é que moradores de rua afastam clientes dos estabelecimentos. Centro POP é mantido pela Prefeitura na Avenida Hélio Palermo, no Centro.

Do G1 Ribeirão e Franca

29/01/2014 13h17 - Atualizado em 29/01/2014 13h17

Fonte: G1 Ribeirão e Franca

Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/01/comerciantes-fazem-abaixo-assinado-para-retirada-de-abrigo-em-franca-sp.html>

Moradores de rua na Avenida Hélio Palermo causa transtorno a comerciantes da região

Comerciantes da Avenida Hélio Palermo, em [Franca](#) (SP), organizaram um abaixo-assinado para reivindicar a retirada de um abrigo para moradores de rua situado no local. Conhecido como Centro POP, o local é mantido pela Prefeitura e oferece alimentação, acompanhamento social, psicológico e profissional a andarilhos. Vizinhos da instituição reclamam, no entanto, que a presença dos moradores de rua causa transtornos e afasta clientes dos estabelecimentos comerciais da região. Na manhã de terça-feira (28), uma [briga entre os usuários do local](#) fez com que a direção do Centro suspendesse o expediente. A instituição voltou a funcionar normalmente nesta quarta-feira (29) e a Prefeitura informou que não pretende fechar as portas após o incidente.

O vendedor W. P. O.J, que trabalha em uma loja próxima ao Centro, conta que a presença dos andarilhos inibe o fluxo de pessoas. "Eles ficam pedindo dinheiro para os clientes que estão aqui. É um transtorno enorme. É uma situação muito desagradável porque os clientes ficam com medo e com isso as vendas também estão caindo", reclama.

O abaixo-assinado, segundo O., tem o objetivo de pedir que o abrigo seja transferido para outro lugar. "Não queremos que o prédio seja fechado. Queremos somente que saia da avenida, porque está atrapalhando muito o fluxo de movimento. A gente via antes o pessoal fazendo caminhada na avenida, agora nem isso a gente vê mais. Mudou muita coisa", diz.

Moradores de rua: fim do Centro Pop volta a ser discutido

O contrato de locação da casa onde hoje funciona o centro, na Vila Guilherme, vence em abril.

Franca 23/01/2018 - Repórter: Priscilla Sales

<https://gcn.net.br/noticias/369536/franca/2018/01/fim-do-centro-pop-volta-a-ser-discutido->

Fonte: GCN. Net.br – Notícias de Franca-SP

Em meio à polêmica envolvendo o tratamento dado aos moradores de rua da cidade, a continuidade dos serviços prestados pelo Centro Pop, que atende a população em situação de rua, volta a ser discutida.

O contrato de locação da casa onde hoje funciona o centro, na Vila Guilherme, vence em abril. Até lá, a Prefeitura deve decidir se mantém ou não o local. As discussões a respeito já começaram. Oficialmente, a Prefeitura tem evitado tratar do assunto, mas admite que estuda a possibilidade de romper o convênio com o governo federal

O fechamento do Centro ganhou força depois que os repasses do governo federal para a manutenção dos serviços diminuíram drasticamente. Segundo o secretário de Ação Social, Vanderlei Tristão, em 2013, quando o Centro foi inaugurado, o governo federal arcava com 85% do total gasto. Hoje, também segundo o secretário, este valor não chega a 10%.

Ainda de acordo com Vanderlei Tristão, por mês, o gasto da Prefeitura com os serviços do Centro Pop chegaria a R\$ 100 mil. “É um valor alto demais para uma pasta com poucos recursos como a nossa. Além disso, os resultados obtidos são duvidosos”, afirmou o secretário em entrevista, semana passada. Vanderlei disse ainda não saber se o convênio para o Centro Pop será mantido. “É uma discussão que precisa ser feita”. Extraoficialmente, o secretário tem se posicionado contra a continuidade dos serviços.

Por mês, só com o aluguel do imóvel a prefeitura estaria gastando cerca de R\$ 4 mil e outros R\$ 16 mil mensais com a alimentação de cerca de 70 usuários por dia.

O fechamento do Centro Pop chegou a ser discutido no começo do ano passado, assim que o prefeito Gilson de Souza (DEM) assumiu seu governo. À época, ele havia dito que não descartava essa possibilidade, mas depois acabou mudando de ideia e manteve o

Mendigos ‘têm’ casa de R\$ 31 mil mensais; conheça o Centro Pop

Franca 12/09/2013

Fonte: GCN. Net.br – Notícias de Franca-SP

Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/223875/franca/2013/09/mendigos-tem-casa-de-r-31-mil-mensais-conheca-o-centro-pop>

Dois andares, garagem para três carros, salas amplas, diversos quartos com sacada, escada de madeira e área de lazer. Esta é a casa alugada pela Prefeitura de Franca para atender os moradores de rua. Nela foi instalada o Centro Especializado para População em Situação de Rua, o Centro Pop, inaugurado na manhã de ontem pelo prefeito Alexandre Ferreira (PSDB).

Segundo a Prefeitura, a casa, localizada na avenida Hélio Palermo, tem capacidade para atender toda a demanda da cidade. A secretária municipal de Ação Social, Gislaine Peres, estima que o número de moradores de rua gire em torno de 220 pessoas. “Pensamos em uma casa que tivesse capacidade para atender todo eles, porque criar um centro para atender parcialmente não resolveria a questão. Desde janeiro, quando começamos a trabalhar em parceria com o Governo Federal no empenho de ofertar alguma coisa a essas pessoas, identificamos um número maior do que o apontado pelo estudo”, disse ela, se referindo à pesquisa realizada pelo Instituto Datalink e que entrevistou 156 moradores de rua. A unidade não oferece pernoite. As pessoas em situação de rua que quiserem um lugar para dormir vão continuar sendo atendidas pelo Abrigo Provisório “Antônio de Carvalho”, que mantém as atividades normais.

Pesquisa

A pesquisa realizada pela Datalink no ano passado apontou o perfil dos moradores de rua na cidade: 90% são homens e a grande maioria - 62,2% - tem ensino fundamental incompleto. A maior parte deles tem entre 25 e 34 anos, sendo que 34,6% moram de um a cinco anos nas ruas de Franca.

Briga entre usuários fecha o Centro Pop; moradores pedem retirada

O Centro Pop continua sendo alvo de frequentes polêmicas. Como consequência da briga, o atendimento na casa alugada pela Prefeitura para receber os moradores de rua foi suspenso.

Franca 29/01/2014 - Repórter: Thamara Pimenta

Fonte: GCN. Net.br – Notícias de Franca-SP

Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/239499/franca/2014/01/briga-entre-usuarios-fecha-o-centro-pop>

O Centro Pop (Centro Especializado para População em Situação de Rua) continua sendo alvo de frequentes polêmicas. Na manhã de ontem, uma nova confusão entre os usuários do local só terminou após a intervenção da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal. Como consequência da briga, o atendimento na casa alugada pela Prefeitura para receber os moradores de rua foi suspenso. A briga assustou, mais uma vez, as pessoas que moram ou possuem estabelecimentos comerciais próximo ao local, na avenida Hélio Palermo.

Segundo o gerente E. G., os funcionários da loja onde trabalha foram surpreendidos assim que abriram as portas. Um dos moradores de rua envolvido na confusão entrou no estabelecimento para se esconder. “(...) Abrimos as portas e ele entrou machucado, sangrando. Deixamos ficar, porque os outros estavam aqui fora para pegar ele e chamamos a polícia, mas quando foi mais ou menos 8h20 voltou a ter mais tumulto. Eles davam pedradas no outro, mesmo com a presença dos policiais.” Segundo o gerente, a confusão foi além da briga em frente ao Centro Pop. “Ele (o morador de rua agredido) não falou o motivo da briga, disse apenas que vinham brigando desde lá de cima. Parece que quebraram até um posto de gasolina da avenida e jogaram um outro morador no córrego. Todo mundo ficou muito assustado.”

A maioria dos vizinhos, receosos com a reação dos moradores de rua, preferiu observar a confusão de longe. “Cheguei para trabalhar, por volta das 7h40, e tinha seis viaturas na porta da loja. Logo em seguida, chegaram mais quatro, mas até agora ainda não entendemos o que aconteceu. Só sei que a bagunça foi grande”, disse o funcionário de uma loja vizinha do local. O Comércio entrou em contato com a secretária de Ação Social, Gislaine Peres, para comentar o caso, mas ela pediu para contatar a Secretaria porque está em férias. No órgão, a reportagem foi informada que o caso seria comentado apenas através da assessoria da Prefeitura [...].

ANEXO 4 – PERFIL E AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCA – SP



Foto1 – Homem em situação de rua com seu instrumento de arte “malabares” nos semáforos das ruas da cidade de Franca -SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020.



Foto 2 – Homem em situação de rua durante atividade de malabares nos semáforos das ruas da cidade de Franca-SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020.



Foto 3 – Homem em situação de rua sob as marquises nas ruas da cidade de Franca-SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020.



Foto 4 - Homem em situação de rua e seu animal de estimação nas ruas da cidade de Franca-SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020.



Foto 5 - Mulher em situação de rua na cidade de Franca-SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020.



Foto 6 – Homem em situação de rua, exercendo trabalho informal na cidade de Franca-SP em 2018. **Fonte:** Katicilene B. Tavares de Oliveira – 2018



Foto 7- Mulher em situação de rua na cidade de Franca-SP em 2020. **Fonte:** Aline Cristina Silva, 2020

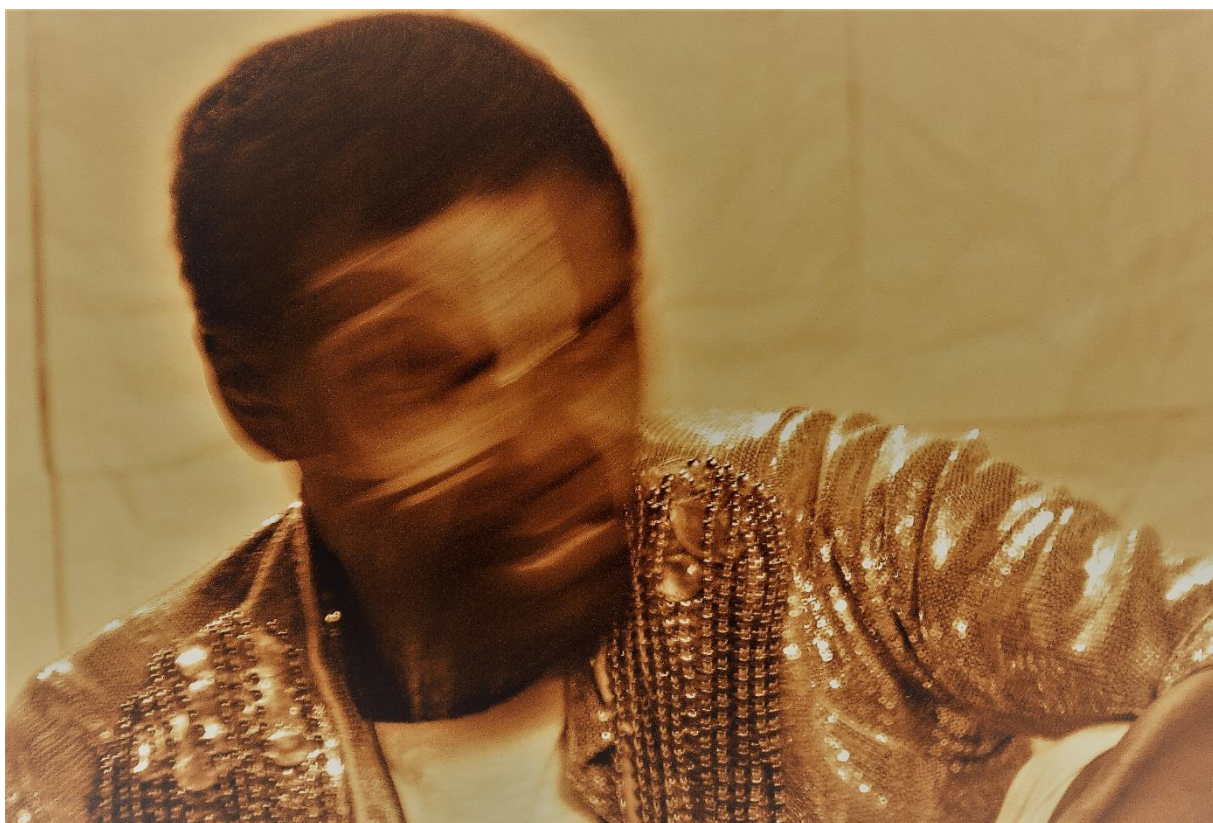


Foto 8: Homem em situação de rua em cena de peça teatral (SESI Franca/SP – 2018). **Fonte:** Alessandra Isabel Salatine, 2018.